

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**EUDES MARCIEL BARROS GUIMARÃES**

**UM PAINEL COM CANGALHAS E BICICLETAS:  
OS (DES)CAMINHOS DA MODERNIDADE NO ALTO SERTÃO DA BAHIA  
(CAETITÉ, 1910-1930)**

**FRANCA  
2012**

**EUDES MARCIEL BARROS GUIMARÃES**

**UM PAINEL COM CANGALHAS E BICICLETAS:  
OS (DES)CAMINHOS DA MODERNIDADE NO ALTO SERTÃO DA BAHIA  
(CAETITÉ, 1910-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Capelari Naxara

**Linha de Pesquisa:** História e Cultura Social

**FRANCA  
2012**

Guimarães, Eudes Marciel Barros

Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910-1930) / Eudes Marciel Barros Guimarães. – Franca : [s.n.], 2012  
151 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Márcia Regina Capelari Naxara

1. Bahia – História. 2. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. 3. Modernidade. 4. Caetité (BA) – História.  
5. Imaginário. I. Título.

CDD – 981.42

**EUDES MARCIEL BARROS GUIMARÃES**

**UM PAINEL COM CANGALHAS E BICICLETAS: OS (DES)CAMINHOS DA  
MODERNIDADE NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (CAETITÉ, 1910-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Regina Capelari Naxara**  
Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Professora da Universidade Estadual Paulista (FCHS – UNESP)

1º Examinador: \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacy Alves de Seixas**  
Doutora em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-França)  
Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

2º Examinador: \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia da Costa Garcia**  
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)  
Professora da Universidade Estadual Paulista (FCHS – UNESP)

Franca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

*Para Welma e Napoliana,  
pela generosidade nos gestos.*

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, à professora Márcia Regina Capelari Naxara, por ter confiado no projeto e pelas orientações decisivas durante toda a pesquisa. Agradeço também aos professores Jean Marcel Carvalho França e Jacy Alves de Seixas, pelas contribuições importantes na ocasião da qualificação. Além da Jacy Seixas, esteve presente na banca de defesa a professora Tânia da Costa Garcia.

Durante o processo de pesquisa, pude contar ainda com as colaborações dos professores Francisco Antonio Zorzo e Fernando Nicolazzi, que me enviaram algumas de suas pesquisas. Uma conversa com o doutor Dawid Bartelt apontou-me questões cautelares e deu novos rumos a este trabalho.

Sou imensamente grato à historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, que me instiga desde a graduação com sua dedicação ao ofício e aos seus alunos. Também ao Jairo Carvalho do Nascimento e à Márcia Cristina Lacerda Ribeiro, pelos primeiros incentivos no período da graduação.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Caetité e do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP; também aos funcionários da Biblioteca desta última instituição.

Em Franca, tive o apoio do colega Ronaldo Cruz, baiano como eu, que encontrei em terras paulistas. Na moradia dos estudantes da UNESP, contei com a generosidade e paciência de Thiago Simoni. Sou muito grato ao amigo Leonardo Bachiega pelo suporte em Franca durante a época em que estive distante do campus. Em alguns lugares percorridos nesses últimos dois anos fui hospedado pelas seguintes pessoas: Otacílio, Bruno e Victor (em Salvador), Vina e Adilson (em Brasília) e, por várias vezes, Michelle (em Belo Horizonte).

Amigos historiadores como Lielva Aguiar, Gabriela Amorim, Maria Regina Xavier e Ednailton Santos proporcionam conversas agradáveis. Napoliana Santana é uma amiga sempre instigante, divertida e afetuosa. Welma Reis é impagável com sua profunda sensibilidade e singular alegria.

Pessoas queridas como Cecília Domingues, Ana Marta Caldas, Cléllia Almeida, Maurina Lima e Michelle Neris são responsáveis pelo grande carinho e amizade que tenho por elas. Michelle, entre tantas partilhas, proporcionou-me uma prazerosa conversa enquanto caminhões passavam embaixo de nós. Maurina tornou-se uma interlocutora sempre cautelosa, um grande apoio nas horas difíceis, além de dividir inúmeros momentos de alegria.

Minha profunda gratidão aos meus pais, Júlia e Enilson, e às minhas irmãs, Cibele e Alécia, pelo apoio, afeto e suporte familiar decisivo. Agradeço também à minha avó Teva que, a propósito do “tempo do atraso”, como ela costuma dizer, não deixa por menos, e estimula muitas risadas com as narrativas de sua história que não deve ter sido fácil.

Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre 2010 e 2012.

“Me alembro: eu entrei no que imaginei – na ilusõzinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que eu me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom, se fosse verdade.”

João Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas* (1956)

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. **Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910-1930)**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

## RESUMO

Neste estudo pretendo acompanhar alguns aspectos do imaginário moderno no alto sertão da Bahia, tomando como pontos de partida os efeitos da Revolução Científico-Tecnológica e a questão da modernidade. Ferrovias, automóveis, aparelhos sonoros e luminosos, transformações urbanas, controle dos recursos naturais, velocidade de comunicação, eram elementos orquestradores da vida moderna no imaginário de muitos moradores do alto sertão entre os anos de 1910 e 1930. Esse período pode ser caracterizado pelo alargamento de expectativas com a promessa da chegada da Estrada de Ferro Central da Bahia, além dos planejamentos de sistemas viários e a possibilidade da utilização de modernos meios de transporte no comércio e na agricultura. Percorrendo diversas fontes como jornais, relatórios, atas, fotografias e correspondências – em sua maioria do acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité – procuro demonstrar os alcances e contradições presentes na criação de um imaginário moderno, focalizando especialmente a cidade de Caetité e seus arredores.

**Palavras-chave:** Alto Sertão da Bahia. Modernidade. Imaginação Social. Primeiro Período Republicano.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. **Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910-1930)**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

### ABSTRACT

In this study, I intend to analyse some aspects of modern imaginary in the Alto Sertão da Bahia, having as its axis of research the effects of Scientific-Technological Revolution and the question of modernity. Railways, automobiles, sound and light equipment, urban transformations, control of natural resources, communication speed, were elements that orchestrated the imaginary of many residents modern life, in the high arid lands of Bahia between 1910 and 1930. This period can be characterized by the rise of expectations with the promise of the arrival of Bahia Central Railway (Estrada de Ferro Central da Bahia), in addition to the planning of road systems and the possibility of the use of modern means of transport in trade and agriculture. Through various sources such as newspapers, reports, protocols, photographs and correspondence – mostly from the Caetité Municipal Public Archives – I am looking to demonstrate the scope and contradictions present in the creation of a modern imaginary, especially focusing on the city of Caetité and its surroundings.

**Key words:** Alto Sertão da Bahia. Modernity. Social Imagination. First Republican Period.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1. O espaço alto sertanejo: aventuras e esquadrinhamentos</b> .....	19
1.1. O alto sertão da Bahia: tramas históricas .....	20
1.2. Aventuras no labirinto: andanças, paisagens e percepções .....	33
1.3. Potencialidades do alto sertão: projeções e embaraços .....	54
<b>Capítulo 2. O caranguejo e a bicicleta</b> .....	68
2.1. Sintomas de uma época: entre novidades e desejos de progresso .....	72
2.2. O trem que não chegou: a espera pela estrada de ferro .....	94
<b>Capítulo 3. Imagens, notícias e sonoridades urbanas</b> .....	106
3.1. Dimensões da cidade sertaneja: sons, cores e formas .....	111
3.2. Montagens do urbano: a cidade fotografada .....	126
<b>Considerações finais</b> .....	139
<b>Referências</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

*O transporte em animais de carga traz problemas peculiares, que pela sua repercussão no comércio e na vida geral do interior merecem ser lembrados.*

*Muito sério é o do volume das mercadorias, que não podem constituir unidades grandes, ou ultrapassar uma meia carga de peso, pois as cangalhas precisam ser igualmente carregadas de ambos os lados do animal. Em consequência, é preciso reduzir ou dividir as mercadorias, quando isto é possível; caso contrário, fica excluída a possibilidade de transporte.*

(Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, p.262)

Cangalha é um equipamento utilizado em animais, geralmente muares, para sustentar cargas.<sup>1</sup> O seu uso foi durante muito tempo indispensável nas longas viagens de tropeiros, na ida às feiras das cidades e vilas e mesmo no cotidiano de moradores das roças que se sustentavam da lavoura. Desde o período colonial até grande parte do século passado, os animais encangalhados eram frequentes nos estreitos caminhos do interior com todo o tipo de carga destinada ao consumo diário ou ao comércio.<sup>2</sup>

No ano de 1916, o filho de um fazendeiro do sertão da Bahia, estando em uma das propriedades de sua família nos arredores de Bom Jesus da Lapa, escreveu ao seu pai falando da necessidade de prolongar sua estada ali e sinalizou, na carta, a utilização do equipamento: “Aproveito então a estada e mandarei buscar na Lapa 2 cargas [...] que ficaram por falta de cangalha, e arranjarei aqui cangalha e levarei.”<sup>3</sup> Anos antes, Afonso Arinos havia publicado o seu conto *Assombramento*, onde registrou, ao longo da narrativa, apetrechos utilizados por

<sup>1</sup> Quem nos conta detalhes do uso desse objeto no início do período oitocentista é o viajante John Luccock: “Compõe-se de duas peças de madeira, arranjadas quase que como uma letra Y invertida; são estas dispostas paralelamente e as duas forquilhas reunidas por toros de madeira tal que a parte angular ou encurvada se disponha ao lombo do animal. Tornam-se mais cômoda acolchoando-a com sapé seco, espécie de grama grossa, que se dispõe longitudinalmente na face interior de madeira e que se amarra com fibras vegetais. Uma vez colocada a cangalha no costado da mula, os dois paus ficam vertical a cerca de dois pés um do outro, um deles logo acima da junta das espáduas e o outro sobre o lombo. Uma larga correia de couro cru passa desde a cangalha e ao redor da anca, a fim de impedir que a carga escorregue para a frente, enquanto que uma outra passa ao redor dos ombros e do pescoço, para que não deslize para trás. Leva ainda a mula, em redor da cabeça, um longuíssimo cabresto feito do mesmo material”. LUCOCK, John. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil* (1808-1818). São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1975. p. 245-246.

<sup>2</sup> Hoje, nas zonas rurais de algumas cidades do sertão baiano, alguns moradores ainda costumam utilizar esse equipamento na lida diária nas roças – foi o que notei ao conversar com um morador da zona rural da cidade de Riacho de Santana.

<sup>3</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

tropeiros:

As sobrecargas e os arrochos, os buçais e a penca de ferraduras, espalhados aos montes; o surrão da ferramenta aberto e para fora o martelo, o puxavante e a bigorna; os embornais dependurados; as bruacas abertas e o trem de cozinha em cima de um couro; a fila de cangalhas de suadouro para o ar, à beira do rancho – denunciaram ao arrieiro que a descarga fora feita com a ordem do costume, mostrando também que à rapaziada não repugnava acompanhá-lo na aventura.<sup>4</sup>

No período em que esse conto foi escrito, embrenhar-se pelo sertão adentro, por estreitos caminhos e percursos embaraçosos, tal como num labirinto,<sup>5</sup> consistia realmente numa aventura. Nessas longas viagens, alguns utensílios eram indispensáveis, como os embornais, as bruacas e o “trem de cozinha”. Por vezes, alguns viajantes, com propósitos científicos ou literários, levavam em sua bagagem materiais para anotar suas impressões sobre os diversos lugares, buscando informações e descrevendo sua percepção com relação às paisagens. Nos textos que daí resultaram, surgiu uma (ou várias) geografia(s) muitas vezes descrita(s) através da alternância entre a “solidão áspera dos desertos” e o “intricado espinhoso das caatingas” (RIBEIRO, 1951, p.19). Por conseguinte, o sertão podia ser o lugar em que o viajante corria o risco de errar e se perder.

Entretanto, com as argumentações científicas da época, ao invés da valorização da aventura como uma aprendizagem ou algo enriquecedor, buscava-se o planejamento e o rigor na orientação e no controle. Afinal, o sertão, embora fosse abordado como “o pólo do atraso e da resistência ao progresso”, também era visto “como a possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional” (LIMA, 1998, p.61).<sup>6</sup> E para notar tal “atraso”, bastava olhar para os meios de transporte utilizados nos estreitos caminhos sertanejos desde os tempos coloniais, reduzindo e limitando a circulação de muitas mercadorias, como vimos nas palavras de Caio Prado Júnior no início deste texto.

Desde o século XIX, com a difusão e a inserção de novos meios de transporte de cargas – notadamente o trem de ferro, o navio a vapor, além dos auto-caminhões que vieram

<sup>4</sup> ARINOS, Afonso. Assombramento. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 01.03.2012. O conto faz parte do livro *Pelo Sertão*, publicado pela primeira vez em 1898.

<sup>5</sup> Quando trata da caatinga no romance *Vida sertaneja*, originalmente publicado em 1927, Prado Ribeiro escreveu: “[...] E muitas vezes, é tão emaranhada, que o vaqueiro tem de abrir caminho com o seu afiado facão, que lhe fica à ilharga, ou com o busto enristado, na velocidade do seu cavalo corredor. No fundo desse labirinto, onde as lianas e as cabeças *de frade* crescem entre mandacarus e palmas, os cascavéis chocalham e os preás espertos e desconfiados se embrenham pelas pequenas veredas abertas pelas touceiras de xique-xique e nas moitas de *macambiras*.” (1951, p.11).

<sup>6</sup> Entrava em cena a “modernização” enquanto “discurso especializado” na Primeira República: “iniciar a civilização no sertão e assim acabar com a barbárie era a tarefa principal estipulada por uma concepção externa” (BARTELT, 2009, p.254).

posteriormente –, as cangalhas, juntamente com os carros de bois, passaram a significar a pequenez e o atraso daqueles que ainda os utilizavam. Ocupavam o campo semântico da inoperância e da imobilidade, contrário à velocidade e ao dinamismo dos modernos meios de transporte. Em 1914, lê-se num jornal publicado no interior da Bahia:

De facto, quem, affeito á vertiginosa carreira, ao movimento, á actividade constante, sujeitar-se-á ao marasmo, á inercia, ao isolamento que são o apanagio d'estes altos sertões bahianos? O homem, para d'aqui remover-se, tem necessidade do ronceiro muar, da cangalha e de tantos aparelhos complicadissimos que ainda estão em uso geral n'estas alturas para o desespero do viajante.<sup>7</sup>

No início do século passado, os embaraços em viver no alto sertão baiano podem ser lidos em diversas fontes como jornais, cartas e relatórios. Sentia-se a distância dos grandes centros urbanos do país, a ausência de um sistema viário e a demora de comunicação. O sertão como o “lugar do abandono” ou “lugar de ausências” passou a fazer parte do imaginário social mediante o avanço tecnológico, as ideias de modernização e as transformações da linguagem, onde a ação havia tomado o lugar da palavra.<sup>8</sup> Os caminhos para a “modernidade” desejada, na visão do mesmo autor do trecho anterior, poderiam ser traçados da seguinte maneira:

que os municipios se congreguem, contraiam emprestimos, aperfeiçoem as suas estradas, alargando-as, aplanando-as, recalçando-lhes o solo, e logo após, os caminhões, os automoveis, as bicicletas e tantos outros d'esses instrumentos de rapido transporte de homens e cargas virão movimentar o nosso commercio, fomentar as nossas industrias, valorisar o nosso trabalho, aproveitar as nossas riquezas naturaes e fazer a nossa felicidade.<sup>9</sup>

Fragmentos como este nos possibilitam imaginar um amplo painel de coisas consideradas modernas e desejadas, como caminhões, automóveis e bicicletas. E, juntamente como esses ícones, nesse painel que vai sendo montado de forma desordenada, aparecem bruacas, cangalhas e outros tantos objetos que eram vistos como “arcaicos”. Essa desordem é proposital e tenta sinalizar ambiguidades, contradições e contingências de uma modernidade que se desejava efetivar. Todavia, com alguma coerência, os intervalos entre um ícone e outro vão sendo preenchidos com os resultados de uma investigação mais ampla e atenta a aspectos específicos do espaço focalizado. Uma investigação concentrada num momento histórico em

<sup>7</sup> GUMES, João. “Meios de transporte”, *A Penna*, Caetité, 10.04.1914, p.1

<sup>8</sup> A respeito do advento da cultura modernista no Brasil, ver: SEVCENKO, Nicolau. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 78-88.

<sup>9</sup> GUMES, João. “Meios de transporte”, *A Penna*, Caetité, 10.04.1914, p.1

que ocorreram diversas mudanças provocadas especialmente pela Revolução Científico-Tecnológica.<sup>10</sup> Nas palavras de Nicolau Sevcenko:

Estimuladas sobretudo por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos (1998, p.9).

Esse fluxo intenso de transformações é intrínseco à questão da modernidade de meados do século XIX ao início do XX. Mas, em meio a “cascatas” de conceitos, de que modernidade estou falando?

De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht, “o movimento central rumo à modernidade [...] está no fato de o homem ver a si mesmo ocupando o papel do sujeito da produção do saber”<sup>11</sup> (1998, p.11-12). Com o surgimento do “observador de segunda ordem”, isto é, a gestação de “um papel de observador que é incapaz de deixar de se observar ao mesmo tempo em que observa o mundo” (GUMBRECHT, 1998, p.13), a relação entre passado, presente e futuro foi profundamente alterada:

somente desde o início do século XIX atribuiu-se ao tempo a função de ser um agente absoluto de mudança. [...] Simultaneamente, o tempo como um agente absoluto de mudança dá à inovação o rigor de uma lei compulsória. [...] Cada uma das três dimensões do tempo pode agora ser imaginada do ponto de vista das duas outras dimensões: o presente como futuro do passado e como passado do futuro; o futuro como passado de um futuro remoto e como presente do futuro; o passado como futuro de um passado remoto e como presente do passado” (GUMBRECHT, 1998, p.15-16).

Surge, assim, a sensação de um movimento fugaz do tempo, em que o presente passou a ser sentido como um instante que escapa facilmente. Sem descuidar dessas considerações centradas na questão epistemológica, outro ponto de vista pode ser mobilizado para tratar da modernidade de acordo com os meus propósitos. Trata-se da discussão feita por

<sup>10</sup> Sobre esse momento de transição entre os séculos XIX e XX, as autoras Angela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz assinalaram o seguinte: “Estamos falando [...] de um momento em que uma certa burguesia industrial, orgulhosa de seu avanço, viu na ciência a possibilidade de expressão dos seus mais altos desejos. Tal qual a revolução industrial que não acaba mais, aqueles homens passavam a dominar a natureza a partir de uma miríade de invenções sucessivas. Cada novo invento levava a uma cadeia de invenções, que por sua vez abria perspectivas de projeções inéditas. Dos inventos fundamentais aos mais surpreendentes, das grandes estruturas aos pequenos detalhes, uma cartografia de novidades cobria os olhos desses homens estupefatos com as máquinas maravilhosas” (2000, p.10)

<sup>11</sup> “A sequência de inovações que [...] pode ser representada metonimicamente pela invenção da imprensa e pela descoberta do continente americano aponta para a emergência do tipo ocidental de subjetividade – para uma subjetividade que está condensada no papel de um observador de primeira ordem e na função de produção de conhecimento (GUMBRECHT, 1998, p.11-12)

Marshall Berman. Para este autor, “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. Em outras palavras, a modernidade “nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (1990, p.15). Berman ainda afirma que, se nos atentarmos ao século XIX para identificar timbres e ritmos peculiares,

a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior [...] (1990, p.18).

Embora tenhamos a noção de que a modernidade “não se confunde com objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe” (MARTINS, 2008, p.18),<sup>12</sup> no imaginário da maioria daqueles que habitavam o alto sertão à época, a chegada do trem-de-ferro, do telégrafo, da bicicleta, do telefone e do automóvel abriria os caminhos para uma experiência completamente nova,<sup>13</sup> fazendo com que eles acompanhassem o ritmo de aceleração do tempo e a marcha do “progresso”.

Tais apontamentos levam à questão central deste estudo: como o contato com esse novo panorama repercutiu no alto sertão da Bahia nas décadas de 1910 e 1920? E, principalmente, como alguns moradores compreenderam e lidaram com esse novo ritmo e incessante avanço tecnológico que parecia tão distante, mas, ao mesmo tempo, tão auspicioso

<sup>12</sup> Para José de Souza Martins, “a modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro” (2008, p.20).

<sup>13</sup> Baseio-me na noção de experiência apontada por Reinhart Koselleck (2006, p.309-310). Mas também levei em conta outras discussões mais pontuais, como a de Joan Scott, que teceu as seguintes considerações: “Sujeitos são constituídos discursivamente e experiência é um acontecimento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas nenhum deles está confinado a uma ordem fixa de significado. Uma vez que o discurso é por definição compartilhado, a experiência é coletiva, bem como individual. Experiência tanto pode confirmar o que já é conhecido (vemos o que aprendemos a ver), quanto perturbar o que parecia óbvio (quando sentidos diferentes estão em conflito nós reajustamos nossa visão para tomar consciência do conflito ou resolvê-lo – isto é, o que significa ‘aprender com a experiência’, muito embora nem todos aprendam a mesma lição, ou aprendam da mesma forma, ou ao mesmo tempo). Experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (1998, p.320). Ver, também, NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Porto Alegre, RS, 2004, 149 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

e desejado? Vários aspectos serão levados em conta sem a pretensão de dar conta de tudo o que implica à questão da modernidade.<sup>14</sup> Por isso, escolhi tratar do tema de acordo com o que as fontes possibilitam ver, incluindo contradições, contingências e vicissitudes.

A década de 1910 foi aberta com as expectativas quanto à chegada da linha de ferro Central da Bahia em alguns municípios do alto sertão, inclusive Caetité. Embora a promessa remontasse a meados do oitocentos, somente no final da primeira década do século seguinte os estudos topográficos foram realizados e enviados aos órgãos federais. Ademais, com a intensificação da emigração para São Paulo, urgia ocupar os trabalhadores de modo a fixá-los na região. Para isso, era necessário atentar para as potencialidades naturais do alto sertão, para a “riqueza adormecida” que poderia ser bem aproveitada. Não adiantava, entretanto, investir na produção agrícola se não houvesse vias de escoamento da produção. Como, no decorrer dos anos 1910 e 1920, o projeto da ferrovia estava empacado, outros sistemas viários e meios de transporte, como as estradas de rodagem e os automóveis, foram visados.

É importante lembrar algumas questões fundamentais para o período, a saber, o fim da escravidão, a primeira experiência republicana, o crescimento de algumas cidades e as transformações urbanas, a intensificação das migrações, o avanço do sanitarismo pelos sertões, e uma reorganização discursiva de um interior nacional.<sup>15</sup> Nos anos que compreendem esta pesquisa, muitos moradores de Caetité – localizada no alto sertão da Bahia e tida na época como um importante centro de articulação política e econômica – foram atingidos pela seca e pela falta de trabalho, mas também pelas promessas de uma nova vida em outras paragens. Assim, os trajetos para São Paulo passaram a ser mais movimentados,

<sup>14</sup> Nelson Aprobato Filho usou a expressão “(des)caminhos da modernidade” em seus trabalhos sobre os animais em São Paulo de fins do século XIX e início do XX. Busquei inspirações nas pesquisas de Aprobato Filho e tomei de empréstimo sua expressão.

<sup>15</sup> Sobre o fim da escravidão e seus significados para o alto sertão da Bahia, ver PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2009; sobre a República no Brasil e na Bahia, ver, entre outros, CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembleia Legislativa; UFBA, 1985; sobre as transformações urbanas, dentre significativa produção historiográfica, ver MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil* (vol. 3: da Belle Époque à era do rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.131-214; e SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; sobre migrações no alto sertão da Bahia, ver ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; FAPESP; Edusc, 2003; sobre o avanço do sanitarismo pelo interior, ver LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999, especialmente o capítulo 4; e CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *As origens da reforma sanitária e da modernização conservadora na Bahia durante a Primeira República*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 41, n. 3, 1998, p.593-633; sobre a reorganização discursiva do interior nacional, ver BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009, especialmente o capítulo 3.

embora isso não tenha significado a diminuição em massa da população local. Pelo contrário, contribuiu para o intercâmbio de percepções, uma vez que vários desses migrantes retornavam ao encontro de amigos e familiares, pelo menos como visitantes.

Também havia aqueles, entre os habitantes de Caetité, que deram voz aos “interesses do sertão”, principalmente através de jornais locais. Seus escritos possibilitam entrever projeções conforme, por exemplo, os novos procedimentos e ideias então difundidos no domínio da agricultura e da indústria.

Para abordar essas questões, diversas fontes foram levantadas, dentre jornais, relatórios, atas do legislativo, escritos de memorialistas, cartas e fotografias – a grande maioria delas está presente no acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Nos jornais produzidos na região, sobretudo o *A Penna*, os vestígios foram buscados em editoriais, relatos de viagens, fragmentos políticos, notas de obras públicas e anúncios das “coisas modernas”. Os relatórios selecionados foram publicados em revistas de ampla circulação. Neles aparecem discursos de pessoas fora da vivência regional, surgem identificações e alteridades, descrições de municípios e narração de viagens. As atas do Conselho Municipal nuançam a visão sobre a cidade e o município, evidenciam transformações urbanas e uma tentativa, que se arrastou durante algum tempo, de modificar o código de posturas. Através de escritos de memorialistas foi possível notar dinâmicas e representações de grupos sociais e até mesmo vislumbrar alguns aspectos do cotidiano. Já as correspondências – que são inúmeras, principalmente do circuito social da família Teixeira – fornecem aspectos das relações sociais e políticas, além de desejos e imaginações que nelas são sinalizados. Quanto às fotografias, dão a ver representações visuais, formas privilegiadas no enquadramento fotográfico proporcionando sondagens da visualidade da época.

Através dessas fontes é possível falar sobre o imaginário, atentando às “formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo” (PESAVENTO, 2007, p.15). No Brasil, o imaginário moderno estava bastante associado à recente República,<sup>16</sup> mas não se restringiu ao campo político. Bronislaw Baczko, em um conhecido ensaio sobre a *imaginação social*, afirma que “os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações” (1985, p.311).<sup>17</sup> Logo, diversas nuanças

---

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, vol. 13, n.26, jan. 2009, p.15-31; e GARRAMUÑO, Florencia. Pueblo sin estado: *los sertones* y el imaginario moderno. *Otra travessia*, n. 2, 2004, p.39-52. Este último texto foi publicado originalmente como prólogo de uma edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, lançado na Argentina.

<sup>17</sup> Para Cornelius Castoriadis, o sentido corrente do termo imaginário pode se referir tanto a “uma história

podem ser averiguadas a partir das indagações que são lançadas às fontes.<sup>18</sup>

Para cumprir esses propósitos, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, tenho por escopo abordar o alto sertão da Bahia sob diferentes ângulos. Primeiramente, recorro à produção historiográfica recente indagando sobre os artifícios e elementos mobilizados por alguns autores para tratar de tal recorte espacial. Em seguida, percorro algumas fontes produzidas na época estudada, especialmente alguns relatos de viagens, a fim de perscrutar diversas percepções sobre a paisagem do interior baiano. Daí para uma leitura de projeções – feitas especialmente por pessoas que tinham ligação com a região – associadas ao potencial da natureza enquanto recurso econômico.

No segundo capítulo faço uma sondagem da chegada de novos ícones que incrementaram a imaginação das pessoas que viviam no alto sertão. Apresentações circenses, cinematógrafos, produtos industrializados, por exemplo, traziam uma atmosfera de celebração do “viver moderno” em oposição ao cotidiano sertanejo. Ocupo-me, posteriormente, com a espera pela Estrada de Ferro Central da Bahia e do imaginário em torno da ferrovia que ganhou a pauta dos mais interessados na possibilidade da sua chegada em Caetité. Já a imagem da cidade,<sup>19</sup> enquanto centro irradiador da energia moderna, é tratada no terceiro capítulo. As transformações urbanas ocorridas no início do século passado se fizeram sentir entre os conselheiros municipais, embora poucas mudanças arquitetônicas e disciplinares tenham sido realizadas em Caetité, pois o ritmo ali em muito se aproximava do viver nas roças. Ainda assim foi possível, através de algumas fotografias, tratar da tentativa de criar visualmente uma cidade afeita às ideias de urbanidade e disciplina.

---

imaginada em todas as suas partes” como a “um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não são suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’” (1982, p.154). Este autor afirma que toda a complexidade da vida social, o que inclui práticas culturais, políticas, econômicas e religiosas é produto do que ele denomina como *instituição imaginária*. Nessa perspectiva, o imaginário não é a imagem de, mas sim a “criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’, portanto, “aquilo que denominados ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos” (CASTORIADIS, 1982 p.13).

<sup>18</sup> Vale notar que “o conhecimento histórico [...] constrói-se na medida do diálogo estabelecido entre o historiador e fragmentos do passado, que vão se ampliando na medida em que aquele diversifica suas questões. O processo crítico de construção desse diálogo é feito do confronto dos conceitos contemporâneos com os conceitos embutidos nas suas fontes” (DIAS, 1998, p.234)

<sup>19</sup> A noção de imagem diz respeito à representação de algo presente ou ausente. Para Ulpiano Bezerra de Meneses, a imagem “é uma forma que serve de suporte a representações”. [...] “a imagem é uma construção discursiva, que depende das formas históricas de percepção e leitura, das linguagens e técnicas disponíveis, dos conceitos e valores vigentes”. Por isso, não há cabimento em separar o real e o imaginário, porque imagem é integrante do real; em outras palavras, práticas e representações são indissociáveis (1996, p.152-3).

## CAPÍTULO 1. O ESPAÇO ALTO SERTANEJO: AVENTURAS E ESQUADRINHAMENTOS

A aventura, para Hans-George Gadamer, “permite que se sinta a vida no todo, na sua amplitude e na sua força”, por isso, “dispensa as condicionalidades e os compromissos sobre os quais se encontram a vida costumeira. Ousa partir rumo ao que é incerto.” Ela tem um significado duradouro, pois “a gente ‘vence’ uma aventura, como se fosse um teste ou uma prova, de onde se sai enriquecido e amadurecido”.<sup>20</sup> Se tomarmos a aventura nessa perspectiva, embrenhar-se nos “sertões bravios”, nas primeiras décadas do século passado, poderia significar aprendizagem e enriquecimento. Porém, o sertão, associado “a espaços ermos, vazios e situados Brasil adentro” e presente no pensamento brasileiro como “alteridade geográfica e social” (SOUZA, 2010, p.101-102), era tomado na maior parte das vezes como um lugar que deveria ser esquadrihado, transformado de acordo com os paradigmas de modernização e desenvolvimento.<sup>21</sup>

Muitos viajantes percorreram o interior baiano, deixando registradas as suas visões sobre os diversos lugares. Essas andanças muitas vezes revelavam-se incertas, por dias a fio, sem mapas ou informações adequadas. Por conseguinte, a viagem poderia ser uma grande aventura, embora a valorização do enriquecimento que adviesse das errâncias fosse recalcada ou até mesmo anulada nos relatos que resultavam de tais andanças. Mas, se nos atentarmos aos pormenores desses relatos, podemos entrever alguns indícios que informam tanto sobre o espaço analisado como sobre as percepções do narrador.

Quanto aos escritos sobre alto sertão por alguns de seus moradores, uma leitura permite dizer que muitos assimilaram, até certo ponto, a nova discursividade sobre o interior nacional, que ganhou tônica, segundo Dawid Bartelt, após o evento de Canudos.<sup>22</sup> De ideal

---

<sup>20</sup> “A aventura não é, de forma alguma, apenas um episódio. Os episódios são casos singulares que se enfileiram uns aos outros, que não possuem nenhuma correlação interna e que justamente por esse motivo não têm um significado duradouro. A aventura, ao contrário, embora também interrompa o curso costumeiro das coisas, se relaciona positiva e significativamente com a correlação que interrompe” (GADAMER, 1997, p.130).

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, BARTELT, Dawid D. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009, p.249-254.

<sup>22</sup> Para Bartelt, “O discurso ‘Canudos’ inseriu o sertão não apenas no discurso nacional, mas também no discurso ‘Nação’. Canudos consolidou-se como um símbolo coletivo brasileiro, definindo o sertão como

literário, o sertão passou a ser um problema de responsabilidade da nação. O analfabetismo e as doenças apareciam como entrave ao desenvolvimento para além das dificuldades de conhecimento geográfico e domínio da topografia. O discurso assumido nesses escritos geralmente ressaltava a fertilidade natural que estava, porém, condicionada às vontades dos poderes públicos e inaproveitada devido à ignorância do sertanejo pobre.

Nas linhas seguintes, tratarei de alguns desses aspectos, atentando-me para a região chamada de “alto sertão da Bahia” em três momentos: no primeiro, serão tecidas algumas considerações sobre o tratamento recente que historiadores têm dado a esse recorte espacial; depois, através de algumas fontes produzidas na época que compreende este estudo, farei uma leitura do “sertão como labirinto”,<sup>23</sup> em contraste com a ideia de um espaço vazio, atentando-me também para a percepção das paisagens. Por último, chamarei a atenção para o *tópos* de riqueza adormecida e também para as projeções de aproveitamento dos recursos naturais do alto sertão reveladas em alguns documentos consultados.

### 1.1. O alto sertão da Bahia: tramas históricas

Na pauta da nova geração de pesquisadores interessados pelos sertões baianos ganham destaque a diversidade regional, a busca pelos seus matizes que colocam em xeque “generalizações equivocadas e inconsistentes” que até então molduravam a parte que se estendia para além do litoral e do Recôncavo.<sup>24</sup> Com tentativas muitas vezes bem sucedidas de investigação da historicidade das vivências sociais nos sertões adentro, outras referências espaciais, repletas de significados históricos, foram buscadas e abordadas em diferentes âmbitos, por vezes com grande sensibilidade, por historiadores, em busca de escrutínio de novos e/ou desconhecidos contextos.

O alto sertão da Bahia é um dos espaços que essa tarefa colocou em evidência. Sua alusão corrente é motivada mais por ser uma “região imaginária” do que propriamente um lugar de fronteiras definidas, enquadradas. Por sua vastidão é, em si mesmo, muito diverso,

---

região nacional. A consciência que a nação teve do sertão se intensificou e se transformou após da guerra, quando a barbárie cometida pela civilização se tornou patente. Os sertanejos foram deslocados do ‘exterior nacional’ para seu âmbito interior. O sacrifício dos canudenses abriu aos sertanejos imaginários as portas da nação” (2009, p.23).

<sup>23</sup> Tomo como referência a discussão feita por Willi Bolle no capítulo “O sertão como forma de pensamento”. In: *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004, p.47-89.

<sup>24</sup> Uma apreciação desse assunto, que trata especialmente dos estudos históricos sobre a escravidão, pode ser lida em PIRES, Maria de Fátima Novaes. História, historiografia e historicidade: tempos históricos, tempo presente. In: *Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

com uma geografia esboçada pelos *baixios* e *gerais*, caatingas e cerrados, assim como pela diversidade de povoações, linguagens e manifestações culturais. São modos de vida que em muito se aproximam, favorecendo a uma trama regional, mas que não exprimem em nenhum momento a homogeneidade desoladora.

Sendo uma expressão usada por cronistas regionais, habitantes do extremo sudoeste da Bahia desde tempos remotos (ESTRELA, 2003, p.35) e ultimamente por pesquisadores de diversos campos de conhecimento,<sup>25</sup> ganhou uma elasticidade histórica que, de certo modo, dá conta de expressar as dinâmicas socioculturais de uma porção do território baiano, talvez com mais densidade do que os enquadramentos microrregionais feitos por órgãos dos governos estadual e federal.<sup>26</sup> Mas, diante de tal proposição, qual o referencial mobilizado pelos historiadores para organizar o recorte espacial “alto sertão da Bahia”?

Caio Prado Júnior, ao escrever *Formação do Brasil Contemporâneo*, utiliza em diversas passagens a expressão “alto sertão” para referir-se às áreas que alcançam maiores distâncias e altitudes em relação ao litoral. Se pudermos dizer que este autor se refere a uma região específica, verifica-se que ela é de tal modo gigantesca que chega a compreender vasta porção interiorana, desde praticamente todo o Nordeste até a inclusão de parte de Minas Gerais. Quando trata da presença indígena no período de transição do século XVIII para o seguinte, afirma que nos “altos sertões do Nordeste”, o fundo da população era “todo de sangue indígena”, pois “o sertão constituiu sempre, de fato, refúgio para negros e mestiços provindos do litoral: escapos da justiça, que sobre eles pesava mais que sobre as outras categorias da população” (PRADO JR., 1999, p.113). Ou seja, “alto sertão” significa aqui a parte do território mais distante da costa litorânea, a parte aprofundada do sertão. Mais adiante, na passagem onde trata do cultivo do algodão, verificamos a quais áreas o autor se refere ao fazer uso daquela expressão para o Nordeste: “as regiões mais arredadas do litoral, onde as chuvas são menos frequentes” (PRADO JR., 1999, p.140) – é a parte nordestina em que a caatinga predomina. Nessa altura de sua análise, Caio Prado Júnior chega à parte

---

<sup>25</sup> Numa dissertação desenvolvida na área de Educação, defendida em 2010 na Universidade Federal de Minas Gerais e intitulada *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)*, Joseni Pereira Meira Reis localiza geograficamente sua pesquisa no “Alto Sertão Sul da Bahia”.

<sup>26</sup> Como, por exemplo, os “territórios de identidade” delimitados pelo governo estadual, sendo o “Sertão Produtivo” a parte correspondente aos municípios de Iuiú, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Guanambi, Candiba, Pindaí, Urandi, Caetité, Lagoa Real, Ibiassucê, Caculé, Rio do Antônio, Malhada de Pedras, Nossa Senhora do Livramento, Brumado, Dom Basílio, Ituaçu, Tanhaçu e Contendas do Sincorá. Ou a divisão mais antiga das “regiões econômicas”. Dentre estas, a “Serra Geral” diz respeito, além de todos os municípios anteriormente citados (excetuando Iuiú), a Igaporã, Licínio de Almeida, Jacaraci, Mortugaba, Guajeru, Condeúba, Cordeiros, Piripá, Pres. Jânio Quadros, Maetinga e Aracatu. O alto sertão corresponde a uma área bem mais vasta, ainda que não constem fronteiras definidas.

territorial com a qual me ocupo:

O interior mais remoto também se aproveita da preferência do algodão por climas mais secos. *Nos altos sertões limítrofes da Bahia e de Minas Gerais* forma-se uma região algodoeira de certa importância. Ela abrange, no sul da primeira, a área que se estende a leste do rio São Francisco, compreendendo a *serra de Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Conquista, com centro principal em Caitité*. (PRADO JR., 1999, p.151 – grifos meus).

Para falar dessas áreas, o autor baseia-se nos escritos de Saint-Hilaire e Martius que percorreram o interior do Brasil no princípio do século XIX. Como já apontado, é difícil definir contornos para a área que Caio Prado Júnior chama de alto sertão. Aliás, muitas vezes ele prefere manter o termo no plural. Ao tratar do povoamento, dá razão a Capistrano de Abreu que distingue o “sertão interior” do “externo”, sendo este último mais próximo do litoral (PRADO JR., 1999, p.63). No nosso caso, o adjetivo “alto” dá ideia de que se trata do primeiro, o “interior”.

Se consultarmos o *Diccionario da Lingua Brasileira*, da autoria de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado no Brasil em 1832, o termo “alto” enquanto adjetivo significa “levantado do chão; que tem altura; de estatura grande; de grande elevação”, mas também “que he fora da ordem comum; incomprehensivel”. Já o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, com publicação de 1789 e impresso em Portugal, apresenta uma definição ainda mais complexa. Além de possuir as mesmas significações expressas no dicionário publicado quarenta e três anos depois, contém diversas outras desde “*alto dia, alta noite*, muito depois de amanhecer, e de anoitecer” até “*Mysterio – profundo*”. No entanto, o que mais se aproxima do que aqui está sendo evocado encontra-se no uso assim exemplificado: “*O alto do mar, o pégo, o golfão, longe da Costa*”. É na direção contrária do mar, mas com o adentramento que atinge profundidade semelhante, que o “alto sertão” pode ser alcançado. Já o termo sertão procurado nesses dicionários quer dizer “o interior” ou o “coração das terras; mato distante da costa marítima; *sertão da calma*, o lugar onde ella he mais intensa”.<sup>27</sup>

Em se tratando de alto sertão da Bahia, nas narrativas históricas recentes sobressai uma trama de regionalização, isto é, de formas de delimitação do espaço, de enquadramento ou de recorte espacial das quais podiam e ainda podem surgir diversas denominações, mas que aquela (alto sertão) se fez sentir com mais vigor e talvez maior significado histórico.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Procurando nesses dicionários o sentido de “calma”, ambos a definem como “calor causado pelo sol” ou “falta de vento”, mas somente a primeira publicação utiliza os significados “serenar; e fig. tranquillizar”.

<sup>28</sup> É sempre bom lembrar, como afirma José D’Assunção Barros, que “a ‘região’ ou a ‘localidade’ dos

Quais os propósitos dessa regionalização por parte dos historiadores? Gilberto Cezar de Noronha, ao estudar as configurações do “oeste de Minas Gerais” de modo denso e ampliado, nota que esta denominação para um espaço mineiro foi utilizada “sobretudo como recurso metafórico para denominar essa trama em seu conjunto, procurando-se incluir todas as variações, conflitos e configurações sociais que a constituem, incluindo o próprio conceito de Oeste de Minas encontrado nas fontes” (2011, p.159). Em muitos trabalhos em que pesquisadores situaram suas análises na referida área do sertão baiano, as delimitações não são claras, mas a trama tornou-se fecunda por expressar a historicidade das representações, das condições de vida e da dimensão cultural de um espaço distante dos grandes centros urbanos brasileiros. Cabe saber o que diferencia o alto sertão de tantas outras regiões.

Trata-se, antes de tudo, de uma estratégia de compreensão por parte do historiador que mobiliza elementos simbólicos, passa pelos sentimentos de pertencimento e identificação, fatores naturais, relações entre homem e natureza, além de planejamentos operados nas dimensões políticas e econômicas. Feito isso, põe em evidência a paisagem e o espaço geográfico,<sup>29</sup> procurando, por sua vez, superar a polaridade entre natureza e cultura, acentuando tanto as ações humanas quanto os fatores físicos.<sup>30</sup>

Pioneiro em algumas investigações sobre o “Alto Sertão da Bahia”, especialmente as dinâmicas socioeconômicas, e um dos responsáveis por reabilitar tal expressão que muitos estudiosos se serviram posteriormente, Erivaldo Fagundes Neves prefere utilizá-la como substantivo próprio, como sugerem as iniciais maiúsculas. Ao apresentar a base física da região, diz que ela é “referenciada na posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano que ali projeta as maiores altitudes” (1998, p.22). E ainda aprecia o conjunto da vegetação, que em muito resulta do contato entre a caatinga e o cerrado, onde ocorrem principalmente, de acordo com o vulgo popular, os *gurungas* (“planaltos acidentados de terra vermelha”), os *baixios* (“planícies arenosas”) e os *gerais* (“campos abertos de solo

---

historiadores não é a localidade dos políticos de hoje, ou da geografia física, ou da rede de lugares administrativos em que foi dividido o país, o estado ou o município. Toda ‘Região’ ou ‘localidade’ é necessariamente uma construção do historiador” (2010, p.232).

<sup>29</sup> Milton Santos propõe que o espaço seja definido, num primeiro momento – em vista de uma discussão conceitual mais aprofundada –, “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, daí pode-se “reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera” (2008, p.21-22).

<sup>30</sup> Ver MENESES, Ulpiano Bezerra T. de (2002) que, ao tratar da “paisagem como fato cultural”, leva-nos a pensar sobre problemas que vão além dos conceitos com reconhecida legitimidade.

pedregulhoso e vegetação rasteira nos altos das serras”)<sup>31</sup> – características que foram ressaltadas em relatos de viajantes e moradores, especialmente nos séculos XIX e XX. No livro que resultou da sua tese de doutoramento, o autor arrisca uma descrição sumária da região que, em suas palavras, designa

o espaço construído pela sua população, consciente da identidade socioambiental desenvolvida com vínculo de parentesco e vizinhança, práticas comuns de folgedos, religião, tradições, representações políticas, atividades econômicas, enfim, usos e costumes, na convicção da contrariedade e no sentimento de integração naquele sertão (NEVES, 2005, p.18).

Para daí afirmar que “todos esses sentimentos, sensações e afinidades, além de se desenvolverem num espaço geográfico específico, constituem vivências sociais, políticas econômicas e culturais de uma comunidade, aglutinada num determinado contexto”. Contexto que remete à “transição para o século XVIII quando se iniciou a ocupação econômica regional, transmitidas por sucessivas gerações com sua memória, de modo a forjar suas representações e preservar seu patrimônio histórico-cultural” (NEVES, 2005, p.18).

Com tais definições, Neves atrela-se à noção de comunidade humana, se considerarmos que “comunidade remete a laços mais fortes do que aos de sociedade ou de coletividade” e também “supõe adesão voluntária ou consciência desse pertencimento” (ALBAGLI, 2004, p.29). O autor, utilizando a abordagem denominada História Regional e Local,<sup>32</sup> chama a atenção para aspectos definidores da região de acordo com o que as fontes lhe dão a ver, mas também conforme os pressupostos da metodologia que utiliza.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> No referido livro, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de História Regional e Local), além da base física, o autor apresenta diversas nuances do alto sertão, discutindo assuntos como a ocupação territorial, a estrutura produtiva e comércio, a estrutura do poder local e as relações de trabalho. Para saber mais sobre as caatingas, que predominam naquela região, Ver BERNARDES, Nilo. *As caatingas. Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 13, n. 35, 1999, p.69-78.

<sup>32</sup> Em sua trajetória acadêmica, Erivaldo Fagundes Neves demonstra clara afeição ao que denomina “história regional e local”, uma abordagem amparada nos “recursos de regionalização” para tratar, por exemplo, de “temáticas sertanejas quase ignoradas pelos compêndios de história da Bahia” (2010, p.102). É legítimo que este historiador reivindique o interesse por tal abordagem histórica quando ela, no seu ponto de vista, abre novas perspectivas e qualifica a investigação de espaços ainda pouco estudados. Mas não é por este caminho que pretendo enveredar – isto é, quando tal caminho disser respeito a uma tentativa de enquadrar a pesquisa numa determinada modalidade ou abordagem histórica. Durval Muniz de Albuquerque Júnior considera que a “História Regional”, “por mais que se diga crítica do regionalismo, do discurso regionalista, está presa ao seu campo de dizibilidade” (2009, p.39). A abordagem defendida por Erivaldo Fagundes Neves parece que não se prende ao campo do regionalismo nem aos seus propósitos. Mesmo assim, as tentativas de adjetivação para um “tipo” de história pode fazer com que o seu lado mais instigante seja jogado para escanteio. A lição dada por um geógrafo, ao afirmar que “o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário” (SANTOS, 2008, p.19), também vale para a história.

<sup>33</sup> Em texto recente, Erivaldo Fagundes Neves faz uma reflexão sobre a produção histórica na Bahia e demonstra como compreende tal abordagem: “Na perspectiva da história regional e local, a identidade de um grupo humano inicia-se pelo próprio reconhecimento como unidade social e no comportamento social

Se um dos principais jornais a circular nessa porção do interior baiano tinha como slogan “órgão dos interesses do alto sertão” e, posteriormente, “órgão dos interesses commerciaes, agricolas e civilisadores do alto sertão”,<sup>34</sup> acredito que o sentido imputado estava muito mais na projeção de um determinado espaço ancorada nas perspectivas nacionais de modernização e desenvolvimento – sugerindo o desejo de fazer parte dessas perspectivas sem nunca deixar de lado os interesses locais –, do que propriamente uma tentativa de delimitação de fronteiras. Dawid Bartelt assinala que “após 1889, as experiências recentes das duas secas (1888-1889 e 1891) no Nordeste coincidiram com o pensamento republicano do progresso e levaram ‘os interesses do sertão’ à ordem do dia no parlamento baiano” (2009, p.250). Houve, então, uma ‘supervalorização’ dos ‘ubérrimos sertões’ especialmente por parte da elite interiorana. Não contentes com a abstração que o termo designava, começaram a ser tramadas regionalizações para conjugar os interesses. Se assim o for, o alto sertão evocado nos slogans – que por sua vastidão esconde a fraqueza econômica das pequenas cidades que o compõem –, pode ser entendido com autoridade necessária para legitimar os investimentos governamentais. Assim, se existia uma “comunidade sertaneja” baseada na consciência de pertencimento e territorialidade, ela foi também mobilizada discursivamente de acordo com as conveniências da época.

Por outro lado, é necessário ter em vista que, se no imaginário social oitocentista a nação deveria representar harmonia e homogeneidade, havendo a mobilização de símbolos para a construção da nacionalidade desejada, nos períodos mais recentes ela foi substituída por sociedade, “lugar de conflitos, segmentos, lutas de minorias” e isso deu vazão para que elementos, tais como a paisagem, fossem convocados “para alimentar as expressões de identidades regionais, locais, parcelares” (MENESES, 2002, p.43). Mas outro jogo também é perceptível: se no início do século passado, com raízes ainda no oitocentos, seja possível identificar claramente no interior do país a mobilização do regional como desejo de fazer parte do nacional, hoje muitos historiadores não perdem de vista o fato das particularidades de uma região geralmente se articularem nas questões da sociedade mais ampla. Mas, nesse jogo, enquanto que no primeiro caso enfatiza-se as semelhanças em prol de um singular, a nação,

---

integrado a um determinado território, conectado numa ancestralidade sob os prismas de permanência e de continuidade, articulados em relação hierárquica de poder, o que equivale a contextualizar-se num tempo e num espaço, situar-se historicamente. E nesse processo, o recorte espacial deve ser problematizado e adequado ao objeto de estudo, por se confundir com a demarcação do território, definida pela documentação a ser pesquisada, que se referencia na burocracia estatal” (NEVES, 2010, p.108).

<sup>34</sup> Um dos principais argumentos para as tramas de regionalização do “alto sertão da Bahia” foi retirado deste jornal, endossado especialmente pelo referido slogan – como podemos ver no trabalho de Ely Souza Estrela (2003). Trata-se do jornal *A Penna* publicado em Caetitê, com algumas interrupções, desde 1897 até o início da década de 1940.

no segundo existe uma procura pela pluralidade.

Ely Souza Estrela, com pesquisa realizada na área da Geografia Humana, remonta aos esforços de regionalização de Erivaldo Fagundes Neves. Prefere, no entanto, a noção de “região imaginária” para empreender sua análise, esquivando-se da noção de comunidade como vetor de compreensão. Essa proposta da autora coloca em pauta “a necessidade de historicizar as regionalizações, buscando identificar não somente os fatores que as particularizam – geográficos, culturais, históricos, etc. – mas sobretudo as percepções e o imaginário dos homens que a habitam” (2003, p.37).<sup>35</sup> Ou seja, o alto sertão baiano não deve ser tomado como premissa para empreender uma análise. O pesquisador deve assumir um posicionamento que faça notar as diferentes percepções e construções de paisagens, a diversidade de imagens e as representações que dão sentido a um determinado espaço e possibilitam uma trama regional.

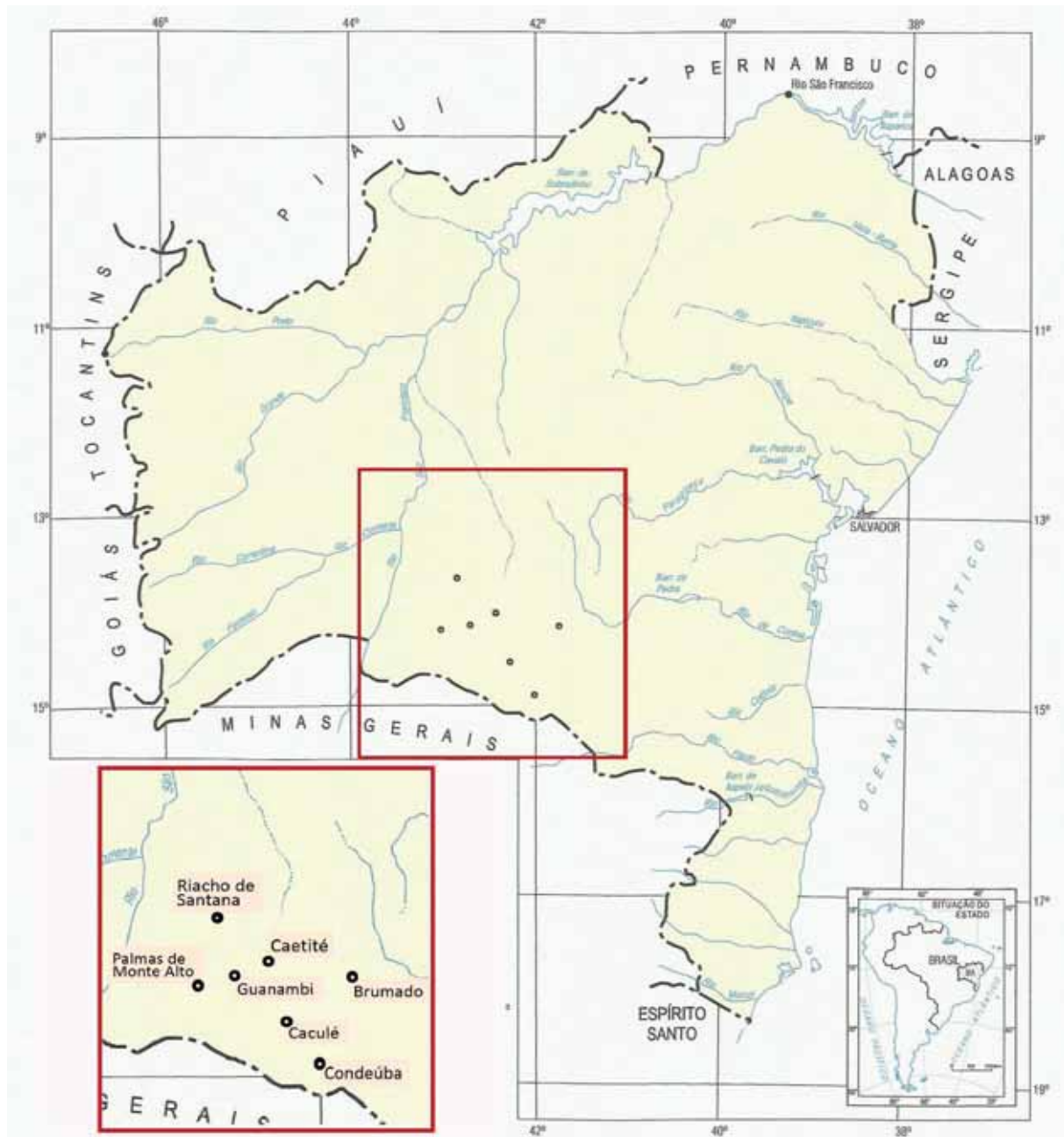
Mesmo reconhecendo essa dimensão imaginária, a geógrafa sente a necessidade de ensaiar uma definição de fronteiras.<sup>36</sup> O alto sertão é, a princípio, “um espaço distante, isolado, carente de recursos materiais e de meios técnicos e científicos” (ESTRELA, 2003, p.36), que alcança o status de “região imaginária” para depois ser tomado como uma área formada “por toda a Serra Geral e franjas das microrregiões econômicas Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Sudoeste e Paraguaçu” (ESTRELA, 2003, p.37-39). Não vejo contradição nessas sucessivas definições da autora. Há, na verdade, a pertinência de delimitar o espaço da pesquisa, o que exigiu recorrer também às regionalizações de órgãos oficiais, e isso não significa necessariamente negar o conteúdo imaginário da região. No mapa a seguir (mapa 1), localizo de forma aproximada o espaço referenciado, de acordo com os estudos aqui citados.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> “A utilização do termo *alto sertão* para designar uma vasta área do interior do Brasil, situada na atualidade nos limites de dois Estados diferentes [Bahia e Minas Gerais], revela claramente a existência de uma região imaginária na geografia do extremo sudoeste da Bahia” (ESTRELA, 2003, p.37).

<sup>36</sup> “A região imaginária ocupava – e ocupa – área de aproximadamente 180 mil km<sup>2</sup>, totalmente incluída no polígono das secas, apresentando alto risco de estiagem. Apresenta as mais elevadas altitudes do Estado. O Pico das Almas (1.850 m) e o Pico do Barbado (2.033 m), localizados nos municípios de Abaíra e de Rio do Pires, ambos na Chapada Diamantina, constituem seus pontos mais altos.” (ESTRELA, 2003, p.39)

<sup>37</sup> No livro *Os sampauleiros: cotidiano e representações* (2003, p.38), encontra-se um mapa desenhado pela autora Ely Souza Estrela, juntamente com Sinthia Cristina Batista, com contornos definidos do alto sertão da Bahia. No livro que resultou de sua tese de doutorado, Erivaldo Fagundes Neves (2005, p.19) faz um recorte de forma quadrangular no mapa da Bahia, onde localiza os municípios do alto sertão. Preferi o artifício deste último.



**Mapa 1.** (Adaptado). Alto sertão baiano (em realce). Destaque para algumas das principais cidades, inclusive Caetité, local focalizado nesta pesquisa.  
**Fonte:** SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

Particularmente, ao chamar a atenção para as rotas de migração, a pesquisadora revela algo de substancial importância para nuançar a pesquisa que ora empreendo: o fato do alto sertão, desde muito tempo, constituir-se “na mais utilizada via de interligação entre o interior do Nordeste e o Centro-Sul do país”. O fluxo de deslocamento populacional rumava principalmente para São Paulo e o alto sertão tornou-se caminho por onde passavam ou de onde partiam “indivíduos de todos os quadrantes do Nordeste” (ESTRELA, 2003, p.42). No início do século XX, esse fenômeno contribuiu para a produção de um imaginário da capital

paulista como centro de irradiação da energia moderna. Vejo aqui uma pista para entrever o imaginário moderno não restrito apenas a um grupo abastado do alto sertão, com condições de ter em mãos, volta e meia, um belo cartão postal de São Paulo, Nova Iorque ou Barcelona, mas também o imaginário das populações mais pobres que ouviam narrativas sobre maravilhas e desencantos da cidade, dos objetos tecnológicos, das coisas imaginadas como modernas – enfim, da “mudernage”, como talvez diria o *cantadô* Elomar Figueira Mello.<sup>38</sup>

A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, na realização do seu mestrado, percorre o alto sertão baiano guiada por uma indagação: “o que significou, nessa região, ser escravo ou forro?” (2003, p.35), para localizar a sua pesquisa nas dimensões dos núcleos urbanos de Rio de Contas e Caetité em meados do século XIX. Na caracterização do espaço de investigação, assinala que fontes arquivísticas de natureza diversa e relatos de viajantes e memorialistas dão conta da “dinâmica interna, que possibilitou uma vida social repleta de particularidades que singularizavam as relações escravistas, o trabalho escravo e as experiências de escravos e forros no alto sertão” (PIRES, 2003, p.45). Como é evidente, não só de escravos, mas da vida social em geral. Somos, então, informados mais uma vez, confirmando as pesquisas de Eivaldo Fagundes Neves, de que “o povoamento e desenvolvimento do sertão baiano esteve relacionado à mineração e à longa tradição agropecuária, notadamente a parte adjacente ao rio São Francisco” (PIRES, 2003, p.37).

Quando trata das principais rotas de comércio no século XIX, Pires diz que “Caetité (grande centro distribuidor), Rio de Contas e Minas Novas tornaram-se polos ativos, através da cultura de subsistência e do gado”, especialmente pela demanda de abastecimento dessa região gerada pela exploração de diamantes na Chapada Diamantina nas primeiras décadas daquele século (PIRES, 2003, p.40). O diferencial no que diz respeito à trama regional é a minuciosidade da pesquisa, sem a pretensão de demarcar fronteiras, mas atentando-se às dinâmicas e aos aspectos diversos da vida social, mostrando desde os produtos cultivados e comercializados até os variados gêneros alimentícios e apetrechos registrados em fontes locais. Ao percorrer relatos de viajantes, já no final do século XIX nos é apresentado um quadro pessimista da economia regional com a desapareição dos garimpeiros e a falta de meios de transporte para o escoamento dos produtos da lavoura – um quadro que Durval Vieira de Aguiar, ao passar por Caetité na época, resumiu na seguinte sentença: “[...] acha-se exaurida a população, aliás rica de terrenos de lavoura, porém pobre de recursos por falta de consumo e dos meios de exportação, obstada por 100 léguas de maus caminhos” (apud PIRES, 2003,

---

<sup>38</sup> Um interessante estudo da obra de Elomar é feito por André-Kees de Moraes Schouten no livro *Peregrinos do sertão profundo: uma etnografia do sertão de Elomar Figueira Mello*. São Paulo: Annablume, 2010.

p.46).

Em *Fios da vida*, livro que resultou da sua tese de doutoramento, Pires avança suas pesquisas sobre a escravidão, com recorte temporal desde meados do século XIX (1860) até o princípio do XX. Como o título anuncia, sua investigação assemelha-se a um trabalho artesanal tecido a partir de fios que se entrecruzam, formando redes sociais. Nessa tessitura, aparecem os aspectos econômicos que servem de base para o meu estudo: “foram as lavouras de subsistência, a pecuária e o artesanato de couro e metais que sustentaram a economia dessas localidades.” E ainda que houvesse “maiores fortunas de um ou outro fazendeiro, comerciante ou usurário, a ampla maioria se manteve em ‘faixas de riqueza’ mais modestas” (PIRES, 2009, p.18). Novos aspectos que passaram a caracterizar narrativas sobre a região surgiram quando

as dificuldades com as distâncias foram acentuadas, sobretudo, nas décadas finais do século XIX e início do XX, quando as ferrovias, construídas na Bahia em meados do século XIX, modificaram, em certa medida, as rotinas e temporalidades da vida social. Acresce-se a isto as longas estiagens, especialmente das décadas de 1860 e 1890, propulsoras de frequentes migrações, inanição e miséria, acentuada pelo descaso das autoridades públicas” (PIRES, 2009, p.104).

Ganharam força os discursos sobre o sertão como lugar do abandono, lugar onde tudo falta,<sup>39</sup> no final daquele século – questão que será tratada ao longo deste trabalho. Mas, em geral, uma apreciação da historicidade da região ora estudada leva às seguintes características:

O alto sertão, ou “sertoins de sima”, constituiu-se historicamente com a criação de gado vacum, os denominados “currais da Bahia”, na extensão do São Francisco ao Rio das Velhas e, posteriormente, com a mineração, na Chapada Diamantina. As fazendas de criar se expandiram pelo sertão desde o século XVII e a exportação do gado da zona do São Francisco para a capital se fazia através do planalto baiano. (PIRES, 2009, p. 104).

Aqui emerge uma outra expressão para referenciar a área: os “sertoins de sima”. Remete também ao período colonial ao citar os “currais da Bahia”, quando houve o povoamento principalmente através do rio São Francisco e que foi marcado decisivamente pela criação de gado. Essas denominações também podem ser encontradas em outros trabalhos onde há o desejo explícito de analisar processos de regionalização. Tal caso vale

---

<sup>39</sup> Ver NAXARA, Márcia Regina Capelari. Fragmentos de “Histórias e Paisagens do Brasil” (percursos de pesquisa). In: *Anais do primeiro e do segundo encontros de pós-doutores do PPGH/UFF*. Niterói-RJ: PPGH/UFF, 2009.

para a publicação recente do volume *Sertões Brasileiros I*, que é parte do projeto *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, de responsabilidade do IBGE. Na introdução do volume, anuncia-se a busca pelos “aspectos mais representativos” dos processos locais que deram “feições diferenciadas” às dinâmicas na vastidão do território brasileiro, dando prioridade às particularidades que envolveram e geraram “regiões cujas identidades marcaram época e permaneceram no imaginário nacional” (IBGE, 2009, p.9).

No referido volume, são quatro grandes áreas denominadas “sertões” que se configuram de acordo com o processo histórico e que se subdividem em regiões específicas.<sup>40</sup> Com tal perspectiva, os autores partem da ideia de sertão com significado amplo e movediço na língua portuguesa, “o que faz com que diferentes segmentos do território, em vários momentos históricos, tenham recebido a alcunha de sertão”. Em se tratando de Brasil, desde a carta de Pero Vaz de Caminha o termo foi utilizado para referir-se a terras distantes. Ao longo do processo de ocupação foi adicionado o sentido de terra ignota, desconhecida e perigosa. Daí para designar a parte ainda não incorporada pelo colonizador nos primeiros séculos de colonização. No período setecentista, com a febre da mineração, a ideia de sertão esteve associada à ausência da lei e da ordem. E até meados do século XX, pelo menos até a década de 1930, estava relacionada às “áreas em que a ‘ordem’ instituída era a dos coronéis” (IBGE, 2009, p.11-12). A parte de que ora me ocupo encontra-se, na divisão proposta no *Atlas*, entre os *sertões dos currais* (especificamente os *currais da Bahia* ou *currais são-franciscanos*) e os *sertões de Cima* (Chapada Diamantina).

Os *currais da Bahia* eram entendidos como uma área de transição, pois “não foi a fixação, mas antes o trânsito, a principal marca da região, tanto pela comercialização de produtos como pelo deslocamento de animais” (IBGE, 2009, p.78). Embora a sua ocupação remonte a pouco antes das descobertas auríferas nos *Sertões do Ouro*, “a intensificação dos deslocamentos que por ela transcorreram, os conflitos de que ela foi palco, a intensidade da riqueza que ela conheceu só aconteceram porque surgiram as *minas gerais*.” (IBGE, 2009, p.77). Nos séculos XVII e XVIII, portanto, a região abrangia grande parte do norte de Minas, seguindo o curso do rio São Francisco e, à margem direita, terminava na área que posteriormente ficou conhecida como *Sertões de Cima* da Bahia. Com o surgimento dos

---

<sup>40</sup> O projeto está estruturado nos seguintes volumes: 1 - *Brasil meridional*; 2 - *Sertões Brasileiros I*; 3 - *Sertões brasileiros II, Costa brasileira e Amazônia*. O volume 2, que aqui interessa, organiza-se em quatro capítulos, cada um destinado a análise desses “sertões”. São, portanto, quatro grandes “sertões” analisados: os *Sertões do Leste* (designando o vale do Paraíba, a Zona da Mata mineira e o vale do rio Doce); os *Sertões do Ouro e Sertões dos Currais* (as *minas gerais*, os *currais da Bahia* e a região de Curral d’El Rei e entorno); os *Sertões de Cima* (Chapada Diamantina, na Bahia); e os *Sertões Nordestinos* (compreendendo as regiões do Cariri Paraibano, o sertão do Pajeú e o Cariri Cearense).

campos de vacarias no atual estado do Rio Grande do Sul, os *currais* perderam sua função de centro abastecedor. Com efeito, tal denominação foi dando lugar a outras, mas nos séculos seguintes a região manteve-se com as características de área de trânsito entre o Nordeste e o Sudeste do país.

No século XIX, os *Sertões de Cima* aparecem como palco de disputas políticas e o lugar onde o poder dos coronéis estendia-se por todas as esferas do poder público – uma atmosfera que durou pelo menos até o fim da Primeira República. Em termos geográficos, “trata-se da serra do Espinhaço e do vale do rio São Francisco” que compõem a Chapada Diamantina, “estendendo-se de Jacobina a Livramento de Nossa Senhora, no sentido norte-sul, e de Andaraí a Brotas de Macaúbas e Gentio do Ouro, no sentido leste-oeste” (IBGE, 2009, p.101). Essa região esteve associada à dificuldade de acesso, às ocorrências de diamantes em seus cursos de água, “fato que gerou uma ocupação marcada pelas disputas em torno das áreas de lavras, bem como das melhores terras em seu entorno para a produção agrícola e pecuária” (IBGE, 2009, p.100).

O alto sertão baiano, que não aparece entre os *sertões* do *Atlas*, mas referenciado pela Chapada e pelos *currais da Bahia* tem, todavia, um significado histórico e geográfico mais abrangente, porque consegue ultrapassar características, de certa forma, determinantes, tais como a econômica e a política. É, antes de tudo, uma referência de localização que foi ganhando força de região imaginária. Nele está localizada Caetité, que surgiu como vila em 1810 quando se desmembrou de Rio de Contas que, por sua vez, era um incipiente núcleo urbano localizado na Chapada Diamantina. Durante grande parte do século XIX, Caetité foi um importante centro articulador do comércio regional por encontrar-se num ponto de localização estratégico, que facilitava o intercâmbio com o norte de Minas Gerais. Devido às reconfigurações municipais, ao longo do tempo, o seu território foi sendo reduzido para uma pequena parcela comparada à área de origem. Essa redução também foi acompanhada pela perda de importância comercial. Já no século XX, contrariando alguns escritos de memorialistas, a cidade pouco se diferenciava dos demais núcleos urbanos do alto sertão, pelo menos em termos políticos e econômicos.

No período que focalizo, o sertão foi, por muitas vezes, percebido como lugar do abandono, contrastando com os paradigmas de modernização e desenvolvimento. Quando percorro algumas publicações da época, a impressão que fica aproxima-se das reflexões de Márcia Naxara ao tratar dos volumes que compõem *História e paisagens do Brasil*, de Ernani Silva Bruno. Em diversas passagens desta coleção,

ao se falar de regional no sentido de caracterização das diferentes partes do Brasil, não se está fazendo referência somente aos seus diversos espaços geográficos e/ou culturais, mas se estabelecendo um crivo pelo qual regional adquire a significação de mundo não urbano e, por consequência, não civilizado ou menos civilizado – ou seja, tomado em consideração pela falta. (NAXARA, 2009, p.10).

Embora essas impressões tenham decorrido da leitura de uma coleção publicada em meados do século passado, a ideia de sertão como o lugar da falta, no campo semântico oposto ao que pudesse ser considerado civilizado ou moderno, remonta, pelo menos, a fins do século XIX, com a reorganização discursiva de um interior nacional.<sup>41</sup> E essa falta era sentida mediante o sentimento de abandono, da distância em relação a projetos modernizadores.

Por conseguinte, não é a região do alto sertão da Bahia como espaço geográfico o ponto nevrálgico do que ponho em discussão.<sup>42</sup> O que está em xeque é um espaço que ocupa o campo semântico do atraso e do abandono, diante de um outro, o civilizado e o moderno. Isso não significa abrir mão de uma trama regional trilhada pela historiografia recente. Trata-se, nesse último caso, de uma referência espacial que foi e está sendo tramada através de múltiplas percepções, como as de historiadores que, partindo de sua temporalidade, debruçam-se sobre fontes onde despontam veredas documentadas por viajantes e moradores em vários períodos históricos. É claro que essa delimitação, como toda pretensa definição de fronteiras, possui falhas aparentemente desconcertantes. A começar pela ausência – sentida com maior intensidade desde que, em meados do século XIX, a propaganda ferroviária ecoou aos quatro ventos – de uma malha de trânsito bem equiparada que pudesse favorecer intercâmbios e circulações dentro da região.

Mesmo assim, essa referência geográfica tem uma importância fundamental neste trabalho. Todavia, quanto ao desejo de esquadrihar o alto sertão, achar suas coordenadas, esboçando uma cartografia factual e precisa, por que não dar lugar também ao imaginário e à imprecisão do viajante que por ele se aventurou sem um mapa de escalas apropriadas? Por que não tratar um espaço dando primazia ao seu conteúdo labiríntico? Willi Bolle, no estudo *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*, ao tratar da geografia trabalhada por Guimarães Rosa, assinala que o sertão “aparece como labirinto, lugar por excelência do se perder e do errar” (2004, p.64-65). Comparados *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, com

<sup>41</sup> Ver BARTELT, David. Nação: reorganização discursiva de um interior nacional. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Edusp, 2009, p.235-336.

<sup>42</sup> Por tudo que foi discutido até aqui e por se tratar de uma referência histórica e geográfica mais apropriada para localizar o núcleo urbano de Caetitê e o seu entorno, ora especificamente focalizados, preferi manter a expressão em iniciais minúsculas, mantendo, assim, a ideia de uma região geograficamente localizável, mas também o seu sentido de adjetivação para designar um espaço longínquo.

*Grande Sertão: Veredas*, se no primeiro preza-se pelo máximo de organização e controle, no segundo o sertão é tomado como “lugar labiríntico”.<sup>43</sup> Estamos diante de “duas concepções de organizar o território brasileiro: a racional e a labiríntica” (BOLLE, 2004, p.76-78). Esta última coloca em xeque os ideais de ordem e progresso de uma elite modernizadora, dando primazia às errâncias como forma de descobrimento e aprendizagem.

Ao invés de percorrer um alto sertão racionalizado e organizado, prefiro andar por um espaço labiríntico através da leitura das fontes disponíveis a esta pesquisa. Sem a pretensão de esboçar um quadro geral dos lugares percorridos, o objetivo é surpreender a errância e o recalque dos próprios viajantes, cientistas e jornalistas que supunham ou pretendiam dispor, à época, de um instrumental eficiente para esquadrihar aquela parte do interior baiano. Os documentos selecionados em que se organizou um discurso sobre o espaço alto sertanejo da Bahia apresentam muito mais omissões do que descrições sumárias das diversas nuances dos lugares percorridos. A contragosto dos responsáveis pela elaboração dessas fontes, minha perspectiva dá primazia à ideia de espaço labiríntico que, por esse aspecto, custa a ser esmiuçado numa análise histórica. Como as fontes disponíveis são mínimas em relação às camadas profundas da vida social no sertão, não há como estar isento de um olhar condizente mais com uma sondagem do que propriamente o esmiuçamento de um labirinto sertanejo preciso.

Por isso, surpreender as omissões das fontes é um trabalho que passa antes pela análise do que elas nos dão a ver, inclusive a presença de *tópos* discursivos, sendo um destes o “lugar do abandono” que privilegia a imagem de um espaço à espera da modernização. Com isso, o temor de enfrentar o desconhecido aparece como um recalque – os registros de andanças pelo sertão, por mais que não fosse dito, revelavam menos o esquadrihamento do que a aventura.

## **1.2. Aventuras no labirinto: andanças, paisagens e percepções**

“Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução.” Em conjunto, essas palavras

---

<sup>43</sup> A narrativa de Guimarães Rosa avança de labirinto *natural*, de caráter geográfico, que é o sertão, para o labirinto *artificial* do texto. Trata-se aqui de uma estratégia de ficção. Como assinala Willi Bolle, “O labirinto narrado (o sertão) funciona como um *medium-de-reflexão* para o labirinto da narração (a memória) e vice-versa” (2004, p.83). O que proponho é tão somente tomar o sertão enquanto labirinto em sua característica geográfica e histórica, ou seja, inexaurível em suas profundidades sociais por uma análise científica. Não tenho nenhuma pretensão de propor uma estruturação labiríntica de um texto histórico assim como o texto ficcional.

de Walter Benjamin não teriam o sentido alterado se trocássemos as posições de natureza e artifício. Para quem se perde numa floresta ou numa cidade, são preciosas quaisquer pistas que venham a iluminar um caminho. Todavia, aquele que deseja se perder em busca de surpresas e espantos, beirando constantemente o perigo e o alumbramento, necessita estar disposto ao sensível, atentar-se às contingências, ao informal e aos pormenores que, servindo como instruções, compõem uma arte para percorrer o labirinto: “Nesse caso, o nome das ruas deve soar [...] como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade deve refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro.” (BENJAMIN, 1995, p. 73).

Para a grande maioria dos sertanistas e viajantes, especialmente os intelectuais-cientistas, que percorreram o interior do Brasil entre meados do Império e o final do primeiro período republicano, a escolha por deixar-se perder não era a mais plausível. Pelo contrário, desejavam a certeza do caminho e a confirmação dos aspectos do modo de vida “rústico”, de ritmo “lento” e “monótono”, das populações país adentro. Afinal, cabia-lhes o mapeamento, o conhecimento e a integração do sertão na civilização e no progresso.<sup>44</sup> Muitos deles deparavam-se, entretanto, com labirintos difíceis de serem decifrados. Se o propósito não era insistir no desconhecimento, recorreriam às imagens de sertão como um lugar outro, contrário ao que conheciam, para daí instrumentalizar suas visões e análises, fortalecendo, assim, os principais paradigmas que desde o final do oitocentos faziam-se sentir: o sertão como um lugar de isolamento etc. Já no início do século XX, foram inseridos outros artifícios de leitura, tais como: “o Brasil é ainda um vasto hospital” (Miguel Pereira) e “não nos iludamos, o ‘nosso sertão’ começa para os lados da Avenida” (Afrânio Peixoto).<sup>45</sup> Mesmo vicejada a autenticidade do sertão e do sertanejo, quase sempre essas leituras levavam ao mesmo lugar: um espaço abandonado, atrasado e de gente sem instrução.

Tendo o olhar voltado ao interior do país, muita gente, desde o período imperial, desejava embrenhar-se pela natureza selvagem para operar uma transformação no sentido de potencializar determinado espaço. A aventura de Teófilo Ottoni na região do Mucuri, em Minas Gerais, sinaliza tais aspectos em meados do século XIX:

[...] nessa época pode-se afirmar que a aventura transformadora havia

<sup>44</sup> Ver LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999; especialmente o capítulo 3, *Missões ao interior e interpretação do Brasil*, p. 55-89.

<sup>45</sup> Essas frases paradigmáticas são citadas por Gilberto Hochman no artigo “Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República”. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. V, suplemento, 1998, p. 217-235.

iniciado de fato, trilhas e caminhos surgiam em meio à selva virgem, engenheiros estudaram a topografia do vale e o leito dos rios. Planeja-se a melhor forma de se avançar com as forças transformadoras do progresso. Tudo devia ser pensado, os riscos avaliados, nada escaparia à régua e ao compasso da legião civilizatória desses novos aventureiros. O caráter épico que Ottoni sempre procurou dar à sua iniciativa seria peça fundamental em sua própria estratégia de legitimação (ARAÚJO, 2007, p.24).

Com o passar do tempo, os ventos da euforia fizeram sentir muito mais a frustração do que o êxito dos resultados esperados de empreitadas épicas. Os trabalhos cartográficos existentes apresentavam-se lacunares e com erros grosseiros. Antes de transformar o interior brasileiro era preciso conhecer suas características geomorfológicas e socioculturais. No primeiro período republicano, houve várias investidas no esquadrinamento dos sertões impulsionadas por interesses diversos, não só científicos, mas, sobretudo, políticos e ideológicos. No interior baiano, por exemplo, foram realizados vários estudos – alguns publicados na *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia* – e empreendimentos, de diferentes instituições, que abarcavam vastas áreas do Estado. Alguns documentos que daí resultaram serão tratados na sequência e, por meio deles, tentarei sondar a percepção de um espaço labiríntico – difícil de compreender tanto nos seus aspectos naturais como também socioculturais – nas entrelinhas de uma elaboração documental aparentemente bem sucedida e de acordo com os parâmetros de objetividade da época.<sup>46</sup>

Início pelo itinerário do geógrafo alemão Otto Quelle que empreendeu algumas viagens pelo interior da Bahia no final da década de 1920, tendo por objetivo preencher as lacunas sobre a História Natural e a geografia do Estado. Nessa investida, quando adentrou o alto sertão, indo em direção a Caetité, tomou as seguintes notas:

Atravessávamos a região dos mananciaes, do alto rio de Contas, desde Condeúba, em rumo NW, até Caetité. [...] A região ondulada que percorremos é, na maior parte, coberta por matta xerophila e catinga; rara é a terra de lavoura, e ainda mais raros e pobres, ao mesmo tempo, são os pequenos povoados, como Tremendal ou Periperi; também a Villa de Condeúba é insignificante. Essa região, retirada e evitada de todo o trânsito commercial, mudou muito pouco no último século. As descrições de viagem de Spix e Martius, que percorreram esta zona há mais de cem annos, ainda servem para a actualidade. (1929, p.13)

Este trecho refere-se a uma parte do percurso depois de galgar, por vários dias, matas

---

<sup>46</sup> Márcia Naxara, tratando do século XIX, assevera que, “grande parte das vezes, há uma distância entre o momento da tomada de notas, impressões, esboços e rascunhos pelo viajante e a organização de um texto narrativo definitivo, ou da pintura, que passa por outro crivo em que se imiscuem e alternam as notas, a memória e a organização a partir de cânones artísticos e literários, assim como do lugar que possa vir ocupar na cultura mais ampla” (2004, p.146). Tais considerações foram levadas em conta em minha análise.

e altiplanos. Trata-se do alto sertão baiano, e essa paisagem predomina no relatório até Bom Jesus da Lapa, no rio São Francisco, condensando centenas de quilômetros. O cientista estava imbuído de pressupostos científicos da época e de códigos de leitura devedores dos resultados da Revolução Industrial e, especialmente, da Revolução Científico-Tecnológica que, com seus diferentes inventos, possibilitou novas formas de lidar com o espaço geográfico.<sup>47</sup> Sua bagagem incluía percepções influenciadas pela velocidade, o olhar a paisagem através das janelas do trem-de-ferro, assim como as imagens pré-concebidas do sertão. Ainda que para a maior acuidade de seus estudos fosse necessário percorrer cada lugar, observando com detalhes as formações vegetais e rochosas, o cientista não deixou de esconder sua fadiga, seu suspiro inflamado pela monotonia misturada ao desespero de andar no desconhecido quando adentrou o interior baiano.

Otto Quelle era professor da Universidade de Bonn e foi o primeiro diretor do Instituto de Pesquisas Ibero-Americano. De fim de maio ao fim de outubro de 1927, ele empreendeu três grandes viagens por várias partes da Bahia, das quais resultou um relatório com descrições de vários lugares, a exemplo do fragmento acima. O empreendimento foi motivado pela intensificação das relações científicas e culturais entre a Alemanha e o Brasil, ideia atrelada à criação do Instituto que, por sua vez, visava também outros países sul-americanos. As viagens estavam, portanto, associadas à política expansionista alemã que se baseava no tripé política-economia-ciência (SILVA, 2007, p.97). Quanto ao caráter lacunar da Bahia nas investigações científicas de até então, segundo o geógrafo, o mesmo deveu-se, num plano mais amplo, ao deslocamento do centro de gravidade político para o sul no século XVIII, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro, e também ao deslocamento do centro de gravidade econômico com o desenvolvimento de São Paulo e Minas Gerais. Indicativo, portanto, não só da necessidade de estudos científicos com objetivos de inclusão e integração, pois a ciência, como sugere o tripé, ancorava-se na política e na economia, e vice-versa.

---

<sup>47</sup> “A Revolução Científico-Tecnológica ou Segunda Revolução Industrial foi marcada, grosso modo, pelo surgimento, aperfeiçoamento e difusão de diversos elementos, técnicas e implementos. Dentre as inúmeras novidades decorrentes da técnica e da ciência modernas podem ser citados: o motor a explosão, o avião e a gasolina; a soda cáustica e a eletroquímica; a eletrólise, o alumínio e o níquel; o dínamo, a lâmpada incandescente e as usinas elétricas e hidrelétricas; os transportes públicos mecanizados, o pneu e a bicicleta; a máquina de escrever e o jornal leve e barato; as primeiras fibras sintéticas e a seda artificial; os primeiros plásticos sintéticos e a baquelita; o clorofórmio, os anti-sépticos, o fenol e a assepsia; os corantes, a bacteriologia, a microbiologia e a bioquímica; os antibióticos, as vitaminas e os hormônios; a aspirina e a anestesia; os fertilizantes artificiais, a conservação de alimentos através da esterilização e pasteurização e o processo de estanhagem para alimentos enlatados; os sistemas ferroviários de escala continental e os navios de grande tonelagem; a refrigeração e o comércio internacional de frutas, verduras, carnes, trigo, chá e café. Segundo Geoffrey Barraclough, essa revolução fora desencadeada a partir de 1870 e ficou conhecida como o início da era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos. Ela trouxe em seu bojo a mudança da estrutura da sociedade industrial, a integração e interligação econômica do mundo e o neoimperialismo do final do século XIX” (APROBATO FILHO, 2009, p.151).

Ao ler o relatório, publicado originalmente no *Ibero-Amerikanisches Archiv* e traduzido para a *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, é possível inferir que as viagens estavam precedidas de uma inquietação que podemos formular da seguinte maneira: se existia uma “copiosa litteratura referente ao desenvolvimento economico dessa provincia [Bahia] desde o principio do tempo colonial”, a realização de um meticuloso trabalho de campo pelas suas “regiões naturaes” não seria um contributo fundamental, naquele momento histórico, para o seu possível realinhamento econômico com as partes mais desenvolvidas do país? Ou seja, ainda que houvesse tantas publicações referentes principalmente a um passado colonial, o que faltava era um ponto de vista científico de acordo com um novo instrumental, como vemos na afirmação: “o estudo dessas publicações ficou sem resultado para mim, enquanto não me foi possível visitar eu proprio as grandes regiões naturaes da Bahia” (QUELLE, 1929, p.8-9).

Grande parte do roteiro de Quelle foi desenhada nessa imensa “lacuna”, isto é, num espaço pouco conhecido, tendo à disposição poucas referências geográficas relacionadas aos núcleos urbanos existentes e a alguns outros topônimos. Como resultado das viagens, o relatório foi dividido metodologicamente em cinco partes que não deixam de esboçar certas especificidades das áreas indicadas em cada uma das seguintes rotas: *I. Pela Bahia meridional ao valle do São Francisco; II. O valle oriental do São Francisco; III. A chapada de “cerros Ilhados” do Joazeiro e a região desertica da Bahia septentrional; IV. A serra central da Bahia; V. O littoral bahiano*. A citação acima, sobre a “região dos mananciaes do alto rio de Contas”, diz respeito à parte final da primeira rota. Mas, antes de voltarmos a ela, vejamos o ponto de partida do geógrafo e sua equipe até o adentramento mais profundo no interior baiano.

A viagem começou efetivamente em Nazaré, muito próxima a Salvador, notada pelo cientista como uma “cidadezinha” conhecida pelas “diversas indústrias”. Rumando para a “serra de Maracás”, a equipe seguiu pela linha férrea até Jaguaquara. Este trecho, caracterizado pelas “campinas verdes, plantações novas de cafeeiro [...] vistas sobretudo nos arredores de Jequiriçá e Areia”, apresentava tal paisagem devido à presença da ferrovia: “Só pela estrada de ferro é que essa região recebeu vida nova e mais para Oéste, até Jaguaquara, verifica-se pela intensa actividade edificadora que o povoamento dessa zona está progredindo ainda, continuamente.” Nesse último povoado, por exemplo, a população “cresceu de 50 para 1000 habitantes” em dez anos (QUELLE, 1929, p.9). A vista privilegiada pela janela do trem-de-ferro precede uma aventura de dias a fio pela serra de Maracás e pelo planalto de Conquista. Em vários dias de andanças, antes de chegar em Boa Nova, o que se viu foi uma

paisagem muito variada, e a sensação, ainda que não dita, de andar por um espaço labiríntico.

Mesmo com a guinada provocada pela inauguração da estrada de ferro e com a existência de uma “bem construída” estrada rural ligando Jaguaquara a Itiruçu, é possível notar sensações de desorientação, a começar pelos mapas disponíveis, com vários erros toponímicos, e a inusitada mudança de clima. Sobre o “bloco montanhoso”, o frio surpreendeu os viajantes. Em 3 de junho, enquanto que em torno de 1 hora da tarde a temperatura era de 23°, às 9 da noite do mesmo dia baixou para 7°. A surpresa, no entanto, deu lugar à previsibilidade: quando foram informados sobre a ausência de chuva desde o último dezembro e, mais tarde, com as informações disponibilizadas pelo Observatório Meteorológico da distante cidade de Caetité,<sup>48</sup> confirmou-se terem apanhado um “genuíno ‘ano de sêcca’”.

Seguindo a viagem em direção ao planalto de Conquista, o geógrafo e a sua equipe passaram por Jequié, assinalada como “a principal povoação da região” do rio de Contas, recentemente reestabelecida “das devastadoras consequências da enchente de 1919, que destruiu 80% de todas as casas da cidade”. A construção da ferrovia, que chegaria à cidade, seu ponto final, em fins daquele ano de 1927, facilitou também o transporte de cacau cultivado no baixo rio de Contas. Pelas matas virgens entre esse rio e o rio Gongogi, a demora foi de três dias e mais dois pelo planalto de Conquista até Boa Nova. Uma mata hidrófila tropical, “atravessada apenas por horrível e estreitas picadas” [sic], ia dando lugar a “uma porção de novos roçados, pequenas aldeolas e sitios isolados” fundados “no ultimo decennio”. Nesse trecho, “além do cacau, cultiva-se de preferencia arroz (até 700 metros de altitude) e mandioca” (QUELLE, 1929, p.11). Com o avançar da excursão, rumando para o oeste, o cientista notou uma mudança repentina:

Logo depois de se galgar o altiplano de Conquista, a paisagem muda de repente. Desapareceu a matta virgem, quente e humida. Matto xerophilo arbustivo cêrca ao viajente; ao invés de picadas enlameadas, apresentam-se caminhos poeirentos; o ar é mais sêcco e o sopro do aliseo SE varre livremente o planalto. A mattaria do flanco oriental, faixa esta até ha pouco absolutamente hostile à cultura, avança muito para Oêste. (QUELLE, 1929, p.11).

Com a confirmação do “genuíno ano de seca”, o que esperar senão uma paisagem desoladora? E o que esperar daquele longo trecho senão a monotonia da andança, as extensas

---

<sup>48</sup> “Ha na cidade [de Caetité] uma estação climatologica de 2ª classe, a cargo do Governo federal que a mantem para os serviços das observações meteorológicas da zona a que serve [...]. Iniciada a construção em 1907 [...], ficou terminada em julho de 1908” (SILVA, 1932, p.177).

matas baixas de caatinga,<sup>49</sup> raras terras de lavoura e povoados insignificantes? Por conseguinte, chega-se num ponto alto da alteridade, quando o outro, pouco compreendido, desvanece para dar lugar ao marasmo. Para não deixar um espaço vazio no papel, as comparações talvez fornecessem descrições mais significantes: “Quasi horizontal segue para Oéste o caminho pelo altiplano; a cada passo, o extenso e monótono altiplano, com as suas ‘cubetas’ ou depressões gamelliformes meio apagados, faz lembrar as fôrmas da paisagem das montanhas de schisto do Rheno.” (QUELLE, 1929, p.12).<sup>50</sup> No percurso de Boa Nova, passando por Poções, Vitória da Conquista, Belo Campo, Condeúba, até Caetité, apenas duas localidades mereceram algum destaque. No trecho até o alto do rio Gavião, “Especialmente na região de Conquista, a criação de bovinos progrediu com a introdução de zebu; entrou aqui a indústria de laticínio, recebendo provavelmente impulso de Minas”; além disso, por Conquista também passava “uma estrada de porcos, na qual são tocadas anualmente uns 12.000 suínos de Condeúba para Itabuna, na zona cacauera sul bahiana”. E, mais adiante, no alto rio de Contas, “O estabelecimento mais importante desta zona é a cidade episcopal Caetité, na região das nascentes do rio de Contas. E’ notavel em todos os sentidos por sua posição e importancia” (QUELLE, 1929, p.12-13). À exceção de alguns sobressaltos na paisagem, matas virgens e roçados aqui e acolá, tudo o mais era largas áreas de caatinga seca.

---

<sup>49</sup> Em estudos recentes podemos notar que caatinga, diferente do que se imagina, é muito diversa e até difícil de ser definida em conjunto. Nilo Bernardes reconhece a dificuldade em descrever com totalidade o que comumente se chama de caatinga sertaneja por ser complexa e extremamente heterogênea, apontando para uma extensa área de mais de 800 mil km<sup>2</sup>. E acrescenta: “De início se dizia que a caatinga – a mata (*caa*) clara (*tinga*), na língua indígena – era uma floresta espinhenta. Nos manuais de língua inglesa ela ainda é freqüentemente assim referida (*scrub-forest*). Mas nem sempre os seus diversos tipos lembram realmente o porte de uma floresta e nem sempre eles são, na verdade, caracteristicamente espinhentos. Em algumas áreas, com efeito, a predominância das árvores lhe dá um porte que a caracteriza como caatinga arbórea. Mas em muitos outros lugares somente ocorre a caatinga arbustiva, ora mais alta, ora mais baixa”. Para Bernardes, entre os aspectos mais característicos das caatingas estão aqueles “que apresentam um solo raso e cascalhento, onde, durante alguns meses, medram variedades de capim [...]”. Em relação aos arbustos, não é sempre a mesma variedade que predomina: “A presença da jurema [...] muitas vezes é o primeiro sinal de que estamos entrando em área de caatinga.” Também se repetem o pereiro, o pinhão bravo, o marmeleiro e a faveleira, “com suas folhas cobertas de espinhos”. As árvores de porte, quando dominam na paisagem ou mesmo quando ocorrem esparsas, são, entre outras espécies, “o angico, a baraúna, a aroeira, o umbu, a quixabeira, o bonome, ou o juazeiro, de particular significação para os homens e para os animais, por ser a única árvore que conserva sua copa frondosa durante todo o ano.” Quanto às cactáceas, quase sempre associadas “à imagem que comumente se faz das caatingas”, as mais famosas são o xique-xique, o facheiro e o mandacaru, não sendo sempre frequentes. O autor ainda lembra que “a severa adaptação das espécies vegetais ao rigor da estiagem que se verifica nos sertões” é uma característica biológica que dá marca fundamental à paisagem, variando “de região para região a época em que tal fato ocorre.” (1999, p.70-73).

<sup>50</sup> Interessante notar que a “monotonia” no percurso em meio às caatingas ainda é notada em textos relativamente recentes: “Ao longo das extensas rodovias que agora cortam os sertões em todos os sentidos, podem se percorrer dezenas de quilômetros em que a paisagem desfila com uma uniformidade monótona e, por vezes, deprimente para o forasteiro. Tal monotonia se acentua com a topografia também uniforme ou suavemente ondulada que caracteriza os grandes plainos sertanejos, apenas interrompidos aqui e ali pelo perfil de uma chapada ou de uma serra que se alça no horizonte ou pela presença de morros e de pequenas cristas insuladas nas rasas superfícies.” (BERNARDES, 1999, p.72-73).

Considerando paisagem como um processo cultural e que, desse modo, “não há paisagem sem um observador”, pois “a percepção visual é [...] uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem” (MENESES, 2002, p.32),<sup>51</sup> as notas do cientista e tudo aquilo diante do seu olhar foram produzidos também por sua percepção.<sup>52</sup> Por conseguinte, a paisagem como dado e como percepção é indissociável, aliás, simbiótica. Como exemplo disso podemos ler a descrição da caatinga a seguir, feita por Quelle, no roteiro de Bom Jesus da Lapa a Xique-Xique, pelo vale oriental do São Francisco (a segunda rota na divisão do relatório):

Um interminável oceano de mattaria enche a extensa planura a Léste do grande rio até o sopé da montanha. Despidas de folhas erguem-se as arvores de côr cinzenta clara, de 4-6 metros de altura, cerradas, uma juncto a outra; durante horas e horas segue-se a cavallo, o corpo inclinado para frente, estas extensas, silenciosas mattas, que exhibem apenas uma camada extremamente fina de sólo decomposto. Tanto mais se avança para o Norte, tanto mais se rarefaz a matta e tanto mais se afastam as arvores uma da outra; e também vão ficando mais baixas, frequentemente intercalam-se na catinga pequenas áreas completamente despidas; assim, é que por uns cinco kilometros ao redor de Chique-Chique não existe uma árvore, um arbusto (1929, p.16).

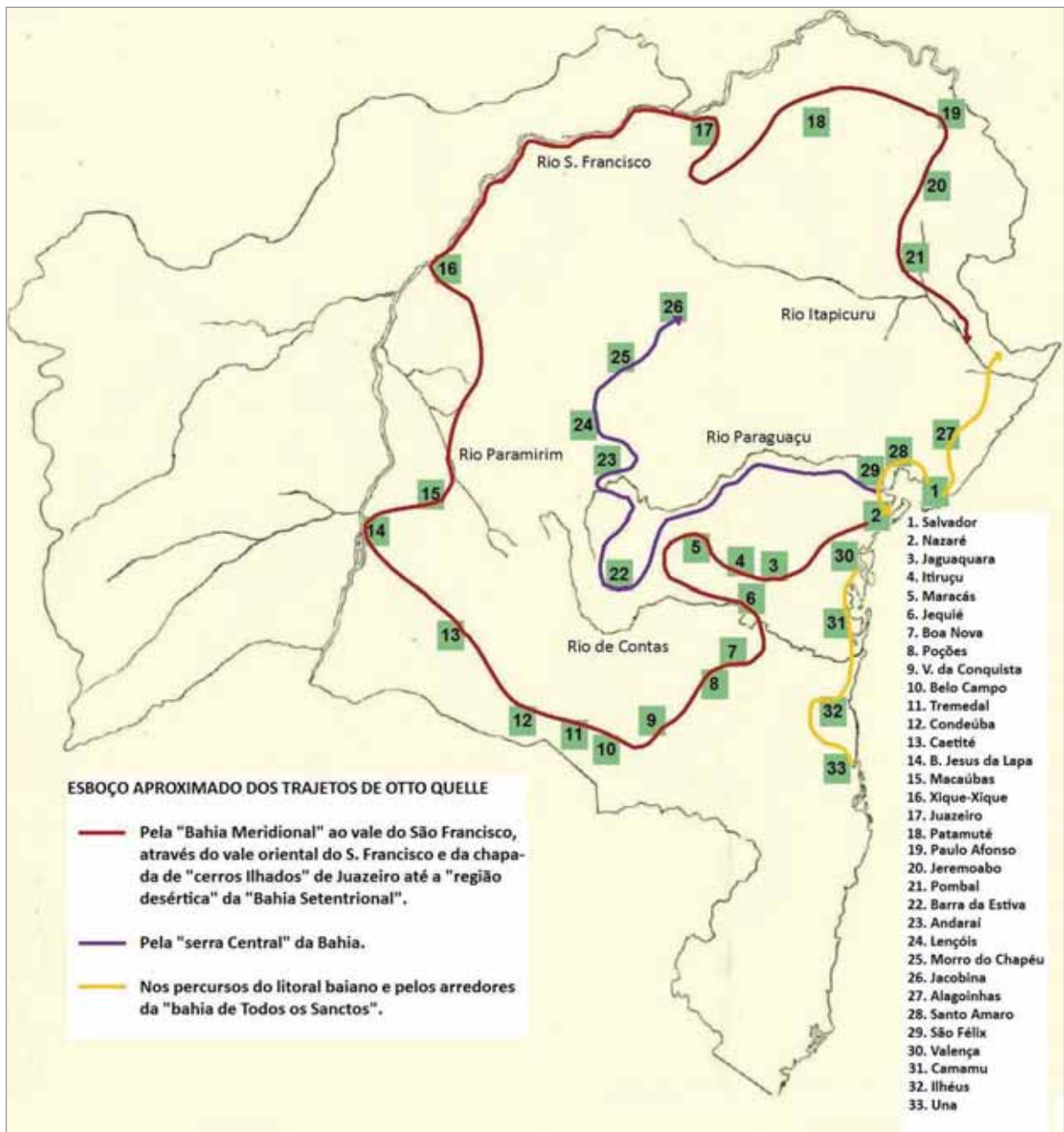
A partir desse ponto, a expedição seguiu pelo rio São Francisco até Juazeiro. Mais adiante, no norte da Bahia, a seca calcinava a paisagem: imagens de cadáveres de mulas e bois à beira da estrada aparecem no texto, assim como a sequidão e a sensação de estar num deserto. Além disso, a falta de água deixou a equipe por vezes em apuros. A viagem seguiu pelo vale do Itapicuru e terminou na estrada de ferro de Sergipe à cidade da Bahia (Salvador). Certamente, desse ponto os viajantes seguiram até a capital e de lá também iniciaram as duas outras viagens projetadas: pela “serra Central da Bahia”<sup>53</sup> e pelo litoral (o Mapa 2, a seguir, indica um esboço aproximado do roteiro de Otto Quelle).<sup>54</sup>

<sup>51</sup> Nas palavras de Ulpiano T. Bezerra de Menezes, a paisagem “deve ser considerada como objeto de apropriação estética, sensorial. Consequentemente, não se pode negar que ela tenha uma natureza objetiva, que seja um objeto. É, sem dúvida, uma forma, mas não se define por esse caminho. É material, real, que se dá à percepção. Porém, considerá-la antes de mais nada como objeto (portanto um dado, um *a priori*) é ainda permanecer num horizonte restrito, que não seria suficiente para dar conta de todas as dimensões do fenômeno. A coisa percebida e sua representação (conceitual, visual, verbal etc.) existem simultânea e simbioticamente” (2002, p.32).

<sup>52</sup> “Ao falarmos de percepção estamos nos referindo a muito mais que meros processos fisiológicos. A percepção envolve organização e reorganização de dados a partir de modelizações, valores, aspirações, interesses etc. Indo além, envolve igualmente práticas que desfazem a antinomia sujeito/objeto, cultura/natureza” (MENESES, 2002, p.33).

<sup>53</sup> “Qual muralha larga e poderosa, a serra Central da Bahia isola com extraordinário rigor toda a Bahia oriental da bacia do São Francisco. Assim se explica porque, no tempo colonial, foi do Sul, isto é, de São Paulo e Minas, que a região banhada pelo São Francisco recebeu desbravamento economico e civilizador” (QUELLE, 1929, p.22).

<sup>54</sup> Para desenhar os trajetos no mapa, baseei-me nas informações contidas no relatório. Como não existe, em



**Mapa 2** (adaptado). Esboço aproximado do roteiro de Otto Quelle.

Como o meu ponto de parada é o alto sertão da Bahia, demorei por esse espaço rastreando mais caminhos percorridos e outros pontos de vista. No entanto, alguns outros aspectos do relatório de Otto Quelle merecem atenção. Tomando o seu texto não só como sumário das informações científicas disponíveis sobre o interior baiano no final da década de 1920, mas também como paradigmático da visão sobre aquele espaço, esbocei um quadro (Tabela 1) que evidencia as paisagens notadas e anotadas sobre vários trechos. Dividi o

---

muitas passagens do texto, uma descrição mais minuciosa dos lugares percorridos, pode ser que haja algumas falhas no esboço. Mas, em geral, ele fornece uma noção bastante aproximada.

itinerário em áreas de acordo com características que as diferenciam uma da outra ao longo do relatório. Como veremos, a proximidade do litoral apresenta lugares mais diversos. Ao avançar pelo interior, as áreas são imensas e, no olhar do cientista, contém pouca diversidade.

ÁREA PERCORRIDA	CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM
De Nazaré a Jaguaquara, pela estrada de ferro; na serra de Maracás; no planalto de Conquista, até Boa Nova.	No trecho da ferrovia foram notadas campinas verdes, plantações novas de cafeeiros nas encostas, intensificação de povoamento e das edificações; bloco montanhoso da serra de Maracás com vegetação rasteira e escassa povoação sobre ele; no planalto de Conquista, trechos com cultivo de cacau, várzeas com extensas campinas e com plantações novas de arroz e de mandioca, densas matas virgens e pequenas aldeias e sítios isolados.
De Boa Nova, passando por Conquista, Condeúba, Caetitê, até a Lapa.	Caminhos poeirentos e ar seco; mata virgem até há pouco hostil à cultura; mata virgem secundária em meio a largas áreas de caatinga seca; extensões de matas xerófilas; altiplano extenso e monótono; raras povoações e pouquíssimas terras cultivadas; predomínio da criação de gado.
De Bom Jesus da Lapa à foz do rio Jacaré, pelo vale oriental do S. Francisco.	Planície de rochas cristalinas, na maior parte de granitos; vestígios de inundações durante as cheias do rio São Francisco; depressão com lagoa rasa, choça de pescadores, dunas brancas e baixas e um “magnífico” carnaubal; longos trechos de caatinga que vão raleando; grande área vazia de mata. Povoação escassa, “pequeninas” áreas cultivadas com mandioca, algodão ou feijão preto.
De Juazeiro até o vale do Itapirucu.	Morros solitários, como ilhas, formando a chapada de “cerros ilhados”; leitos secos que sulcam a planície; região flagelada pelas secas, cadáveres de mulas e bois à beira do caminho; presença de forças do exército e da polícia em vários lugares no percurso; vegetação exígua, com caatinga arbustiva e cactáceos; somente no vale do Itapirucu há “maravilhosas matas” e terrenos cultivados; predomínio da criação de caprinos; pequenos povoados à beira da estrada de ferro.
Na serra Central da Bahia, pelo vale do Paraguaçu até Jacobina.	Na parte oriental da serra predominam largos altiplanos; relevo de diferentes níveis; profundo fosso no vale do Paramirim, rasgando montanhas; estepes altas denominadas “Geraes” nos altiplanos, sendo a parte mais escassamente povoada da Bahia; coqueiros avançam para oeste nas encostas escarpadas; manchas de roçados; o oeste de “Minas de Contas” com “vasta agricultura” de açúcar, milho, arroz, coqueiros etc., auxiliada por irrigação artificial; trecho com exploração de minas de diamantes.
Na faixa litorânea e nos arredores da Bahia de Todos os Santos	Vivo contraste com o interior; mata virgem, grandes áreas cultivadas, maior densidade da população; diferenças entre o litoral norte e o litoral sul. Ao norte: terras de lavouras – cana-de-açúcar, milho, mandioca, banana; ao sul, povoações costeiras importantes, vias fluviais, plantações de cacau. Uma observação interessante em todo o litoral visitado: árvores cinzentas de caatinga em antigos roçados em meio à paisagem verde.

**Tabela 1.** Principais características das paisagens de áreas percorridas por Otto Quelle.

Organizar os resultados através de uma concepção racional era mister para legitimar seus estudos. Na publicação, não poderia haver lugar para as errâncias durante a viagem, elas deveriam ser dribladas ou omitidas e, quando ditas, justificadas pelos erros na cartografia disponível.<sup>55</sup> No final do relatório, ao sentir a necessidade de fazer uma apreciação sumária dos seus estudos, numa caracterização geral do Estado da Bahia, Quelle reforça a imagem, muito presente no pensamento social brasileiro, da dicotomia sertão/litoral.<sup>56</sup> Vejamos:

O littoral bahiano, quente-húmido e no Sul um pouco mais largo, está em todos os sentidos em vivo contraste com as extensas regiões quentes-seccas do interior. No littoral predomina a matta virgem, embora na sua maior parte na fôrma secundaria; no interior predomina absolutamente a catinga sêcca, portanto o matto rasteiro. Durante séculos, o desenvolvimento economico bahiano limitou-se essencialmente á orla da costa; sómente desde o principio do seculo XIX elle está penetrando lentamente para o interior. O littoral apresenta povoamento notavelmente mais denso que o interior e nelle ficam as cidades mais populosas. No littoral, enfim, se forma mais sensível a influência do elemento negro na população; e quanto mais se avança pelo sêcco sertão a dentro tanto mais perceptível se torna a mescla de sangue indio. (QUELLE, 1929, p.28).

Esse ponto de vista dicotômico era muito recorrente entre os artifícios para pensar o país de uma forma mais geral na época. Embora andassem por lugares variados e reconhecessem algumas diversidades, para muitos viajantes, as dicotomias pareciam incontornáveis. Por conseguinte, não só a natureza era oposta, mas também as diferenças eram notadas entre as gentes do interior e as do litoral.

Viajando um ano antes de Quelle, da capital da Bahia em direção a Caetité, Anísio Teixeira surpreendeu-se com a paisagem com que se deparou. Embora tivesse nascido naquela cidade e lá passado os primeiros anos de sua vida, nota-se muito mais alteridade do que o sentimento de pertencimento na comunicação que fez no *Instituto Geographico e Historico da Bahia*, logo após o seu retorno. Naquele fim de março, quando partiu para o interior depois de longos meses afastado, era esperado “revêr os velhos campos conhecidos e as velhas estradas

<sup>55</sup> Ao falar do “*esprit de géometrie* planejador e controlador” presente na obra de Euclides da Cunha, Willi Bolle assinala que “esse espírito é precursor de outros planejamentos estratégicos, como o plano piloto de Brasília, a capital do país implantada meio século depois no coração do planalto; ou da Transamazônica na década de 1970, rasgando a grande floresta tropical de ponta a ponta. Trata-se de uma cartografia derivada do racionalismo instrumental, que instaura o homem como dominador da natureza” (2004, p.76).

<sup>56</sup> Este tema foi estudado por Candice Vidal e Souza no livro *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

e a velha hospitalidade sertaneja”. Não poderia ser diferente naquele mês, pois, “as chuvas, nessa zona sertaneja, raramente se prolongam pela segunda quinzena de Março”, até porque, “Habitualmente, nessa época opera-se a transição entre as duas unicas estações annuaes – a das *chuvas* e a das *seccas* – por um regime de neblinas, que espalha, por todo sertão, uma côr uniforme de humidade e de tristeza.” A surpresa foi logo quando chegou ao alto sertão:

foi uma terra de janeiro que tive diante dos olhos aturdidos.

Os aguaceiros diluviaes ainda a salteavam, communicando-lhe o aspecto desabrido e tumultuario que esse regime de transposições violentas imprime ao nosso paiz tropical.

As aguas e a vegetação se encarregavam de fazer e desfazer scenarios, assistindo-se a um verdadeiro furor de empresario allucinado.

Pequenos ribeirões ganhavam vulto inesperado, lagôas resurgiam do sólo imprevistas, estradas hontem transitaveis, desfaziam-se em tremedaes terriveis, emfim todo um impeto ephemero da natureza, imprimia ao scenario essa physionomia transitoria de forças em ensaio (1926, p.295-300).

Reduzida em meio a este cenário estava uma “sub-raça de caboclos” resignados com os prejuízos das chuvas inesperadas. Não cessam, durante o texto, frases como: “A exuberancia da natureza dissipada feria o pobre homem mal armado para a lucta”; ou ainda: “Vencido e abatido pela grandeza desabrida da terra, o homem era a nota desolada dessa paysagem magnifica”. Além de assinalar a fraqueza do homem em contraste com a natureza exuberante e hostil, essa paisagem dava o tom dramático para o momento que se estava vivenciando naquela região. Como se acompanhada das rompantes chuvas, a Coluna Prestes assombrava os habitantes com sua possível passagem por aquela zona sertaneja. Pelo olhar de Anisio Teixeira, parecia que tudo estava fora de ordem: a segurança, a paz, a tranquilidade e os velhos campos conhecidos não foram percebidos como eram esperados. E com todas as dificuldades em organizar tropas legais para combater a Coluna, somente os embaraços físicos do caminho – devido àquele “inverno [...] tão prodigiosamente prolongado, que o sertão, se nunca esteve tão esplendente, tambem nunca esteve tão intransitavel, com os rios transbordando, as estradas destruidas, os atoleiros transformados em verdadeiros tremedaes – poderia deter o galope das tropas rebeldes” (TEIXEIRA, 1926). O autor reconhece, então, a aventura perigosa de se embrenhar por aquelas áreas hostis, especialmente naquele ano invernososo.

Contrariando a ideia de um espaço vazio, com paisagem pouco diversa, nessas descrições de Anisio Teixeira e em tantos outros relatos, muitos deles caracterizados por uma visão/sensibilidade romântica, o alto sertão da Bahia aparece com grande diversidade paisagística, como um espaço pouco conhecido, natureza exuberante e com um potencial não

aproveitado. Esses aspectos são bastante acentuados no texto *Memoria descritiva do município de Condeúba*, produzido por Tranquilino Torres e publicado em 1895 também na *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Numa apreciação mais geral sobre a geografia, Torres afirma: “É [...] o Município composto de vastas planícies, de terrenos variados e que denominam – veredas, caatingas, carrascos, campos, etc.” (1895, p.106). Vários rios foram tomados pelo autor com importância considerável, como o Gavião, que poderia ser bem aproveitado, não fosse a “ignorância completa dos ribeirinhos que cada vez mais os vae escavando, [tendo-no] tornado de pouca profundidade para navegação” (TORRES, 1895, p.107). O propósito com a *Memória descritiva* era passar uma ideia de indubitável conhecimento da geografia e da natureza do município, mostrando certo domínio sobre elas por parte do cientista. A explicação para o não aproveitamento dos recursos naturais era buscada na ignorância da população local. Todavia, mesmo amparado pelo cientificismo nas suas descrições, a contemplação romântica estava muito presente. Percorrendo aqueles terrenos, lugares surpreendentes poderiam ser encontrados, como a bela cascata do rio Gameleira:

Suas águas á principio correndo sobre um rochedo, donde dava por certo ao espectaculo maior brilhantismo, foram desviadas depois pela depressão do solo ou pelo percorrer continuo desse desvio e, em carreira desenfreada, precipitaram se da altura de 20 metros mais ou menos, formando orlas de todas as formas inimaginaveis, sem seguir direção, se atropellam, estancam, convulsionam [...]. Essa natureza misteriosa, e um extasis contemplativo e fascinador nos produzio a vista deste conjunto tão bello e horrivel!” (TORRES, 1895, p.109).

Entre a contemplação romântica e os estudos objetivados, Tranquilino Torres fez um levantamento da fauna e da flora presente no município. Diversas espécies de animais<sup>57</sup> e de plantas foram aventadas. Sobre essas últimas, uma variedade foi destacada devido ao seu aproveitamento, tanto em suas propriedades medicinais, quanto alimentícias. A flora apresentava-se bem provida para os conhecedores das matas e que por elas se embrenhavam. Do “cipó mucunã”, por exemplo, “os lavradores e meleiros servem se quando muito internados no matto para saciarem a sêde.” Trata-se de “um cipó grosso, dão lhe um golpe que o corte inteiramente, sobre o pedaço que fica pendente no alto, dão novo golpe mas que não o

---

<sup>57</sup> “Entre os animaes indomitos que infestam os campos e florestas citarei as onças verdadeiras ou pintadas, denominadas *canguçús*, tigres, (pretos) e a sussuarana; o tamanduá bandeira, e o melete ou *mirim*, o quaty, a raposa, o caetitú, o veado de que há diversas especies; a anta capivára, coelhos, macacos de diversas qualidades, preguiça, o guará (lobo do Brazil), o gambá [...]” (TORRES, 1895, p.123). Os ofídios mereceram destaque, entre eles, “a giboia, o cascavel, o jararacussú, a jararaca, o coral e a cobra cipó” (TORRES, 1895, p.124-125).

decepe de todo, e então corre uma agua, limpida, potavel com a qual pode-se encher garrafas.” É uma paisagem muito colorida que o autor nos apresenta. Porém, ela varia radicalmente a depender da época: “as florestas e campos do sertão no tempo do inverno e primavera brotam e floriferam com admiração dos transeuntes que no rigor do verão alli passaram vendo os arvoredos nús, despidos de suas folhagens e seccos, fazendo do alto sertão idéa bem desagradavel” (1895, p.123).

Dezoito anos mais tarde, João Gumes publicou no jornal *A Penna* um artigo intitulado *Monte Alto*, tratando da paisagem e das riquezas naturais das serras e *baixios* no intervalo entre Caetité e as vilas de Umburanas (que atualmente pertence ao município de Urandi), Bela Flor (atual Guanambi) e Monte Alto (atual Palmas de Monte Alto). A descrição foi feita de acordo com pressupostos científicos, mas não deixa de ter apelos românticos. Como se o leitor fosse levado a um ponto estratégico de observação, Gumes começa descrevendo:

Quem transpõe a serra Geral, indo dos municipios de Umburanas ou Caeteté, em busca do valle do S. Francisco, avista largos trechos da região a que os naturaes do sertão denominam baixio. Da estrada de Caeteté a Bella Flor [...]: A paizagem é soberba e empolgante. Ao fundo, no ultimo plano, a serra do Monte Alto, esgalho do principal systema ortographico, encantadora, semelhando uma muralha a prumo [...]. Essa admirável construcção natural tem por assento o Baixio, que é um extenso talude, de declividade quasi imperceptivel á commum apreciação, levemente abaúlado, orlado pelo sulco dos ribeirões que formam o rio das Rans, erichado de morros, pequenas cadeias, collinas, extensos largados de formação primitiva e bacias onde se reúnem as aguas meteóricas.<sup>58</sup>

O autor prossegue chamando a atenção para a riqueza adormecida na natureza pouco explorada. Não haveria embaraços na exploração de tal riqueza, caso o trabalho se baseasse em “methodos modernos”. Tudo poderia ser esquadrinhado e aproveitado: “O solo em geral é esbranquiçado, argiloso e impregnado de saes diversos, e a vegetação natural é de caatingas altas onde se encontram boas madeiras de lei e extensos prados onde vicejam optimas forragens.”<sup>59</sup> Entrementes, nessa mesma área, um outro olhar pode ser surpreendido numa fotografia (fotografia 1) retirada de um ponto específico do *baixio* no início do século XX.<sup>60</sup>

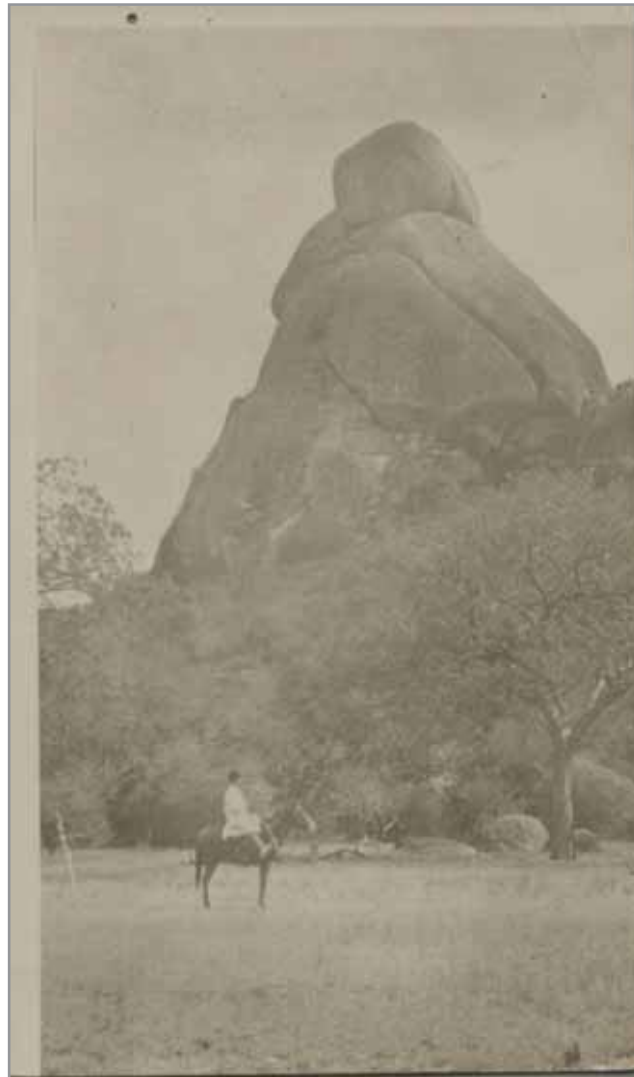
O ponto privilegiado foi um imenso bloco rochoso, denominado Morro do Pajahú,

<sup>58</sup> GUMES, João. “Monte Alto”, *A Penna*, 12.09.1913, p.1.

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> Ainda que não se trate de um espaço que estava sofrendo transformações aceleradas, não custa lembrar a assertiva de Ulpiano T. Bezerra de Menezes: “É nas últimas décadas do século XIX – quando os efeitos da industrialização e da urbanização acelerada se agravam ainda mais, colocando em risco paisagens tradicionais – que a conjunção de turismo de massa e fotografia de massa começa a produzir impacto” (2002, p.36).

próximo à vila de Monte Alto. A imagem visual não apresenta apelo à exploração dos recursos naturais através de “technicas modernas”, existe ali um motivo de contemplação. O homem repousando sobre o cavalo, perfilado, não lembra nem um pouco o “*esprit de géometrie* planejador e controlador” (BOLLE, 2004, p.76) que sobe ao alto da colina para planejar o ataque. Na fotografia, a grande formação mineral, que mais parece um obstáculo, foi transformada em paisagem, juntamente com as vegetações nas encostas.<sup>61</sup>



**Fotografia 1.** Morro do Pajahú, “Baixio”, Monte Alto; s. d.; autor desconhecido.  
**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Caetité.

O caminho de Caetité a Bela Flor era bem transitado por causa das relações comerciais, de parentesco e vizinhança. Outras pessoas, além de Gumes e do fotógrafo

---

<sup>61</sup> Esses blocos rochosos podem ser vistos atualmente, aqui e acolá, quando percorremos aqueles *baixios*.

anônimo, registraram a diversidade das paisagens que poderiam ser percebidas durante o itinerário. A viagem que hoje, a depender do ritmo, não passa de quarenta minutos de carro pela rodovia, durava mais de seis horas a cavalo nas primeiras décadas do século passado, sendo a maior parte do trecho em terreno montanhoso. Antonio Neves e mais dois companheiros, que saíram de Caetité numa manhã de abril em direção a Umburanas, aproveitando a folga da Semana Santa, chegaram a Bela Flor em torno das 4 horas da tarde. Galgaram a serra,

trotando lentamente pela sinuosa estrada, aqui coberta de seixos miudos, soltos e arredondados; – allí cavada na dura piçarra avermelhada, formada de rocha micacea, a descoberto nas ranhuras dos declives; – ora apertada entre o espesso matagal das margens profusamente florido; ora estendendo se a largos trechos atravez dos *geraes*, por entre a rachitica e enfesada vegetação, composta em sua quasi totalidade do gramineas de pequeno crescimento, e de palmeiras anãs, verdadeiras miniaturas de suas congeneres das catingas, – a qual cobre o terreno safaro e arenoso de nossas chapadas serranas.<sup>62</sup>

Após atravessarem os mais altos socalcos da serra, já em torno de meio-dia, os três viajantes pararam para se alimentar das provisões à sombra de um jatobazeiro, “n’uma especie de agradável *pic-nic*.” Descansaram em torno de uma hora e seguiram o caminho: “Em pouco começamos a descer pela ladeira denominada ‘Belem’ os contrafortes da base da serra, formados de terras vermelhas e muito fortes, ricamente providas de *humus*, conhecidas vulgarmente pela denominação de *gurungas*”. Na continuação da jornada aparecem “profundos e estreitos desfiladeiros” à margem da estrada íngreme e tortuosa por onde desceram “contemplando admirados os largos e formosos horizontes que se estendem até muito além, fechados ao fundo, em toda a sua extensão, pela bellissima serra de Monte Alto, talhada a prumo como gigantesca muralha.”<sup>63</sup> Logo chegaram à vila de Bela Flor.

Menos de um ano depois, João Neves, saindo de Caetité às 10 horas da manhã, chegou àquela vila seis horas mais tarde, com uma interrupção apenas para se alimentar.<sup>64</sup> Por ser bastante utilizado, embora apresentasse muitos embaraços, dificilmente os viajantes se perdiam no trajeto entre essas duas localidades. Não era assim com outras tantas vias de comunicação que ligavam pontos mais distantes ou menos conhecidos. Pedro Celestino da Silva, em suas *Noticias historicas e geographicas do municipio de Caetité*, assinala:

<sup>62</sup> NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, 21.06.1912, p.2.

<sup>63</sup> Ibid.

<sup>64</sup> “Ao fim de seis horas de viagem interrompida apenas ao meio dia para um *lunch* improvisado, e servido á sombra agreste de arvores frondosas, á margem de um rio de aguas purissimas, transpusemos a primeira etapa dessa tão longa viagem. Chegamos á Bella Flor”. NEVES, João. “Notas de uma viagem de Caetité á S. Paulo”, *A Penna*, 08.01.1913, p.2.

Essas estradas escassamente povoadas, as fazendas e casas, estão sempre distantes que, durante horas seguidas, o viajante pode errar sertão a dentro, por regiões, não raro invias, intransitáveis, ou fechando-se por vezes, em estreitas e íngremes passagens sem encontrar uma habitação ou um vestígio de actividade humana. (1932, p.173).

Faltavam não somente estradas, mas também mapas. No final do século XIX, ao tratar do município de Condeúba, Tranquilino Torres lastimava: “Os nossos mappas, organizados de oitiva, sem mesmo se ouvir aos habitantes do sertão, contêm no que diz respeito á situação das localidades, rios e serras, erros deploráveis, dignos de severa corrigenda!” (1895, p.113). Mais de trinta anos depois, Otto Quelle via-se embaraçado por diversas vezes com esse fato. Em sua expedição às serranias centrais da Bahia, muniu-se de “um mappa na escala 1:1 milhão, publicado pelo Club de Engenheiros Brasileiros” que “revelou-se quasi de todo imprestavel”.<sup>65</sup> Somente “um mappa publicado em 1925 no Rio” forneceu-lhe melhores informações, “embora a sua escala de 1:2 milhões fosse demasiado pequena” (1929, p.23). Alguns, quando usados, serviam mais para desorientar:

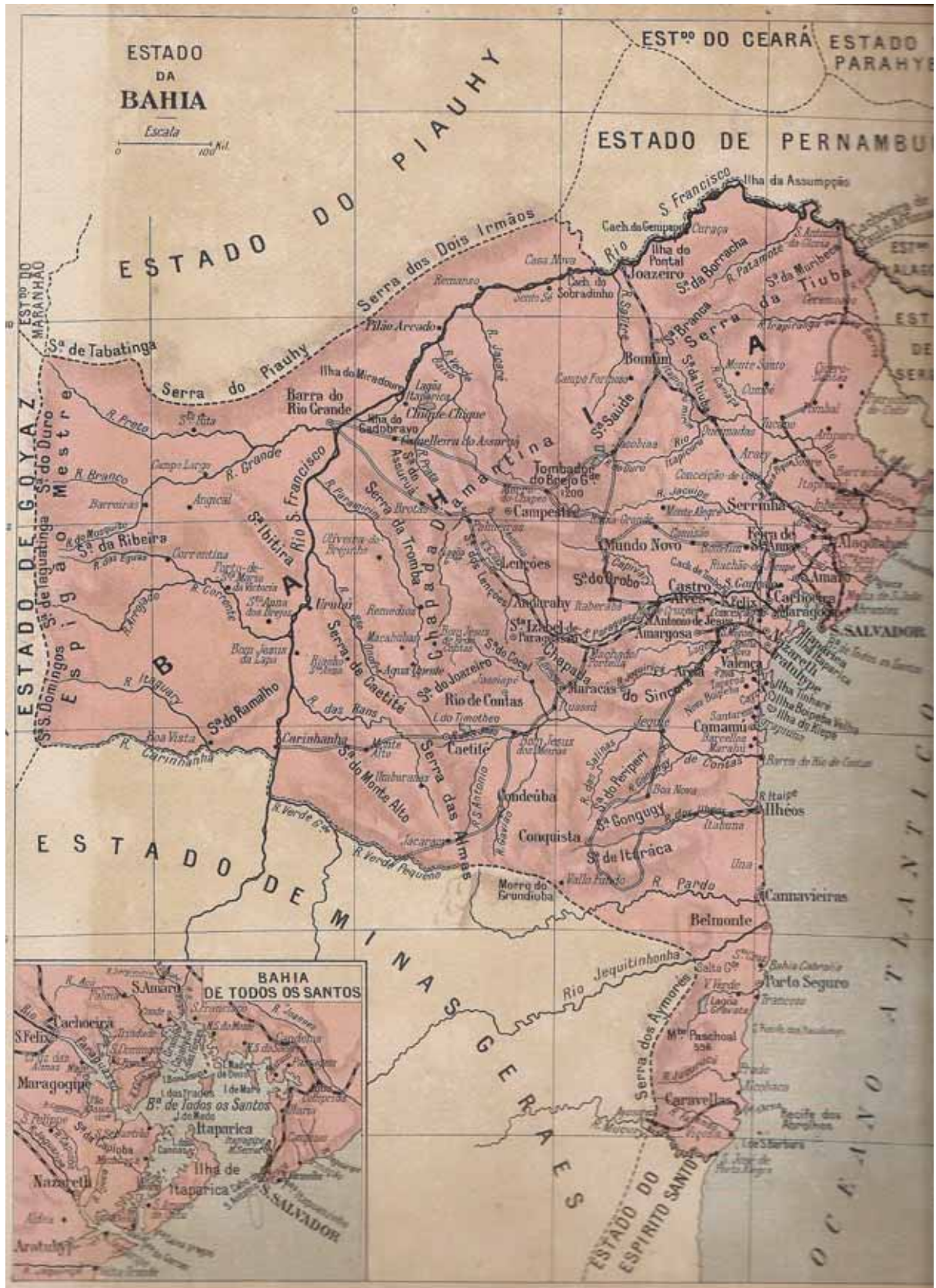
O mappa hydro-geographico da Bahia, de Luetzelburg, dá, na verdade, a impressão de que essas palmeiras em alguns lugares formam mattas em largas extensões: tal não acontece; isoladas ou em pequenos grupos, ellas orlam a margem do rio. As manchas verdes, indicando mattas ao lado do rio, que se encontram em mappas recentes, não têm razão de ser (QUELLE, 1929, p.17-18).

Nessas condições, as viagens podiam ser tortuosas, levando mais tempo do que o esperado. Conforme Otto Quelle, “as serranias centrais da Bahia separam [...] a bacia do São Francisco da Bahia oriental” e havia somente duas passagens mais cômodas de leste para oeste naquele início de século: “Ao Norte, a estrada de ferro Bahia-Joazeiro ladeia pela ‘alva’ ou depressão de Bonfim a região montanhosa central, caminho este já utilizado desde os antigos tempos coloniaes”; e “Ao Sul, sómente em Caetité é fácil transpôr as montanhas” (1929, p.13). Pela estrada Caetité-Lapa poder-se-ia chegar até o rio São Francisco, tomar uma embarcação até Juazeiro e dali continuar pela estrada de ferro até a capital. Outro trajeto, como podemos inferir com a leitura do seguinte mapa publicado em 1922 (Mapa 3),<sup>66</sup> seguia de Caetité, passando por Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), Ituaçu, até Machado

<sup>65</sup> “[...] não existe o divisor d’aguas de mais de 900 metros de altura, que o mappa de escala 1:1 milhão apresenta entre o rio Paramirim, que corre para o N., e os afluentes do rio de Contas.” (QUELLE, 1929, p.24).

<sup>66</sup> No site de onde retirei este mapa, as informações são as seguintes: “Mapa do Estado da Bahia, datado de 1922 – ano do Centenário de Independência do Brasil. Fonte: Atlas Político do Brazil – 1922; Autor: Desconhecido.”

Portela, onde havia, nessa época, uma estação ferroviária.



**Mapa 3.** Cartografia da Bahia publicada em 1922. **Fonte:** Wikimedia

Mapeamentos com maiores minúcias do interior foram feitos de modo mais artesanal, como os trabalhos do padre alemão Luiz Gonzaga Dialler, realizados em 1916.<sup>67</sup> Mas o mapa acima, embora as coordenadas não sejam muito precisas, auxilia-nos quanto aos trajetos principais que ligavam pontos distantes. Essa aparente organização que podemos visualizar, no entanto, dissimula tremendas dificuldades para quem avançava pelo interior nas primeiras décadas do século XX. O tempo das viagens poderia variar bastante a depender das condições da estrada. Em estudo recente, Marcos Profeta Ribeiro, ao analisar uma correspondência de 1928, concluiu que, de Caetité a Contendas do Sincorá, num percurso de 240 km a cavalo, demorava “cerca de três dias e meio a quatro dias”. Mesmo com a estrada de ferro que ligava o Recôncavo a Salvador, pelas informações das correspondências que lhe serviram de fonte, “que mencionam percursos em sentido contrário, ou seja, de Salvador a Caetité, é possível estimar o tempo de viagem entre as duas cidades em oito a dez dias” (2009, p.53).

Provavelmente, a partir de 1928, quando a estrada de ferro alcançou Contendas do Sincorá, o tempo de percurso tinha diminuído. Na viagem feita por Anísio Teixeira dois anos antes, foram nove dias até chegar a Caetité. Quanto ao retorno a Salvador, devido às chuvas rigorosas que destruíram as estradas, “seria longo narrar todos os pequenos incidentes de uma viagem de quase uma quinzena de dias.” (1926, p.305).<sup>68</sup> As idas e vindas entre muitos sítios, roças e fazendas eram também muito complicadas, ainda que bem menos distantes. Na maioria das vezes era preciso passar por estreitas picadas ou mesmo por roçados de caminhos inexistentes. A fotografia abaixo (fotografia 2) dá-nos a ver aspectos dessas verdadeiras travessias. E a paisagem poderia variar muito a depender do trajeto e da percepção do observador. Antonio Neves, por exemplo, atravessou *gerais*, *gurungas* e *baixios* numa

<sup>67</sup> Pela baixa qualidade da cópia do mapa que tive acesso – até porque o original apeseta comprometimentos em seu estado físico –, referente a Caetité e os entornos, preferi não colocá-lo aqui, mas ele pode ser consultado nos seguintes trabalhos: PIRES, Maria de Fátima novas, *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA* (1860-1920). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009, p.110; RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no alto sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia* (1901 a 1927). Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, 2009, p. 46.

<sup>68</sup> Pedro Celestino da Silva, numa publicação de 1932, assinalou as distâncias entre Caetité e outras cidades de acordo com os trajetos da época: “A sede do município dista da capital do Estado 1.200 klms. Está a 180 km. da margem direita do Rio São Francisco e a 240 klms. da estação de Contendas, da Estrada de Ferro Central da Bahia. Para os pontos vizinhos são estas as distancias: a Santa Luzia 15 km., a Brejinho das Amethystas 30 klms, a Gentio 36 klms., a São Sebastião 36 klms., a Guanamby 36 klms., a Umburanas 48 klms., a Lagoa Real 48 klms., a Bonito 48 klms., a Caculé 54 klms., a Cannabrava 60 klms., a Monte Alto 72 klms., a Jacaracy 84 klms., a Riacho de Sant’Anna 84 klms., a Minas do Rio de Contas 120 klms., a Bom Jesus dos Meiras 120 klms., a Urandy 102 klms., a Condeuba 149 klms., a Paramirim 168 klms., a Lapa 180 klms., a Conquista 312 klms., a Jacobina 576 klms.” (1932, p.179). Há em algumas dessas mensurações diferenças significativas em relação as de hoje, o que se explica, ao menos em parte, pela diferenças de trajetos.

diversidade que lhe encheu os olhos. Como ainda são muito frequentes os coqueiros nas encostas de serras e nas colinas,<sup>69</sup> essa fotografia diz respeito a algum desses trajetos provavelmente feito entre fazendas. Comparando-a com outras fotografias, presentes no acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité, é possível estimar que date do início do século passado.



**Fotografia 2.** Viajantes em algum lugar do alto sertão; s.d.; autor desconhecido.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Caetité.

Na direção do São Francisco, mais especificamente até Malhada,<sup>70</sup> tendo Caetité como ponto de partida, o tempo estimado era em torno de quatro dias, como podemos notar ao ler o relato de João Neves que empreendeu uma viagem para São Paulo. A rota não era tão retilínea como sugere o mapa de 1922. Muito pelo contrário, o viajante tinha que enfrentar os perigos de lugares pouco habitados até chegar ao rio, onde provavelmente pegaria uma embarcação para seguir viagem. Trajetos por vezes desoladores – “Reinava em torno uma calma e uma tristeza que nos opprimiam” – propiciavam uma sensação de aumento do tempo de percurso: “A estrada, muito estreita, desenrolava deante de nós, como que interminável, orlada dos dois lados de uma vegetação raquitica e tão cerrada que parecia uma

<sup>69</sup> Como notou Quelle: “encontrei-o [coqueiro] em menor e maior abundancia até o São Francisco; na região montanhosa o coqueiro sóbe até 1.000 metros de altitude” (1929, p.24)

<sup>70</sup> Apesar de não aparecer no mapa 3, Malhada localiza-se ao lado de Carinhanha, separadas uma da outra pelo rio São Francisco.

cerca impenetrável”<sup>71</sup>. Nessa narrativa romanceada, João Neves mostrou, com bastante sensibilidade, a aventura daquela viagem. O trecho seguinte é um tanto longo, mas muito significativo:

A’s duas horas da tarde partimos.

O sol, então fulgurava no ceo muito limpo sem nuvem, e uma atmospherá de incendio aniquilava tudo.

– Vamos agora entrar na travessia das – catandubas, – patrão. Disse-me gritando o camarada.

A tal tão falada travessia das – catandubas – é a terra dos medrosos e emprehendedores de primeira viagem.

O nosso camarada, muito pratico em viagens se dizia muito conhecedor daquelas paragens – que elle conhecia mais que as palmas das mãos, – mas, isso não obstou a que, logo, ao sahir dos moradores, elle errasse a estrada, tomando outra á direita. Nella viajamos durante uma hora, eu, sempre desconfiando, e curando me guiar pelas farpas de algodão deixados pelas – tropas – nas pontas de ramos e das pedras, o que, até então, fôra o nosso guia seguro, pois nos diziam os moradores da estrada quando interpellados por algum de nós sobre o caminho a seguirmos: Vancê não tem qui errá, é só carregá im frente e segui os argudão vae batê certo na Malada.

Desconfiamos logo da direção seguida pela estrada, calculando que pendiamos muito á direita.

Em certo lugar a estrada bifurcava-se. Ahi paramos, e, de commun accordo procuramos nos orientar. O camarada insistia em seguir á esquerda, porem, tendo percorrido curto trecho da estrada, notei a ausencia completa do algodão e resolvi voltar, contrariando-o, embora. Seguimos a outra estrada onde estavam mais visíveis os vestígios de algodão, e, para nossa felicidade, encontramos, logo adiante, uns moradores.

Pressuroso me dirigi á casa e indaguei pela estrada da Malhada.

– Inda qui mal lh’o pergunte, Vancê donde vem? – Foi então preciso que eu dissesse que vinha de Caetité, etc, etc, e que apenas desejava saber da estrada.

– Vancê ta todo errado. Desna qui largou o Currálin vancê haverá de tê batido o estradão qui passa beirando o sumitero. [...]

A’ disparada fui ter com os outros que me esperavam ao longe. Tivemos de facto, de volta[r] ao Currálinho onde chegamos às 4 da tarde. Duas horas perdidas, agora que iamos fazer á travessia das catandubas!

Reunimo-nos em conselho. Deviamos, ou não, seguir viagem?

– Sim, é tocar p’ra frente a todo dar e aguentar com a feia travessia, patrão, que as catandubas é lugar **onde fio chora e mãe não ouve**, respondeu-me o camarada.<sup>72</sup>

Esse fragmento tem muitas informações sobre o viajar pelo sertão que, por sua vez, mostrava-se labiríntico. Cada pista foi preciosa para os viajantes, como as farpas de algodão deixadas pelos tropeiros ao longo do caminho, o fio de Ariadne ensinado pelos moradores locais. Lugares que aqueciam a imaginação aparecem privilegiados, como as catandubas (ou catandubas num falar mais culto), terra dos medrosos e aventureiros, onde o viajante podia se

<sup>71</sup> NEVES, João. “Notas de uma viagem de Caetité á S. Paulo”, *A Penna*, 17.01.1913, p.2.

<sup>72</sup> NEVES, João. “Notas de uma viagem de Caetité á S. Paulo”, *A Penna*, 08.01.1913, p.2.

sentir completamente desorientado, beirando o desespero.

“Catantubas” e tantas outras denominações de lugares alimentavam e tornavam viva a imaginação dos habitantes locais. O excerto seguinte – embora retirado de um documento com finalidades práticas, tratando da demarcação dos limites entre os municípios de Caculé e Caetité – mostra como o espaço era concebido na linguagem dos moradores:

Da *Lagôa do Galho Torto* a *Limeira de José Pinheiro*; dahi as *Lages*; deste ponto ao *Brejo*, na *Passagem velha*; dahi pelo rio abaixo ao *Comboio*, na casa de Eusebio de Britto e Silva, que ficará para Caetité; dahi pela estrada existente no *povoado de São João*, na *passagem do rio* do mesmo nome, na *passagem que vai para os Patos*, onde tem um grande pau ferro; dessa passagem pelo rio abaixo a *Fazenda do Rio Abaixo*, na casa do Manoel Marçal de Carvalho, e deste ponto por uma linha recta tirada de accordo com os dois Municipios do *morro da Samambaia*.<sup>73</sup>

Postos à prova de um espaço com emaranhadas dificuldades, muitos habitantes do alto sertão desenvolveram o que podemos chamar de reconhecimento das dimensões naturais e geográficas através da experiência. Aziz Ab’Saber assinalou o que se constituiu historicamente como uma “acuidade prática do sertanejo em reconhecer diferentes tipos de terrenos, seguindo uma empírica percepção geoecológica” (1999, p.18). Uma acuidade aprendida também com as errâncias. No entanto, não cessava a imaginação de vislumbrar lugares desconhecidos, perigosos, onde o viajante poderia estar perdido.

### 1.3. Potencialidades do alto sertão: projeções e embaraços

Na hora de organizar as notas da viagem, entretanto, o que sobressaía com mais frequência era a imagem do potencial da natureza mal aproveitada pelos “moradores ignorantes” que viviam pelo país adentro.<sup>74</sup> Em escritos de cunho memorialista aparecem as “boas lembranças” das vantagens do ambiente natural interiorano, relacionadas tanto à fartura agrária quanto à saúde. Antes das missões civilizatórias da República,<sup>75</sup> antes do Brasil passar a ser entendido como um grande abrigo de doentes na visão de sanitaristas – como na metáfora do “vasto hospital” dita por Miguel Pereira –, muitos lugares no interior eram

<sup>73</sup> Ata da sessão extraordinária do Conselho Municipal de Caetité, 17.19.1921 – grifos meus. APMC. *Fundo: Intendência Municipal; grupo: Conselho Municipal; série: Atas das sessões do Conselho Municipal; data-limite: 1892-1922; maço: 05; caixa: 01.*

<sup>74</sup> Márcia Naxara notou tais representações em seu livro *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. UnB, 2004.

<sup>75</sup> Cf. LIMA, Nísia Trindade. Capítulo 3: Missões ao interior e interpretações do Brasil. In: *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999, p.56-89.

comumente procurados como refúgio terapêutico, até mesmo com prescrições médicas. No artigo do médico J. F. da Silva Lima sobre o beribéri, reproduzido em trechos pelo *Diccionario de medicina popular* do doutor Chernoviz, lemos o seguinte:

A mudança para fóra da localidade onde o doente adquirio a molestia, e melhor ainda para fóra da zona intertropical, produziu quasi sempre excellentes effectos [...]. Mas a experiência tem se mostrado n'estes ultimos tempos, que se pôde obter igual resultado com a mudança [...] até para o sertão da provincia da Bahia. [...] Um [doente] que foi para a região de Caetité, d'onde é natural, no interior da provincia da Bahia, melhorou em viagem, e curou-se promptamente (1890, p.318-9).

Essa ideia foi reafirmada por Tranquilino Torres, quando escreveu sobre Condeúba: “Longe da capital, na distancia de mais de 100 leguas, tem estado isempto das epidemias que a tem assolado, e, por esta rasão, não é difficil, e, ao contrario, muito commum, ver-se os seus habitantes attingirem longevidade admirável”, ou ainda: “clima sadio e secco, eram raríssimos os casos de tuberculose; ao contrario servia de refúgios aos enfermos pobres de fôrtuna que alli se viam restabelecidos e sãos em pouco tempo” (1895, p.111-124).<sup>76</sup> Porém, essa imagem que remetia à tranquilidade e saúde já ia se desvanecendo naquele momento.<sup>77</sup> Diversas doenças alastraram-se por ali, principalmente pela ausência de condições sanitárias e esclarecimentos adequados: varíola, sarampo, coqueluche, disenteria, malária, tuberculose, sífilis iam conquistando terreno segundo as notas de Torres.<sup>78</sup>

O movimento sanitarista nas décadas de 1910 e 1920 confirmou a situação de “doença” do interior do país, dimensionando-a para o campo simbólico. Não cabia mais a imagem de um lugar saudável ou onde a saúde poderia ser encontrada. A doença começava na ignorância do sertanejo e terminava nas insistentes epidemias, ou vice-versa. Segundo Luiz

<sup>76</sup> Ao falar sobre Monte Alto, João Gumes assinalou: “Quando ainda não tinha a sciencia aprofundado os seus estudos sobre o micro-organismo, antes de Pasteur, Robert Kock e seus continuadores; não sendo, portanto, ainda conhecidas as causas immediatas da tuberculose, Monte Alto era considerado um Sanatorium para o terrivel morbus. Morreu alli grande numero desses infelizes que apenas conseguiram prolongar a sua existencia, tal a salubridade do clima.” In: “MONTE ALTO: Riqueza do município. Optima situação da Villa”, *A Penna*, 12.09.1913, p.1.

<sup>77</sup> A imagem de um passado onde houvera riqueza e saúde destoante do presente atrasado e doente será mais tarde bastante evidente nos discursos de João Gumes que, por sua vez, insere a projeção do futuro, onde a rica natureza apresenta-se salvadora da situação econômica e social do alto sertão baiano.

<sup>78</sup> De acordo com os dados colhidos por Tranquilino Torres, a primeira epidemia de varíola em Condeúba ocorreu em 1878 e foram registradas 66 mortes dentro da sede do município, estimando-se um número bem maior pela falta de registros. Em 1893, o Dr. Américo A. Torres tentou evitar a propagação da epidemia, mas só houve um caso curado. Em 1872 ocorreu uma epidemia de coqueluche e em 1892 cerca de 150 pessoas morreram devido ao sarampo e à disenteria. A sífilis, naquela década, tinha vitimado 49 pessoas e a tuberculose, 24. Além disso, as enchentes dos rios causavam febres intermináveis, ora benignas, ora do tipo tifo-malária. Num quadro geral, “as moléstias que mais obituaram no decenio [...] foram a apoplexia, as febres, molestia interna, tenano nos recém-nascidos, a dysentheria, ao nascer, a coqueluche e o sarampo” (1895, p.111-112).

Antonio de Castro Santos, o “cenário horroroso” revelado pelas pesquisas conduzidas no sertão pela Liga das Nações tinha como personagens a mortalidade infantil, a ancilostomíase, a doença de Chagas e a malária. Entraram em cena, como reação às “impressionantes narrativas” de cientistas, os poderes públicos baiano e brasileiro:

Durante toda a década de 20, o movimento de saúde pública da Bahia associou-se fortemente às ideologias de construção do Estado-nação brasileiro. A incorporação dos territórios e populações do interior aos centros políticos do país dava o compasso para novas ideologias e práticas institucionais. As campanhas sanitárias do governo federal na Bahia refletiam, dessa forma, uma preocupação *nacional* com os viventes do sertão e, de modo geral, com toda a gente do interior. Contra a danação de suas *vidas secas*, o governo da República recomendava grandes campanhas de erradicação de doenças, como se aos serviços de saúde coubesse uma espécie de exorcismo em massa das populações carentes. (Castro Santos, 1998).

Com o avanço das pesquisas na área medicinal e a constatação das péssimas condições sanitárias no interior, maculada a imagem de uma terra onde era propício o tratamento de doenças, a natureza passou a circunscrever-se numa potencialidade em latência. Melhor dizendo: todos os recursos que poderiam ser retirados do solo e tudo aquilo que poderia ser cultivado devido à fertilidade do solo deveriam ser explorados. Mesmo com os discursos de “periferização no norte” (BARTELT, 2009), não cessaram as ideias de explorar as riquezas das terras interioranas. Se havia abundância, ela estava passível ao esquadramento, faltando apenas a iniciativa, por um lado, dos habitantes do interior, por outro, dos dirigentes políticos das esferas estadual e federal.<sup>79</sup> O *tópos* da riqueza adormecida em contraposição à indolência do sertanejo pode ser bem equacionada na frase de Anísio Teixeira: “A terra – rica mas hostil; a sociedade – vacillante na sua organização definitiva” (1926). Desde o final do século XIX, com o advento da República e os debates sobre o seu futuro, a busca de soluções para os problemas socioeconômicos do interior ganhou a pauta da Câmara dos Deputados na Bahia. Havia discussões, por exemplo, sobre os meios mais adequados de combater as secas. Como bem notou Dawid Bartelt:

O *tópos* da riqueza adormecida, diferentemente do que significou no Império, transformou-se numa tese de caráter político: a miséria no sertão não seria apenas um resultado da seca, mas também um resultado da infraestrutura inexistente. O sertão precisava de estradas e ferrovias em bom estado para poder transpor sua “riqueza” até os centros comerciais no litoral

---

<sup>79</sup> Como nos lembra Zygmunt Bauman: na modernidade, natureza torna-se “algo que não deve ser deixado por sua própria conta – algo a ser dominado, subordinado, remodelado de forma a se reajustar às necessidades humanas” (1999, p.15).

de modo rápido e com custos viáveis. (2009, p.251).

Interessava, nesse sentido, desenvolver métodos agrícolas e arregimentar força de trabalho para explorar a natureza do sertão.<sup>80</sup> E essa “natureza” tinha um significado restrito, entendida, sobretudo, como a fonte para o desenvolvimento econômico. Ainda que o clima do sertão fosse dividido com rigidez entre as estações chuvosas e as secas, como podemos ler em vários relatos, muito poderia ser aproveitado das árvores e minerais existentes, bem como do cultivo da terra.

Entre 1906 e 1930, o engenheiro Agenor Augusto de Miranda trabalhou na expansão de linhas telegráficas pelo interior. Desse empreendimento resultou uma publicação tratando do rio São Francisco, em que assinala:

[...] na zona central do Brasil ha vastas terras, sob clima ameno e que, conhecidas nas suas particularidades, poderão facilmente ser povoadas, especialmente pelo braço europeu, carente de trabalho, habil para movimentar e valorizar nossas riquezas naturais, por cima das quais passa o nosso homem, por esse ou aquele motivo indiferente ou ignorante. (1936, p.13).

A necessidade de estrangeiros para trabalhar a terra se dava pela inabilidade do habitante interiorano, e esse pressuposto era devedor de uma imagem depreciativa do “sertanejo” propalada desde os meados do século XIX. No entanto, esse quadro poderia ser revertido. Se, como admitiu o autor, a “civilização era o conjunto dos progressos humanos” (MIRANDA, 1936, p.13), o médio São Francisco apresentava vários “fatores de progresso” apreciados no final da década de 1920, entre os quais, as ferrovias que chegavam até Pirapora (Minas Gerais) e Juazeiro (Bahia), cidades estratégicas à margem do rio; o telégrafo que servia quase todos os pontos de navegação no trecho baiano; além disso, estavam caindo em desuso as lutas políticas, sendo desmoralizados os seus promotores. Tais “fatores” abriam horizontes para o desenvolvimento da “grande zona interior, cuja população aumenta

---

<sup>80</sup> Dawid Bartelt assinala que, “Nas teorias evolucionistas e racistas do século XIX, a natureza exerceu uma função central: como ‘clima’ ou como ‘meio’, cunhava o desenvolvimento psíquico e genético – no caso dos trópicos, com entraves e consequências negativas para a civilização. Mas a “natureza” não funciona somente como ‘meio’ determinante. Diversos momentos diferenciais nos esquemas de valores universais e nacionais são marcados por meio dela. A ‘natureza’ simboliza diferença assimétrica como espaço econômico, espaço climático, meio determinante, e ‘terra incógnita’. Curiosamente, a assimetria não se inclina claramente contra o sertão; é verdade que a produtividade sertaneja é das mais baixas, que o ‘deserto’ contrasta com a frutífera paisagem cultural da região litorânea, que as experiências da seca caracterizam o espaço como região catastrófica; o vazio é evidente diante dos espaços cartográficos [...]. No entanto, crescem frutas cítricas e bananas às margens do rio São Francisco. Os sertanejos conhecem formas de manter o gado saudável no período da seca (Spix e Martius, 1823-1831, p.728). Periodicamente há enchentes nas regiões afetadas pela seca, o que significa que a experiência direta com a natureza marca uma ambivalência estrutural” (2009, p.241).

apreciavelmente e anseia por melhores dias”. Na visão do engenheiro, estava-se passando por um período que apontava para uma transição, cujo desenvolvimento econômico estava latente. Para justificar tal argumento, dois aspectos poderiam ser observados:

1.º – o interesse que todos os ribeirinhos tomaram pelo surto do desenvolvimento rodoviário do nosso interior, com a organização de inúmeras sociedades para construir estradas e explorá-las em seguida; 2.º – no desejo de ganhar dinheiro, manifestado intensamente pelos filhos desses sertões e que, em massa, nas épocas propícias, procuram as terras de São Paulo para o trabalho intenso de lavoura, ocorrendo assim, espontaneamente, a uma escola de atividade, somente atraente para homens de deliberado animo (MIRANDA, 1936, p.15).

Como podemos ver, ao avançar da escrita, o autor pondera que poderia ser bem aproveitado o ânimo dos “filhos dos sertões”, contradizendo-se a respeito do que havia afirmado antes. É necessário observar também que o autor notou mudanças no perfil do trabalhador sertanejo: a disposição para abertura de estradas motivada pelo desenvolvimento rodoviário e a aprendizagem ao tomar contato com a lavoura em terras paulistas. Além disso, embora “esse interior ainda não despertasse atenção mais acurada dos nossos governantes”, havia “raras exceções” a quem ele denominou de “homens de negócios”. Nesse sentido, o seu escopo era “despertar, naqueles que me lerem, interesse pelo nosso interior, sejam homens de Governo, ou homens de negócios.” (MIRANDA, 1936, p.16). Na visão do engenheiro, deveria haver um interesse especialmente pelos trabalhos de lavoura e criação de gado.

No município de Caetité, Pedro Celestino da Silva distinguiu duas zonas de aproveitamento agrícola: as *caatingas* e os *gerais*.<sup>81</sup> Na primeira, “a industria pastoril medra admiravelmente, onde a lavoura é mais disseminada e a população mais densa”; na segunda, “cultiva-se a canna, a mandioca, os cereaes e o café que produz com vantagem” por causa da existência de “excellente agua” e “ricas pastagens naturaes”. O autor aponta para inúmeras possibilidades comerciais com o cultivo do trigo, da cana-de-açúcar – de onde provinham a rapadura, açúcar e aguardente –, do fumo e do café. As diversas árvores frutíferas e hortaliças também poderiam ser bem aproveitadas. No entanto, toda a produção desses gêneros, quando havia, era em pequena quantidade e o cultivo era feito de forma rudimentar e pouco afeita aos

---

<sup>81</sup> Tais distinções apontam para dificuldades na classificação ambiental da região. Hoje costuma ser comum dizer que Caetité está inserida numa área de transição do bioma caatinga para o bioma cerrado. Quanto às noções de *baixios*, *gurungas* e *gerais* estão muito ligadas ao relevo e à vegetação: os primeiros, nos terrenos mais baixos propícios à criação de gado e onde se cultiva o algodão, por exemplo; as segundas nas encostas das serras onde muitos gêneros podem ser cultivados, como a mandioca e o café; os terceiros no topo das serras, onde prevalecem terrenos predregulhosos e de difícil cultivo, mas com diversos mananciais.

aperfeiçoadas técnicas agrícolas modernas.<sup>82</sup> O algodão predominava, segundo o autor, como o principal e mais próspero gênero agrícola, embora não comparável com a produção áurea de fins da época colonial e merecendo, dessa vez, melhor reparo: “O algodão é uma das maiores riquezas actuaes e o seu plantio encontra no municipio terreno apropriado no valle do rio S. João; mas é preciso que sejam os seus cultivadores instruidos no melhor meio de preparar o terreno, expurgar a semente e benefical-a” (SILVA, 1932, p.165).

João Gumes empenhou o seu discurso na tentativa de chamar a atenção de quem quer que fosse para a fertilidade das terras sertanejas: “[...] catingas, mattas e variedade d’esse systema de vegetação, se intermeiam, se cruzam, se confundem de tal sorte, que o agricultor só tem que escolher a variedade de cultura que mais lhe agrade.”<sup>83</sup> O jornalista dedicou-se em transformar o seu jornal num veículo de canalização da opinião pública, onde os interesses do alto sertão estavam em primeiro plano. Embora houvesse um grande número de analfabetos e inúmeras dificuldades para a manutenção de um jornal nessas condições, o *A Penna* gozou de algum prestígio por onde circulou, além de ser tido como uma das primeiras empreitadas jornalísticas no longínquo interior baiano.<sup>84</sup> Muito convidativamente, por vezes o leitor era chamado para um exercício de imaginação coletiva:

Imagine o leitor a vastidão d’este territorio a que chamam *alto-sertão*, o qual, medindo cerca de 40:000 kilometros quadrados, abrange uma grande faixa do norte de Minas e outra igual do Estado da Bahia; calcule que a sua população, já de densidade igual á de regiões regularmente povoadas, vae crescendo em proporção surprehendente, á medida que os seus ferazes terrenos, arrotéados desde 200 annos por meio de processos rudimentares, não mais obedecem áquelles systemas condemnados pela moderna agricultura; e verá a que situação vamos sendo arrastados.<sup>85</sup>

A empreitada em potencializar os recursos disponíveis no alto sertão deveria ser feita

<sup>82</sup> Cf. GUMES, João. “As estradas”, *A Penna*, 25.06.1914, p.1.

<sup>83</sup> GUMES, João. “A lavoura: há possibilidade de um futuro próspero entre nós?”, *A Penna*, 14.03.1913, p.1.

<sup>84</sup> João Gumes desenvolveu diversas funções em Caetité. Foi funcionário público na função de Secretário da Intendência Municipal, mas destacou-se principalmente por ser fundador, proprietário, redator e jornalista do jornal *A Penna* fundado em 1897. Interrompido em 1904, foi restaurado em 1911 como “órgam dos interesses commerciais, agrícolas e civilisadores do alto sertão”, além de defensor dos “valores morais” e dos “bons costumes”. Em 1918, passou por uma renovação com a “chegada de novo material gráfico e de uma máquina moderna”. O jornal circulou por várias cidades no entorno de Caetité, e com relativa frequencia era enviado àqueles que residiam em grandes centros urbanos e que mantinham relações com Caetité. Para se ter uma ideia, entre 1924 e 1927 havia em torno de 442 assinantes. (NOGUEIRA, 2010, p.53-54). Joseni Pereira Meira Reis assinala que “A função de *editor* foi outra das diversas atividades desempenhadas por João Gumes ligadas à cultura escrita, já que foi responsável pela implantação da primeira tipografia no Alto Sertão da Bahia. [Em 1897] fundou o jornal *A Penna*. Mesmo com poucos recursos financeiros, Gumes conseguiu, com auxílio do governo municipal, um prelo para montar sua tipografia, que, em 5 de março de 1897, fez circular o jornal *A Penna*, publicação quinzenal que, apesar das várias interrupções por questões financeiras, sobreviveu até 1942.” (2010, p.54).

<sup>85</sup> GUMES, João. “As estradas”, *A Penna*, 25.06.1914

com um empenho que instaurasse o trabalho metódico,<sup>86</sup> superando, portanto, o caráter aventureiro<sup>87</sup> ao explorar terrenos desconhecidos. Conforme a visão de Gumes, a natureza estava subordinada ao homem. Não havia nenhum enigma a ser desvendado, nem motivo para temer a travessia de lugares como as “Catandubas”, tampouco para explorá-los:

Uma terceira zona que faz parte do Município de Monte Alto é a das mattas do Yú. Demoram de sueste a sudoeste da villa entre as Catandubas, o rio Verde Pequeno e as regiões acima descriptas. Essa região é coberta de espessa e inexplorada matta riquissima em madeiras preciosas. Pela disposição do sólo, secura dos ares e outros requisitos, vê-se que é proprissima á industria pecuaria e cultura do algodão [...]. Em torno d’essa pequena serra [ serra do Yú] derramam-se riquissimas mattas onde se enthesoura a opulencia de uma flora exuberante que, explorada, será uma fonte de riqueza. As mattas do Yú estão intactas, assim como as CATANDUBAS, já do município de Carinhanha.<sup>88</sup>

Quando a emigração recrudescia, especialmente para São Paulo, tornando-se um dos principais assuntos tratados no jornal na década de 1910, a defesa não se fazia apenas de uma fração do território baiano, mas estendia-se para todo o Estado: “A Bahia possui extensas florestas, riquissimas causas, terrenos feracissimos proprios para todas as culturas adoptadas em S. Paulo (todas, entenda-se bem) [...]. A tão falada secca consiste na má distribuição das chuvas pelo tempo e pelos lugares, em certos annos.”<sup>89</sup>

Para dimensionar a importância dada a essa “riqueza natural”, em algumas exposições que ocorriam pelo Brasil ou exterior, havia um lugar para os produtos oriundos do sertão. Em meados do ano de 1928, a Bahia organizava a sua participação na *Exposição Ibero Americana de Sevilha*. Mediante os trabalhos de coleta do mostruário, foi pedido ao coronel Deocleciano Pires Teixeira, influente político do alto sertão baiano, o envio – com urgência, devido ao curto prazo – de alguns produtos a serem expostos:

Bahia, 27 de junho de 1928  
 Illmo. Snr. Deocleciano Pires Teixeira  
 Caetité  
 O Estado da Bahia precisando de vosso inteligente concurso na organização do mostruário de produtos com que se representará na grande exposição de Sevilha (Espanha). E como tendes sido sempre um dedicado amigo dos

<sup>86</sup> “O mais rico paiz do mundo, o terreno mais fecundo, as florestas, as mais densas nenhum proveito darão sem o trabalho perseverante e methodico.” GUMES, João. “A lavoura: causas do seu atrazo”. *A Penna*, 19.02.1913, p.1.

<sup>87</sup> No sentido utilizado por Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.42-70). Pedro Meira Monteiro faz uma interessante discussão sobre este livro de Buarque de Holanda em *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

<sup>88</sup> GUMES, João. “Monte Alto: riqueza do município. Optima situação da villa (continuação)”, *A Penna*, 26.09.1913.

<sup>89</sup> GUMES, João, “Emigração”, *A Penna*, 23.05.1913, p.1.

interesses dessa zona sertaneja, certamente não negaria vosso auxilio. [...]

Entre os produtos que mais interessam, podemos salientar:

MADEIRAS – em amostras [...], trazendo cada uma, [ao] lado, um pedaço de papel e nome, ou nomes que a madeira tiver, e a explicação de sua utilização (para marcenaria, carpintaria, estacas de cercas, dormentes, etc), convindo que venha uma coleção a mais completa possível.

MINERIOS - 10 kilos, no mínimo, de cada uma das principais qualidades, especialmente minérios metálicos (de ferro, cobre, mangan chromo, etc), grafite, calcareos, mármore, quartzo hyalino, crystal de rocha, salitre [...], etc. além de, em quantidades naturalmente pequenas, turmalinas, aguamarinhas, minérios de ouro, prata, platina, e outros, amethystas, borylos, topázios, granadas, etc.

COUROS E PELLAS – um de cada, interessando muito os de giboia e sucury, de que há muito procura na Europa, raposa e gato do matto.

FIBRAS – 10 kilos, pelo menos, bruta, e 10 kilos bem penteada, de cada qualidade.

OLEOS E SEMENTES OLEOSINOSAS E RESINAS VEGETAES – pelo menos litro de cada qualidade.

PRODUCTOS ALIMENTARES – em amostras de 10 kilos, pelo menos, porem de qualidades especiaes, principalmente aparas de mandioca, café, cacau, farinha de araruta e de batata.

PLANTAS MEDICINAES – em amostras de meio kilo cada, com o nome, ou nomes que tiver, e com explicação do fim para que for empregada.

Será bom que as amostras de todos esses produtos venham acompanhadas dos preços que gozam ahí, assim como de qualquer outras informações uteis a uma boa propaganda.<sup>90</sup>

Sentia-se, portanto, a necessidade proeminente de trabalhar os recursos naturais disponíveis. Diversas pessoas, especialmente aquelas que tiveram contato com os estudos científicos e técnicos do período, empenharam-se num discurso de “modernização do sertão”, manifestando-se em publicações como jornais e “memórias”. Entre os autores das fontes anteriormente citadas, posso dizer que João Gumes e Antonio Neves residiam em Caetité. O primeiro, além de funcionário público, era editor do *A Penna*. O Major Antonio Neves, além de sua influência política, mantinha uma curiosidade intelectual sobre a colonização da região. José Neves e Aniso Teixeira, este último pelo menos até o início da década de 1930, mantinham fortes laços com a cidade onde se encontravam os seus familiares.

O historiador Paulo Henrique Duque Santos recentemente procurou tratar de algumas manifestações modernizadoras em Caetité nas primeiras décadas do século XX, quando “membros da elite intelectual caetiteense ocuparam-se do progresso econômico, político e social de sua região”, preocupados com o distanciamento entre o sertão e a modernização em curso no país e interessados nas “reformas dos modos tradicionais de produção na agricultura e dos métodos de sanitarismo” (2010, p.2). Segundo esse historiador,

<sup>90</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

tratava-se de homens:

Formados na Faculdade de Direito de Recife, em Pernambuco, na Faculdade de Medicina de Salvador, na Bahia, em escolas de Letras da região, e mesmo autodidatas, buscaram cercar-se de idéias e técnicas que objetassem o acanhamento dos modos de ser e de viver no alto sertão da Bahia. Aqueles formados na chamada “Escola de Recife” tiveram decisiva influência de ideias do positivismo de Comte, do transformismo de Darwin, do evolucionismo de Spencer, do intelectualismo de Taine e Renan (SANTOS, 2010, p.2).<sup>91</sup>

Além disso, filhos de influentes políticos e fazendeiros da região passaram a estudar engenharia em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo ou mesmo fora do país. Traziam “ideias novas”, embora tivessem noção da grande dificuldade de efetivá-las no lugar de origem, onde muitos dos seus familiares habitavam. Foi o caso, por exemplo, de alguns filhos do coronel Deocleciano Pires Teixeira.

Para esses moços de origem abastada, as perspectivas de viver no sertão e empreender algum projeto mais amplo eram muito limitadas. Aliás, como veremos no trecho a seguir, eram mínimas as possibilidades de exercer a profissão de acordo com os parâmetros da área de formação. Trata-se de uma carta de Jayme Spínola Teixeira que, após terminar o curso de engenharia, escreveu ao seu pai, Deocleciano:

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1924.

[...]

Papae sabe que desejava um empréstimo de cinco contos e pergunta-me para que essa quantia. Desejo-me casar em Junho ou mesmo talvez antes – quer isto dizer que já irei começar a vida casado – Saio d’aqui, póde-se dizer sem nenhum tostão, só tendo possibilidades – É uma sahida definitiva para esse interior onde irei lutar – Tenho necessidade de levar algum material que me ajude a trabalhar – e, como vou-me casar preciso de roupas e certos objectos caseiros, assim como alguns livros e aparelhos de engenharia. [...]

Estou a pensar em que, mais especialmente me deverei dedicar ahi no Sertão – o algodão fatalmente me terá em seu commercio. Mas com os preços sempre oscilantes, com as suas safras [recentes] – terá que ir para um segundo plano – como negócios de oportunidade – Pensei n’uma pequena [fábrica] de assucar, para a qual a força necessária ser-me-ia favorecida pela queda d’agua que ha no Sitio do Riacho – os orçamentos, que tenho em mão, de duas casas, uma allemã e outra suissa, mesmo para uma pequena

<sup>91</sup> Paulo Henrique Duque Santos faz a relação de alguns desses homens: “Destacam-se, dentre outros, José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité), Joaquim Manoel Rodrigues Lima (médico, Intendente municipal e Governador do Estado da Bahia), João Antônio dos Santos Gumes (autodidata, professor, escritor e editor do jornal A Penna, Secretário amanuense e Coletor estadual), Marcelino José das Neves (pedagogo, professor e escritor, Delegado escolar da circunscrição de Caetité), Deocleciano Pires Teixeira (Intendente municipal), Anísio Spínola Teixeira (educador e escritor, Secretário nacional de ensino), Aristides de Sousa Spínola (formado em direito, Governador da província de Goiás e Deputado do Congresso Nacional), César Zama (médico e escritor, Deputado Provincial)” (2010, p.2).

industria, dão preços cujo capital que teria necessidade, não poderia obter.<sup>92</sup>

Ou seja: se a formação especializada de Jayme fosse Engenharia Civil, isso não garantiria a ele dedicar-se exclusivamente a essa profissão. Pelo contrário, a tendência era adaptar-se às circunstâncias e condições de negócios mais rentáveis e viáveis, pois, além das dificuldades pessoais assinaladas, havia os limites técnicos, materiais e de demanda. Na continuação da correspondência, Jayme fez notar algumas ideias, ainda que incertas e dependentes da aprovação e incentivo do pai:

Tenho aqui um collega de origem franceza [que] empregou-se no cortume Franco-Brazileiro, em S. Paulo – e lá trabalhou na secção technica por uns 2 annos de onde saiu por incompatibilizar-se com o sub-director. É bom notar que esse cortume com matriz em França e filiaes em America, Argentina e aqui, é um dos primeiros cortumes e de onde sahem os melhores couros – Actualmente, este rapaz que aqui esteve até ha poucos dias commigo, achase no Rio Grande effectuando compra de couros – para um cortume em Campos – E. do Rio – onde se acha collocado. O seu ordenado é de 1:500\$000 por mez e 10% sobre os lucros do cortume, o que lhe dá mais de 3:000\$000 por mez – N'estas condições, (elle não tem capital) me propoz elle fundarmos um cortume de sociedade – mesmo ahi no interior da Bahia, cujos couros conhece – cujos lucros seriam divididos igualmente, – o capital necessario são apenas 100:000\$ não contando com a força e o terreno, que já tenho em Riacho de Sant'Anna. Estes 100:000\$ são para a compra das machinas indispensaveis e as outras comprariamos com os lucros do cortume [...]. A questão é se poderemos obter ahi, em Riacho de Sant'Anna – um minimo de 100 pelles por dia (cabras, carneiros) fora os de boi.<sup>93</sup>

As peles estavam entre as riquezas mal aproveitadas segundo João Gumes. Onze anos antes de Jayme escrever a carta acima, Gumes indagou em seu jornal: “Por que não estabelecemos cortumes aperfeiçoados e officinas onde as pelles, uma vez curtidas, recebam as tintas e ultimas demãos que as convertem nos chagrins, carneiras, oleados e quejandos?”<sup>94</sup> Incomodava-o o fato de haver “uma quantidade prodigiosa de pelles” que “emigra do nosso

<sup>92</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

<sup>93</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

<sup>94</sup> Nessa matéria, o autor escreveu: “Disse-nos um distincto e illustre estrangeiro que, pela sua longa permanencia entre nós, já conhece bastante o nosso Estado e tem, por consequencia, julgamento valioso sobre o nosso estado economico que – ‘Não avalia-se entre nós que riqueza possui o sertão no commercio de pelles.’ [...] O commercio de pelles começou entre nós ha cerca de vinte e poucos annos. No seu inicio attraheu compradores, até estrangeiros, e avultados capitaes que foram empregados em compras. Depois cahimos nas garras da exploração e do monopolio e, como sempre succede, só alguns mais expertos conseguem vantagens n'esse commercio, não tantas quantas era de esperar. A pelle mais procurada é a do caprino. Entretanto, quaes os cuidados que n'estes vinte e tantos annos têm sido dispensados a essa sorte de gados?” GUMES, João, “Pelles”, *A Penna*, Caetitê, 20.08.1913, p.1.

meio para, entregue ás mãos habéis do estrangeiro, serem transformadas em objectos do nosso uso e vir-nos de retorno com dous intercambios”.<sup>95</sup>

Quanto à área agrícola, provavelmente novos métodos foram ensaiados devido à presença de diplomados na área da agricultura, como foi o caso de Mario Spínola Teixeira,<sup>96</sup> irmão de Jayme e de Anísio. Os agrônomos formados na Escola Agrícola da Bahia, como Mário Teixeira, geralmente eram orientados a defender a “vocalização agrícola brasileira vinculada ao papel que desempenhariam como agentes capazes de disseminar a luz da ciência na lavoura”, por isso, a eles cabia “na ordem social agrária a ocupação de todos os postos de direção inerentes à atividade agrícola” (ARAÚJO, 2010, p.194). De um lado, estes agrônomos detinham o conhecimento científico e se encarregavam da “chefia” da agricultura. De outro, estava o trabalhador rotineiro que deveria ser instruído na prática agrícola, caso contrário ficaria condenado em sua ignorância, como podemos ver na anedota seguinte, mencionada pelo formando em agronomia Durval Gonçalves em sua tese de 1900:

“Sustentava eu em 18..., perante uma das principais famílias do sertão, que as secas aí são mais devidas á incúria deles do que a defeito da natureza; para me convencerem do contrário, todos me asseveraram que as folhagens verdes que botam de manhã sobre os grãos, que lhes servem de alpendre nas portas, são à tarde levadas pelo vento, ressequidas.  
 “Para que não plantam antes (lhe disse eu) um maracujaeiro, outra qualquer trepadeira semelhante, mesmo um jasmineiro – um pé de S. Caetano?...  
 “ – Ora! Ora! disseram todos: não temos água para outras cousas, temos para aguardar plantas?  
 “ – Pois todos não lavam os pratos, não lavam os pés?  
 “Ora? Botar água suja nas plantas?! Era esmerecer? O senhor bebe água suja?”  
 E o que responder a isto?  
 Ou ensinar agronomia a quem acredita nestas asneiras, ou dar-lhes uma gargalhada como única resposta. [...]  
 (apud ARAÚJO, 2010, p.209).

Os propósitos com exemplos como este em muito se aproximam das ideias desenvolvidas por Hippolyte Taine a respeito da população rural francesa no final do século XIX. Como assinala Maria Stella Bresciani, Taine, “recorrendo a exemplos de desinformação e ignorância”, procurou “demonstrar que alguém que ‘passa o dia inteiro no campo, executando um trabalho que prende o pensamento do homem à terra’ só pode preocupar-se

<sup>95</sup> GUMES, João, “Nossa situação”, *A Penna*, Caetitê, 09.03.1913, p.1.

<sup>96</sup> Mário Spínola Teixeira diplomou-se pela Escola Agrícola da Bahia em São Bento das Lages em 1898, com tese intitulada “O boi”. Cf. ARAÚJO, Nilton de Almeida. Anexo V. In: *Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Niterói, RJ, 2010, 366 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense.

com a colheita, a chuva, o frio, o preço dos grãos, do esterco; quando, à noite, volta para casa, ‘tem a cabeça cheia de imagens e vazia de ideias’” (1998, p.54).<sup>97</sup>

Por conseguinte, para pensar em novas técnicas e melhoramentos agrícolas e no cultivo em larga escala, além da necessidade de meios de transporte, estradas e trilhos para o escoamento da produção, urgia chamar a atenção para a necessidade de instruir o “trabalhador sertanejo”, pelo menos no que dissesse respeito ao modo de trabalhar a lavoura. Ainda em meados da década de 1920, o “lavrador prático” era notado como uma exceção entre os “lavradores ignorantes”. Num artigo de 1925, em que trata do cultivo da cana-de-açúcar e das variedades disponíveis, Gumes escreveu:

O professor Joaquim do Couto, lavrador prático, tinha o cuidado de fazer selecção e sempre, – o que era tido pelos lavradores de S. Luzia de Caitité, onde elle residia, como uma esquisite e caturrice de velho – preferia a cana *rajada* ou *fita*; como aqui é conhecida, para a sua plantação. O seu louvavel escrupulo n’isso, e em outras medidas que tomava, demonstrou cabalmente aos seus parentes e visinhos a vantagem que se colhe desses cuidados meticulosos, pois os productos por elle conseguidos era sempre de optima qualidade. Entretanto, o exemplo do paciente e desvelado velho não conseguiu reformar o sistema de cultura, mesmo no meio de sua familia.<sup>98</sup>

Sobressaía a imagem do “sertanejo ignorante”, sempre resistente à inovação de métodos agrícolas, o que consistia grande embaraço à modernização da agricultura. Uma imagem carregada de ambivalências, devedora de diversas teses sobre a identidade do povo brasileiro.<sup>99</sup> O trabalho metódico, como elemento fundamental no processo de modernização, era contrariado pela preguiça e indolência atribuídas às gentes mais pobres do sertão, como podemos ver no seguinte trecho de uma carta:

Lapa, 3 de Setembro de 1916

Papae,

[...]

Tenho encontrado muita dificuldade p<sup>a</sup> consertar a casa do Bom Ritiro, por não ter encontrado prontos as portas e os caibros as linhas q. mandei tirar e os adobos todos tem uma desculpa para dar, mostrando sempre a preguiça e a indolencia, tenho procurado com outros e não tenho encontrado, o

<sup>97</sup> Nilton de Almeida Araújo assinala uma ambiguidade comum nos escritos dos estudantes da Escola Agrícola da Bahia: “a simultânea oposta na instrução agrícola como caminho de redenção da população rural brasileira e baiana em particular e a degenerescência racial desta mesma população” (2010, p.209).

<sup>98</sup> GUMES, João. “A canna de assucar”, *A Penna*, 04.06.1925.

<sup>99</sup> “A passagem do século XIX para o XX constitui um momento privilegiado para o estudo do imaginário sobre a população brasileira, por ter sido um período em que apareceram diversas tentativas de compreensão globalizadora de sua cultura e de sua história, no âmbito mais amplo da cultura ocidental, de forma a elevar para um centro nodal a questão da identidade: identidade da nação; identidade do povo brasileiro. O fio condutor dessas pautou-se por uma concepção evolucionista da história, tendo o progresso como ideia central e uma angústia quanto à possibilidade de sua realização num país visto como ‘atrasado’ em relação ao mundo ‘civilizado’” (NAXARA, 1998, p.17-18).

marceneiro vou ver se encontro aqui, e se quer ir p<sup>a</sup>. la fazer os servissos, de modo q. só poderei fazer agora a limpeza da casa ficando o resto p<sup>a</sup>. outra ocasião.

[...]

Celso.<sup>100</sup>

Podemos notar um distanciamento entre aquele que escreve e as pessoas a quem se refere ao tratar das tarefas não feitas. Quem escreve é o filho de um poderoso fazendeiro reclamando da falta de mão de obra, justificada não pela ausência da força de trabalho, mas pela preguiça e indolência daqueles que poderiam se encarregar dos serviços.

Não somente nessa missiva de Celso, mas também em alguns outros escritos consultados foi possível notar um sentimento tenso e ambíguo de aproximação e distanciamento entre o autor e os demais habitantes do sertão, seus contrerrôneos, geralmente pobres e fora das redes de relações sociais mais íntimas do “intelectual” que toma a palavra.<sup>101</sup> Ao olhar em volta, o sentimento era de desprezo aos “sertanejos indolentes”, vistos como culpados de sua pobreza pela falta de iniciativa e pela resistência aos modernos métodos agrícolas. Por outro lado, ao olhar para longe, para os dirigentes políticos das esferas estaduais e federais, o sentimento era de abandono, o que aproximada a todos os que viviam naquele sertão longínquo. Estavam, portanto, distantes do sertanejo ignorante, mas próximos do sertanejo ignorado.

Nesses momentos despontava um adjetivo, não menos ambíguo, que caracterizava uma relação de alteridade ou pertencimento. O termo “tabaréu” geralmente era usado num sentido satírico. Nas palavras de Dawid Bartelt, “o sertanejo ganhou forma então como caricatura universal do tabaréu. As peças de sua vestimenta, do chapéu e a cueca aos sapatos inexistentes, formam o símbolo de sua incapacidade de modernização” (2009, p.247). Mas também poderia ser utilizado num sentido de ironia, para fazer referência a algo que foi negado por desprezo. João Gumes, a propósito da inoperância do correio, concluiu a sua crítica com as seguintes palavras: “tudo isso e muitas cousas mais, constitue agora o abundante pabulo da familia tribu dos tabaréos sertanejos, curvados sob a soalheira, a

<sup>100</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

<sup>101</sup> Para esses apontamentos, baseio-me nas reflexões de Jean-François Sirinelli sobre os intelectuais. Ao tratar da definição, Sirinelli escreve que a noção de intelectual tem um caráter polissêmico. Um caminho seria abranger tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário e o erudito: “Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto”, acrescenta, “postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ da cultura. (2003, p.242). No entanto, isso não acaba com a polêmica em torno do conceito, mas serve para encaminhar uma pesquisa. Um caminho é atentar-se para as “redes” de relações desses intelectuais. Neste caso, temos como principal exemplo o jornal *A Penna* como um meio onde se movimentaram ideias e onde apareceram assuntos ou propostas afins.

arroteiar a gleba ingrata sob o know do desprezo empunhado pelos senhoriaes dominadores que, somente, tiram proveito desse temeroso torvelinho.”<sup>102</sup>

Tachados de tabaréus, desconfiados das novidades, pouco afeitos à modernização – talvez por isso, na ironia de Gumes, as estradas permaneciam esburacadas, assim como continuavam as dificuldades de comunicação e ausência de investimentos em obras viárias e em modernos meios de transporte. Talvez por isso a sensação era de andar como caranguejo, para diante e para trás ou em forma circular, numa dança embaraçosa e ridícula.

---

<sup>102</sup> GUMES, João. “Tivemos correio!”. *A Penna*, Caetité, 8.04.1915, p.1.

## CAPÍTULO 2. O CARANGUEJO E A BICICLETA

Duas imagens: um caranguejo e uma bicicleta. A primeira – representação mental funcionando como um recurso linguístico<sup>103</sup> – leva a pensar em uma situação de embaraço, enquanto a segunda – associada a uma visualidade – remete à agilidade de movimentos. Uma, presente no imaginário brasileiro desde pelo menos o tempo do Frei Vicente do Salvador,<sup>104</sup> dessa vez serviu como recurso para caracterizar, diante das repercussões do “progresso”, a inoperância, o andar em círculo, a ausência de movimento constante e linear no alto sertão baiano nas primeiras décadas do século XX. A outra, muito frequente no imaginário moderno desde fins do século XIX, remete à ação, à velocidade e ao progresso técnico-industrial. Trata-se, uma, da observação feita por um jornalista ao falar dos constantes problemas nos correios e, outra, de uma fotografia captada na vila de Bela Flor (Guanambi) por volta de 1910.

A propósito da inoperância dos serviços postais no alto sertão baiano, João Gumes fez de tal situação um caso exemplar da ausência de progresso associado à comunicação constante e ao avanço tecnológico. Seu desabafo foi incisivo:

A nós se affigura, e não é d’agora, que o nosso progresso – isto é, o progresso destas reconditas plagas que, para os nossos dirigentes das alturas estaduaes e federaes, só merecem desprezo e que, quando muito, e por muito favor, só alcançam dos poderes uma esmola que nos distribuem de cara á banda e supendendo o olfacto; – não se faz em linha recta: é realizado em tortuosa senda que tende sempre á forma circular. Depois de muito andarmos, chegamos de repente a um ponto por onde passamos ou bem proximo d’elle.<sup>105</sup>

Na visão do jornalista, essa situação significava uma experiência de constantes

---

<sup>103</sup> Ver, nesse sentido, o verbete “imagem” discutido por Carlos Ceia em *E-Dicionário de Termos Literários* <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>>. Acesso em 23.11.2011.

<sup>104</sup> Quando escreveu sua *História do Brasil* na primeira metade do século XVII, Frei Vicente do Salvador observou: “da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem o andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (1982, p.59).

<sup>105</sup> GUMES, João. “O correio”, *A Penna*, Caetité, 11.02.1915, p.1.

malogros em relação às expectativas: “De accordo com o que acima dissemos, é justa e applicavel ao caso a phrase usada quando nos lembramos do caranguejo: ‘andar para deante e para traz’”.<sup>106</sup>

Trata-se de uma crítica ferina e ressentida ao processo ambíguo de modernização do sertão.<sup>107</sup> Haviam passado quase cinco anos desde que a promessa da chegada de um ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia ganhara tônica com os estudos realizados pelos engenheiros. A ferrovia não avançou e as estradas continuavam em condições precárias. A paralisação do serviço de expedição de malas para o interior que já durava um mês tornava explícito um sentimento de deslocamento.

Alguns anos mais tarde, o engenheiro Agenor Augusto de Miranda, responsável pela expansão da rede telegráfica nas regiões do rio São Francisco, falaria dos “fatores de progresso” que estavam sendo espalhados pelo sertão. Caetité, desde 1896, já tinha uma estação de telégrafo.<sup>108</sup> Para Gumes, no entanto, isso não satisfazia as exigências da comunicação. Faltava uma rede viária para o deslocamento de pessoas e o intercâmbio de mercadorias:

Já dissemos repetidas vezes que a principal causa do atrazo destas altas, absconditas e tão calumniadas regiões do sertão da Bahia é a deficiencia de meios de transporte. Poderíamos dizer falta em lugar de deficiencia; mas, attendendo a que ainda dispomos dos ronceiros e degenerados solipedes que, na melhor das hypotheses, conduzem 120 kilos e do archaico carro de duas rodeiras inteiriças arrastados pachorrontamente por bovinos fanados o qual só transita as estradas planas; concedemos que não sejam nullos os nossos meios de conducção de mercadorias e viajantes.<sup>109</sup>

Os meios de transporte eram os instrumentos fundamentais na orquestração de uma vida moderna. Talvez por isso o registro fotográfico de uma bicicleta, acompanhada provavelmente do seu proprietário, condense, numa única imagem, uma constelação de

<sup>106</sup> É claro que, aqui, esse movimento tem um significado simbólico, uma vez que a estrutura física do caranguejo, enquanto crustáceo decápode, faz com que seus movimentos sejam para os lados.

<sup>107</sup> Camila Rodrigues, em sua dissertação de mestrado sobre o livro *Tutaméia: Terceiras Estórias*, de João Guimarães Rosa, observou que alguns textos trazem no final o desenho de um caranguejo. Em suas palavras: “porque o caranguejo é considerado como um artrópode capaz de caminhar para trás e para frente, supomos a possibilidade de que o aparecimento deste símbolo pode estar, também, questionando o processo ambíguo de modernização do sertão, que parecia caminhar para frente, mas podia ser também uma archa para trás”. (2009, p.36).

<sup>108</sup> De acordo com Pedro Celestino da Silva, a chegada do telégrafo ocorreu durante a gestão de Joaquim Manuel Rodrigues Lima, governador da Bahia à época e natural de Caetité. Na década de 1920, a estação coletava “os serviços das estações de Guanamby, Macahubas, e bem assim o que é destinado ás de Gamelleira, Urandy, Jacaracy, Condeúba e parte também procedente d’aquellas estações. O seu movimento, durante o ano de 1926, foi o seguinte: telegrammas recebidos e transmitidos – 26:564 com 548.633 palavras produzindo a renda annual de 15:554\$900.” (1932, p.176-177).

<sup>109</sup> GUMES, João. “Situação angustiosa”, *A Penna*, Caetité, 25.06.1914, p.1.

desejos de ação e velocidade, além de uma atmosfera lúdica remetendo às exibições teatrais do maquinário.<sup>110</sup> A fotografia foi enviada por Mario Teixeira ao seu cunhado Juca e registrada numa vila próxima a Caetité. O homem aparece em segundo plano segurando firme o objeto de exibição. Juntamente com os aros e as composições geométricas das ferragens que formam a bicicleta, ele posa como se fosse uma autoridade dentro das perspectivas de progresso na região.



**Fotografia 3.** Fotografia enviada por Mario ao Juca; autor desconhecido; 1910.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Caetité.

A bicicleta moderna, com eixo de direção móvel e pedais, foi uma entre as diversas novidades que vieram com a Revolução Científico-Tecnológica. Popularizada na França nas últimas décadas do século XIX, esse artefato só veio a ser comercializado no Brasil a partir de meados dos anos 1890, sendo que sua aquisição “era símbolo de *status*, variando de acordo com a qualidade e preço do modelo adquirido” (SCHETINO, 2008, p.61). O primeiro

<sup>110</sup> Ver, nesse sentido, HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, especialmente o capítulo “Chuva, vapor, velocidade: projeções à sombra do mecanismo”, p.33-61.

velocípede foi apresentado ao mundo em meio à efervescência de Paris no ano de 1821 e logo ganhou um apelido que traduzia bem a atmosfera que estava sendo vivenciada:

Conhecida como ‘o cavalo de ferro’, as relações entre a bicicleta e o cavalo não se restringiam ao apelido recebido pela nova invenção. Na medida em que tomava as cidades, a bicicleta angariava certo número de entusiastas, obviamente os mesmos do progresso e das transformações que estavam em curso em Paris. A sociedade vivenciava naquele momento os primórdios de uma relação que resultaria posteriormente na substituição em larga escala do cavalo pela bicicleta como meio de transporte (SCHETINO, 2008, p.54).

Sua presença no alto sertão anos mais tarde não deixa de apontar para um fetichismo que havia em torno da novidade. Por outro lado, como a tendência seria a popularização, a chegada de alguns desses novos meios de transporte animava aqueles mais desejosos por substituir os muare encangalhados pelas bicicletas e os carros de bois pelo trem de ferro ou pelos automóveis.

Tanto o caranguejo como a bicicleta podem ser tomados como imagens que revelam sentimentos distintos. O primeiro expressa algo ligado ao *espaço de experiências* e a segunda ao *horizonte de expectativas*, se tomarmos como ponto de partida as reflexões de Reinhart Koselleck. A experiência, para o autor, constitui “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”; e a expectativa “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas se pode ser previsto” (2006, p.309-310).<sup>111</sup> Em outras palavras, se “o passado atual” estava associado à ausência de “progresso”, o futuro poderia ser diferente, ainda que sempre houvesse o risco de serem frustrados os prognósticos.

Como veremos a seguir, nas fontes consultadas, a noção de progresso pode ser lida como algo otimizante e positivo, uma vez que não se sentia a efetivação do avanço técnico-industrial no alto sertão. Entretanto, alguns aspectos relacionados ao termo “moderno” e seus significados podem ser perscrutados através de projeções e das novas linguagens e ideias que chegaram a Caetité na época.

---

<sup>111</sup> “Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes do comportamento, que não estão mais, ou não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”. Quanto à expectativa, “também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal [...]. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.” (KOSELLECK, 2006, p.309-310).

## 2.1. Sintomas de uma época: entre novidades e desejos de progresso

Ao receber e publicar alguns versos de desabafo escritos por um conterrâneo que reclamava a sua vez na imprensa e colocava em xeque a “verdade” por ela difundida,<sup>112</sup> o editor do jornal *A Penna* – um jornal que, aliás, via a imprensa como “um dos mais importantes factores do progresso social”<sup>113</sup> – respondeu, logo abaixo do poema, o seguinte:

Em resposta diremos carinhosamente ao nosso digno amigo que a verdade será sempre o nosso lemma... e que a Imprensa é feita para todos aquelles que bem intencionados como o nosso bom amigo, tem por meta o bem, a *sanificação do meio e o seu progresso*.

Não supponhamos, porem, que todas as verdades se possam dizer, porque devemos obedecer ás injuncções de um rigoroso fiscal a que chamamos – discrição – . A nudez é uma verdade, mas... quem se atreverá a andar sem vestidos?<sup>114</sup>

Em meio a um campo de forças intensamente marcado pelo coronelismo,<sup>115</sup> a imprensa surgia no alto sertão baiano tendo entre suas metas “a sanificação do meio e o seu progresso”, sendo ela mesma entendida como um “fator de progresso”. Não por acaso, vivia-se um momento em que a ela se atribuía o papel de formação da opinião pública a respeito dos rumos do novo regime.<sup>116</sup> O jornal, encabeçado por João Gumes, começou a ser publicado nos anos finais do período oitocentista de acordo com essas prerrogativas. Uma leitura sumária desse jornal nos permite dizer que nele se defendia novas medidas a serem tomadas no alto sertão, pois as coisas não poderiam permanecer como estavam caso se desejasse acompanhar o “progresso”.<sup>117</sup> Por conseguinte, nota-se uma tensão latejante entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.

Podemos dizer que um novo horizonte de expectativa ganhou maior destaque no alto

<sup>112</sup> Os versos são os seguintes: “Diz o provérbio: ouça, veja e cale / e viverá uma vida folgada / Triste certeza pois vejo calada / minha vez na imprensa, do povo – a fala / mas é porque digo a verdade emfim? / Mas a verdade da imprensa é a deusa. / A verdade é outra (dura franqueza) / a imprensa não foi feita para mim. / Que não sei bem a penna manejar, / impedir a mim de escrever, falar, / o coração de amar é impedir. / Amo a Deus, amo a patria, amo o dever, / dos quaes é meo falar, meo escrever: / falo do que meu coração sentir.” CASTRO, A. Frões. “Os Inquietur ex abundancia cordis”. *A Penna*, 15.03.1912, p.3.

<sup>113</sup> “Programma”, *A Penna*, 19.12.1911, p.1.

<sup>114</sup> *A Penna*, Caetité, 15.03.1912, p.3 – grifos meus.

<sup>115</sup> Sobre este aspecto, ver a dissertação de Lielva Azevedo Aguiar, especialmente o subcapítulo “‘Leia sempre A Penna’: a imprensa de João Gumes a serviço da família Teixeira” (2011, p.126-136).

<sup>116</sup> “A nova cultura chegou a um público mais amplo através da imprensa, das conferências públicas e da literatura; foi visualizada nas imagens das revistas ilustradas e nos préstitos carnavalescos; ganhou o auditório das ruas e dos cafés. Por esses canais se foi operando o desmonte da cultura imperial.” (MELLO, 2009, p.20)

<sup>117</sup> Para Nicolau Sevchenko, “Acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia. [...] A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transformou na obsessão coletiva da nova burguesia” (2003, p.42).

sertão a partir da segunda metade do século XIX e especialmente no início do XX. Os anos 1910 começaram com o envio, aos órgãos federais, dos estudos do trecho para a construção da Estrada de Ferro Central da Bahia entre Machado Portela e Caetité, que daí seguiria para o rio São Francisco. Tal promessa assinalava seu lugar nas expectativas que, por sua vez, estavam alicerçadas em “imagens de progresso”. Podemos mensurar essas imagens na seguinte passagem, retirada do Boletim Comemorativo da Exposição de 1908:

A vasta rêde telegraphica que une pelo pensamento os pontos mais longinquos do nosso território entre si e com todos os centros industriaes e intellectuaes do mundo; as vias férreas que ligam os Estados e caminham pelo interior, galgando as serras, transpondo os rios, conquistando para a civilização os sertões bravios, desertos e demandando as fronteiras, hoje limitadas por tratados internacionaes; as cidades, as vilas antigas e novas, os povoados e as colinas nascentes; [...] os correios multiplicando sob todas as fórmas e por todos os meios de comunicação a correspondencia, com desenvolvimento tamanho, que só por milagre se consideraria possível há cem annos.<sup>118</sup>

Telégrafos, ferrovias, cidades conectadas faziam parte do imaginário moderno como elementos orquestradores do progresso, palavra de ordem na imprensa. Segundo Adrian Forty, “o que é descrito como progresso nas sociedades modernas é, na verdade, sinônimo, em larga amplitude, de uma série de medidas provocadas pelo capital industrial. Entre os benefícios estão mais alimentos, melhores transportes e maior abundância de bens” (2007, p.19).<sup>119</sup> Esta noção serve como ponto de partida para trabalhar sobre tais imagens. A propósito, algumas indagações devem ser consideradas: qual a intensidade da tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa? Se o futuro deveria ser diferente do passado e do presente, quais as expectativas abertas e quais imagens de progresso despontam nas fontes?

Em primeiro lugar, tudo o que contradizia o aperfeiçoamento do “homem moderno” deveria necessariamente ser colocado de lado. Num editorial sobre os meios de transporte, podemos notar os parâmetros básicos veiculados pelo referido jornal para designar o que era e o que não era moderno:

Um dos mais instantes problemas a resolver para que esta zona entre no

<sup>118</sup> Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1908. (Acervo digital do IBGE, Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 22/06/2010).

<sup>119</sup> Para Koselleck, “o conceito de ‘progresso’ só foi cunhado no final do século XVIII, quando se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores” e estava ligado à ideia de “um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento” que “teria que ser planejado e posto em prática pelos homens” (2006, p.317). Para os meus propósitos, a noção desenvolvida por Adrian Forty está mais condizente com o que as fontes me possibilitam ler, sem desconsiderar, no entanto, os argumentos de Koselleck. Ver: FORTY, Adrian. *Imagens de progresso*. In: *Objetos de desejo: design e sociedade desde 1750*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p.19-41.

*concerto de progresso que accentua-se no paiz, é a facilidade de transporte. Actualmente tendem todos os povos ao cosmopolitismo e, no STRUGGLE FOR LIFE moderno, exige a civilização que procuraremos atingir, quanto possível, as fronteiras da ubiquidade. Estar em toda parte ao mesmo tempo, a toda a parte levar a sua actividade e o resultado do seu trabalho e das cogitações é a tendencia do homem moderno. É insaciavel a sua ambição de conhecer todos os segredos da natureza, de alcançar a maior somma de conhecimentos, de conquistar a maior riqueza material e a preponderancia e de conseguir todos os meios assecutorios da saude, do goso e da realização dos seus desejos e aspirações por mais estranhos que pareçam.*<sup>120</sup>

A expressão moderno deriva, neste fragmento, de uma noção de presente onde se deseja extirpar todo o atravancamento, todos os “hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional” (SEVCENKO, 2003, p.45). Trata-se, neste caso, de projetar um futuro onde desponta a imagem da ubiquidade: o homem moderno será aquele que poderá “estar em toda parte ao mesmo tempo, a toda a parte levar a sua actividade e o resultado do seu trabalho”. O jornal *A Penna*, sendo um dos primeiros a circular pelo alto sertão baiano,<sup>121</sup> fornece-nos pistas para percorrer o que era considerado “moderno” para os seus editores e correspondentes. A leitura de diversas passagens dessa fonte, como também de outros impressos e manuscritos, permite dizer que tal palavra servia quase sempre para relacionar, ou melhor, confrontar o passado com o presente, projetando as possibilidades do devir. Por isso, mantém uma estreita ligação com a noção de progresso. O contínuo aperfeiçoamento inerente a esta noção, sua marcha implacável, inspirou os meios publicitários que passaram a designar as coisas consideradas modernas, fazendo dessa adjetivação algo fugidio e provisório. Quer dizer: as novas técnicas de publicidade abusaram da palavra moderno como palavra-chave que não tinha um significado preciso, pois, segundo Nicolau Sevcenko, “tudo que era chamado de moderno era necessariamente, e por definição, o máximo do máximo.” Palavras como essa

traziam promessas de coisas desconhecidas e profundamente desejadas. [...] Como rapidamente essa palavra tendeu a ficar batida, por ser excessivamente utilizada em todos os tipos de publicidade, incluindo a propaganda política e literária, ela foi reforçada por expressões de realce como “moderníssimo”, “a última fronteira da modernidade”, ou, na forma americanizada, “supermoderno”. O único passo além possível era o mais imbatível de todos os adjetivos: “revolucionário”. Além de manifestar a introdução de alguém numa realidade virtual absolutamente nova e cheia de promessas, essa palavra enfatizava ao mesmo tempo o fato de que esse movimento se apoiava inteiramente na ação. (SEVCENKO, 1993, p.85).

<sup>120</sup> GUMES, João. “Meios de transporte”, *A Penna*, Caetité, 10.04.1914, p.1.

<sup>121</sup> *O Caetiteense* foi o primeiro jornal editado por João Gumes e publicado em 25 de setembro de 1896, mas teve apenas uma edição, com homenagem ao político Joaquim Manoel Rodrigues Lima.

Nas propagandas em jornais espalhados pelo alto sertão era muito comum o recurso de confrontar o “antigo” e o “moderno”, especialmente quando o aperfeiçoamento tipográfico permitiu a utilização de códigos visuais. Em alguns casos, porém, a valorização do “moderno” não significava necessariamente a desvalorização do “antigo”. Pelo contrário, tratava de fazer crer na eficiência de um produto há muito existente, atestada por sua durabilidade e resistência à modernidade. Na gravura a seguir temos um caso exemplar:



**Gravura 1.** Propaganda do Peitoral de Cereja do Dr. Ayer.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Caetité.

O Peitoral do Dr. Ayer é prescrito pelo “doutor moderno”, que aparece na gravura utilizando um aparelho telefônico, ícone do avanço tecnológico e dos novos ritmos de comunicação. É indicado também pelo “doutor antigo”, pai do primeiro, caracterizado pelas longas barbas brancas, segurando o frasco num gesto que revela um contato direto com o paciente. Neste caso, o fato de se tratar de pai e filho pressupõe a estreiteza entre uma geração e outra. Por outro lado, os códigos visuais revelam um par antinômico.

Para além da publicidade, o imaginário moderno incrementado com as invenções da Revolução Científico-Tecnológica, ou Segunda Revolução Industrial, teve no Brasil o aparato da ideia de *república*: “Em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, *república* foi o nome brasileiro da modernidade”, concluiu a historiadora Maria Tereza Chaves de Mello (2009, p.31). Essa ampliação para o campo político refletiu entre os conselheiros municipais de Caetité de maneira muito limitada. Um dos alvos dessa sentida mudança passou a ser o nome das ruas. No entanto, o que se gravaria nas novas “placas de ferro esmaltadas” não eram as palavras mágicas que repercutiam do

novo imaginário, mas o nome pomposo de personalidades políticas. O objetivo era esvaziar as ruas dos seus antigos significados. Concebê-las como um espaço de recriação a partir de uma nova denominação tomada como referência.

Levado por um dos membros do Conselho Municipal de Caetité, na sessão de 9 de outubro de 1912, o projeto visava à mudança do nome de algumas ruas e praças da cidade. Para citar algumas delas, a “Ypiranga” passaria a ser denominada “Conselheiro Braulio Xavier”, a rua do “Aquidaban” teria a denominação de “Conselheiro Luiz Vianna”, a “Sete de Setembro” passaria a ser “Monsenhor Tobias”, a “Rua de São João” tornaria-se “Cincinnati Araujo”, e a “Uruguayana” teria o nome de “Doutor Meirelles”. Mesmo diante de alguns protestos, como em relação àquela que lembrava “o nome glorioso da independência do Brasil”, todas as mudanças foram aprovadas pelo Conselho.<sup>122</sup>

A proposta do cônego Luiz Pinto Bastos de suprimir antigas denominações repletas de significados em favor do nome de pessoas, algumas desconhecidas da maioria da população, pode parecer estranha a uma “atitude moderna” esperada, mas essa estranheza revela as nuances do imaginário sobre a *república* que se espalhou pelo interior do país. Revela também os limites de uma desejada transformação na cidade. À falta de uma efetiva reestruturação do espaço urbano, restavam gestos aparatados por um vislumbre de república que prometia inovação, mas com projetos pouco conhecidos em profundidade. Nesse sentido, a referência do novo regime político, entre outros aspectos, foi por algum tempo o nome de alguns “republicanos inovadores”, velhos conhecidos que moravam na capital.

Como nos lembra Michel de Certeau, difícil seria manter nessas ruas e praças a referência dada por suas denominações de acordo com o desejo de quem as cunhou. Os desdobramentos são as camadas semânticas cujos nomes são corrompidos, perdem seu significado inicial para dar lugar “às polissemias que lhes atribuem os passantes”, como se houvesse um desgaste de seu significado primário: “Uma rica indeterminação lhes vale, mediante uma rarefação semântica, a função de articular uma geografia segunda, poética, sobre a geografia do sentido literal, proibido ou permitido” (CERTEAU, 1994, p.185).

Pensar as dimensões do imaginário moderno exige uma atenção para as ambiguidades e contradições. No alto sertão, as expectativas de progresso eram fomentadas pelo desejo de melhorar as condições de vida dos moradores, diminuir as migrações para São

<sup>122</sup> Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité em 09 de outubro de 1912. APMC. *Fundo: Intendência Municipal; grupo: Conselho Municipal; série: Atas das sessões do Conselho Municipal; data-limite: 1892-1922; maço: 05; caixa: 01.* O protesto e as palavras em relação à mudança do nome da rua “Sete de Setembro” foram do conselheiro Emilio Elysio Silva. O que se observa hoje ao atentar para os nomes das ruas existentes, poucas foram modificadas de acordo do o projeto.

Paulo com a potencialização dos recursos agrícolas. Alarmado com as levadas de emigrantes que passavam diante do seu local de trabalho, João Gumes escreveu em seu jornal:

As lavouras são abandonadas; alguns proprietários, que se achavam relativamente bem, vão vendendo as suas casas, roças, criações e moveis pelo que mais vão achando ou abandonando-os quando, porventura, não encontrarem comprador. Eis a que ponto estamos reduzidos! A situação é crítica. Achamo-nos embetsegados; encontramos-nos n'esse periodo critico que decide da sorte de um povo e a nossa salvação depende de promptas e energicas providencias por parte dos governos.<sup>123</sup>

Essas migrações não promoveram o “despovoamento do sertão” que tanto preocupava Gumes, mas revelam o poder sedutor de São Paulo como centro irradiador da modernização que lá se acentuava. Em Caetité, é possível falar de uma transformação no ritmo de vida dos moradores que ali permaneceram? Se considerarmos que para a maioria dos habitantes, tanto das roças como da cidade, pouco ou nada mudou em suas lidas diárias, o que dizer sobre um lavrador que, voltando da feira numa tarde de sábado depois de diversas atividades e de ter prosado com um “sampauleiro”,<sup>124</sup> passa em frente à Loja Popular Antonio Vieira e vê, curioso, na vitrina, “bicycletas”, “machina para espremer batatas” e “caixas de musica encimadas de figuras que dançam”? Se não é possível aprofundar no que essa indagação propõe, pelo menos podemos percorrer os escritos dos autores das fontes consultadas.

Koselleck, dentre algumas considerações tecidas a respeito do mundo camponês europeu há duzentos anos, faz uma observação da qual me sirvo para sondar a tensão entre o espaço de experiência sertanejo e as novas expectativas notadas especialmente nos jornais. Trata-se de uma imagem considerada pelo próprio autor como “fortemente simplificada”, e, assim, até mesmo pelo contexto, não poderia dimensionar as nuances do cotidiano do alto sertão:

as experiências que eram ou que poderiam ser alimentadas, no mundo metade camponês metade artesanal [...] eram inteiramente sustentadas pelas experiências dos antepassados, que passavam a ser também a dos descendentes. Quando alguma coisa mudava, tão lenta e vagarosa era a

<sup>123</sup> GUMES, João. “Emigração: recrudescer o mal”, *A Penna*, Caetité, 25.04.1913, p.1.

<sup>124</sup> “Sampauleiro era todo indivíduo que deixava seu local de origem para procurar, em terras de São Paulo, especialmente condições de trabalho e de sobrevivência. Esse ser social caracterizava-se pelo constante ir-e-vir, tornando-se um elo entre o Centro Sul e as comunidades sertanejas. Era o indivíduo que, embora possuísse a propriedade da terra, não dispunha de recursos para torná-la produtiva; era o expropriado; o antigo agregado; a vítima da seca inclemente ou dos desmandos do coronel; o filho rejeitado ou rebelde; o fugitivo da lei ou da rígida moral sertaneja; os endividados; a moça violentada; a mãe solteira; o aventureiro; o jagunço sem chefe. O sampauleiro era também um desbravador e, de certo modo, um modernizador das comunidades do alto sertão” (ESTRELA, 2003, p.24).

mudança que a ruptura entre a experiência adquirida até então e uma expectativa ainda por ser descoberta não chegava a romper o mundo da vida que se transmitia (2006, 315).

Esta citação, no entanto, serve como ponto de partida para percorrer alguns fragmentos das fontes, amparados pela indagação: nas décadas de 1910 e 1920, a vida na região permanecia fortemente arraigada, para a grande maioria dos seus moradores,<sup>125</sup> a “uma transição quase perfeita das experiências passadas para as expectativas vindouras” (KOSELLECK, 2006, p.315) ou podemos notar um alargamento das expectativas ancoradas no progresso científico-tecnológico que se propagava no país?

Nos relatos com que tive contato, imagens do cotidiano sertanejo em muitos momentos contrastam com imagens da vida moderna, pautadas no progresso técnico-científico. Uma apreciação bastante genérica sobre o viver na Bahia em meados da década de 1920 foi feita pelo alemão Otto Quelle ao finalizar seu relatório de viagem. Este geógrafo, após acentuar as diferenças entre o sertão e o litoral, acrescentou:

Mas, tanto sôbre o littoral como sôbre o interior, estende-se o que eu chamarei a “Cultura do Mar Mediterraneo”. E’ a herança do povo dominador portuguez. Ella se reflecte nos usos e costumes, em varios habitos de vida, em utensilios e instrumentos de lavoura, por exemplo no emprêgo do carro de bois, também familiar na região do Mar Mediterraneo e na formação das povoações. (1929, p.28).

Trata-se de uma apreciação por demais simplificadora, que não dá margem para a diversidade de vivências e nem para os “extratos de tempo” superpostos e simultâneos que caracterizam um tempo histórico do qual nos fala Koselleck. Aliás, diversas cidades do interior baiano, como Caetité, usufruíam de “mecanismos de intercâmbio comercial e cultural que, mesmo sem a celeridade dos tempos de hoje, mantinham uma integração com outros meios mais distantes” (NOGUEIRA, 2010, p.33), o que permitia aos moradores ter contato com algumas novidades dos centros urbanos, especialmente os produtos que de lá chegavam.<sup>126</sup>

<sup>125</sup> A grande maioria da população de Caetité vivia na zona rural. Se em 1924, segundo a revista do IGHB, a população total do município era de 42.513, sendo 22.160 mulheres e 20.353 homens (NOGUEIRA, 2010, p.40), dois anos mais tarde, Anísio Teixeira (1926), ao falar dos rumores sobre a possível passagem da Coluna Prestes por ali, dá a entender que, daquela quantidade, uma pequena parcela morava na cidade: “Admiravelmente identificadas com a catinga, quando clareou o dia quatro mil pessoas haviam desaparecido não se sabia para onde [...]. As poucas famílias que tentaram conservar-se na cidade, retiravam-se um dia depois, pela falta absoluta de subsistência no perímetro urbano.”

<sup>126</sup> Em sua pesquisa de mestrado, a historiadora Maria Lúcia Porto Silva Nogueira fez lembrar que em Caetité, no início do século XX, a “visita periódica de comerciantes que chegavam com grande alarido, em caravanas de muitos animais (dependendo da envergadura do representante comercial), trazendo as últimas novidades

É certo que os produtos mais comuns encontrados nas feiras do interior provinham de pequenas lavouras, mas a ida à cidade para vender ou comprar colocava por vezes os moradores das áreas rurais, por exemplo, em contato com mercadorias inusitadas. O nosso já conhecido viajante Antonio Neves, em suas “Impressões de Viagem” publicadas alguns meses depois de passar por diversas localidades entre Caetité a Umburanas, forneceu algumas informações sobre os dias de feira em Bela Flor.<sup>127</sup> Comerciantes iam até à vila levando pequenas quantidades de produtos em buacas acopladas nas cangalhas, como costumeiramente se fazia, enquanto outras pessoas voltavam para suas residências carregando o que tinham comprado:

Entramos finalmente o arraial, cujas ruas e arredores regurgitavam de povo, por ser aquele dia o costumado da feira; sendo para notar-se que desde meia legua, ou mais, antes da nossa chegada, já encontramos na estrada numerosos grupos de bruaqueiros que se retiravam do mercado, tocando uns seus animaes de carga; indo outros curvados ao peso de enormes saccos contendo as compras que haviam feito, os quais levavam alceado ás costas, como usam fazer as pessoas que viajam a pé.<sup>128</sup>

Finalmente dentro da vila, o viajante nos dá a ver um alvoroço caracterizando a feira, ainda que a tarde já estivesse adiantada. Somos informados de momentos inflamados entre os comerciantes, compradores e demais transeuntes:

Embora já estivesse bem adeantada a tarde, luctamos ainda com dificuldades para atravessar a pequena praça do mercado publico, a qual, tendo no centro o barração, estava ainda atravancada de buacas e animaes de carga, e repleta de gente, que movia apressadamente em todos os sentidos, na grande faina de suas ultimas transacções, fazendo ouvir-se a distancia o confuso murmurio de sua vozeria, levantada em dialogos, apostrophes, imprecações, e no reclame original com que cada bruaqueiro procurava sallientar a excelencia de sua mercadoria e a modicidade de seus preços.<sup>129</sup>

Nas feiras havia momentos de encontro entre diversas pessoas, especialmente as camadas pobres da cidade e de seus arredores. O mercado público de Caetité terminado em 1897 para as atividades dos feirantes foi descrito por Pedro Celestino da Silva como um

---

em produtos que já circulavam em outros locais; como apareciam de tempos em tempos, era chamados de ‘cometas’ e traziam grande movimentação, desde a sua chegada, quando as pessoas se colocavam nas janelas ou nos passeios para verem estas caravanas passarem e depois, exercitavam a curiosidade para ver as mercadorias trazidas” (NOGUEIRA, 2010, p.33).

<sup>127</sup> “As feiras livres foram (e continuam sendo) uma dos espaços possíveis para a reconstituição de experiências das populações mais pobres. Nos arredores das pequenas cidades, onde moravam ex-escravos e pobres livres (muitos deles vizinhos desde a escravidão), as solidariedades era constituídas cotidianamente” (PIRES, 2009, p.275)

<sup>128</sup> NEVES, João. “Notas de uma viagem de Caetité á S. Paulo”, *A Penna*, 08.01.1913, p.2.

<sup>129</sup> Ibid.

edifício vasto se comparado com outros do gênero naquele sertão, com acomodações interiores que comportavam cerca de 500 pessoas: “No seu recinto, cheio de gente e animação, faz-se, aos sábados, uma feira abundante de mercadorias a todas as espécies a preços baixos” (1932, p.195). Em meio aos diversos momentos de prosa, poderia aparecer algum viajante ou “sampauleiro” para narrar suas andanças por lugares longínquos.

Além das tradicionais feiras, começaram a ser montadas nas cidades do alto sertão, no início do século XX, lojas com diversos artigos de venda. A Loja Caprichosa em Caetité, comemorando os seus vinte anos em 1925, trazia “muitos artigos das afamadas casas do Rio de Janeiro” como armas de caça, enxadões, cobertores, “sedas, fantazias, setins, fitas, bijouteria, chapéus da fabrica Mangueira, armarinhos e guardas-chuva especiais.” Também oferecia um diverso sortimento de “ferragens e cabedães para: funileiros, sapateiros, selleiros, ourives, fabricantes de mallas, pedreiros, doceiras, costureiras, lavradores, alfaiates, fogueteiros, carpinas, marceneiros, escriptores, escolhas, bibliothecas, latoeiros, constructores e fumantes [!]”. Na “secção de artigos finos ricamente illuminadas a electricidade” havia uma diversidade de produtos desde “casimiras finas para fraks” à “perfumaria franceza legitima”, além de um “Modernissimo sortimento de ‘Luiz Quinze’ verdadeiros, em fino verniz de cores da moda, branco ou preto, para mocinhas e senhoritas”. Tudo isso a preços que eram “verdadeiro assombro” devido às comemorações do vigésimo aniversário.<sup>130</sup>

Nessa época, as grandes cidades dispunham de suas galerias e quem por elas percorresse poderia ver as novidades expostas, a modernidade montada como um espetáculo de mercadorias. Numa passagem parisiense que acabava de ser inaugurada, Walter Benjamin, com singular sensibilidade, tomou notas entre as quais se encontra o seguinte fragmento:

Aos gemidos, passando por cima de limiães de arenito, uma multidão aglomerava-se ao longo de vidros espelhados, olhava a chuva artificial caindo nas entranhas de cobre dos mais novos automóveis, como prova de qualidade do material, via rodas girando no óleo, lia em plaquinhas negras com algarismos de strass preços de artigos de couro, de discos de gramofone e quimonos bordados. [...] Enquanto se oferecia aqui à elegante Paris um novo corredor de acesso, desaparecia uma das mais antigas passagens da cidade, a Passage de l’Opera, tragada pela abertura do Boulevard Hausmann (2007, p.901).

Certamente, a vitrina da Loja Popular Antonio Vieira não dispunha da elegância dos vidros espelhados de uma galeria, tampouco promovia uma atmosfera como a descrita por Benjamin. Entretanto, a fotografia apresentada ao público através do jornal *A Penna*, na

<sup>130</sup> *A Penna*, Caetité, 07.05.1925, p.5.

edição da primeira quinzena de março de 1922, revela algo como uma tentativa de reprodução das lojas existentes no Rio de Janeiro e Salvador, ainda que com traços de uma arquitetura pouco afeita ao planejamento geométrico e portando letreiros assimétricos. A imagem visual revela algo montado como se fosse uma alegoria que combinava os produtos expostos com uma fachada lúdica. Um painel improvisado com pessoas, gestos, cores, manequins e produtos diversos dentro e fora da loja, desde a bacia de banho segurada por uma criança ao carrinho de bebê sobre a calçada de pedras, cheia de relevos.

Coisas modernas, recebidas “directamente da Bahia e Rio de Janeiro [...] em exposição permanente nas grandes vitrinas do nosso predio”. Quem visitasse a loja poderia ver os “vestidos bordados a seda em finissimo ló escossez, Marquissettes – ultima novidades para vestidos – de diversas cores”, ou ainda “Botões de vidro. Pentes e grampos lindos! Fitas Modernas. [...] Pós e perfumes de diversas qualidades. Estojos para presentes, até o preço de 80\$000. Chapéos de velbatina para creança. Bonitas gravatas. Vasos para pó de arroz.” Na vitrina estavam expostos “aquecedores esmaltados [para] leite ou café, copos fantaziados. Mantegueiros [...], ferros de engommar alimentados a alcool; aparelhos de cosinha, torradeira de café á manivella, lampadas para corredor, machina para espremer batatas, ditas para limão.”



**Fotografia 4.** Loja Popular Antonio Vieira; autor desconhecido; 1922.

**Fonte:** Fotus K.

Dos produtos dos mais variados gêneros armazenados no interior da loja havia ainda “bacias grandes de banho, ditas de rosto, platina em chapa, zinco, cobre, níquel e fios de platina, podões para cortar canna, caldeirões esmaltados, caçambas”, “machinas de costura, ditas para cortar cabelo” e “uma optima maquina de escrever.” Entre os brinquedos, uma combinação lúdica de coisas muito diferentes tinha o fim de seduzir tanto a criança como o adulto:

Um deslumbrante sortimento de brinquedos, em exposição permanente em suas vitrinas: - Carros, carroças, espingardas, realejos, gaitas, marmotas, casas, gatos que miam, chocalhos, cornetas, papagaios que gritam, aparelhos, bicicletas, caixas de musica encimadas de figuras que dançam, bolas, aves, ratos que correm, aves que andam, bonecas nuas e vestidas de diversos tamanhos, papeis cores em tubos, e uma infinidade de lindos brinquedos!<sup>131</sup>

O momento lúdico promovido por essa diversidade de produtos a quem passasse pela loja combinava as novidades de máquinas em miniaturas com a reprodução de animais em forma de brinquedo, além de outros artigos com pouca ou nenhuma utilidade, mas mantidos a propósito da curiosidade de possíveis compradores.

Não só nas vitrinas das lojas poderiam ser encontradas novidades. As sensações promovidas pela imagem em movimento também ocorreram entre os moradores do alto sertão com a itinerância dos cinematógrafos. Um dos primeiros a circular pela região foi o aparelho do Sr. Basilio Marques, “austriaco, representante da Empreza Marques & Irmão, de exhibição bioscópicas”, tendo recomendações de várias pessoas dos lugares por onde percorreu. A primeira exibição em Caetité ocorreu em 8 de fevereiro de 1912:

Hontem foi a sua *première*, que muito agradou [...] pela nitidez e visibilidade dos filmes e bom funcionamento do aparelho. As fitas são novas, tendo sido adqueridas pela empreza muito recentemente, em razão de terem sido destruidas as antigas por um fatal accidente. [...].  
Recommendamos o digno moço e o seu asseiado trabalho e avisamos que brevemente será exibido o filme “Napoleão” que só uma vez o Sr. Marques apresentou ao publico, e que consta de quadros interessantes da vida publica do grande capitão.<sup>132</sup>

Poucos meses depois era a vez do “Cinema Pathé”, do Sr. A. Candido Ramos. Um “bellissimo aparelho de cinematographia, movido e illuminado por ellecticidade”, com “ricos

<sup>131</sup> A Penna, Caetité, 05.03.1922, p.2.

<sup>132</sup> “Cinema”, A Penna, Caetité, 09.02.1912, p.4.

films em diversos espectáculos”. Diferentemente do primeiro, não se tratava de um estrangeiro, mas de um “bastante conhecido em Minas do Rio de Contas, onde nasceu e reside”. Isso aponta para o fato de alguns moradores da região terem adquirido o aparelho fazendo dele um negócio ao viajar pelas cidades e vilas.<sup>133</sup> Alguns fotógrafos também adquiriram um cinematógrafo e, em suas viagens, além de oferecer os serviços de fotografia, faziam exposições de suas fitas.<sup>134</sup>

O cinema trouxe, com o seu aparato mecânico, uma nova forma de representação através de projeções de imagens em movimentos. Percorrendo vários lugares do sertão, o cinematógrafo levava o encantamento dessas imagens como num passe de “mágica mecânica”. Mas nem sempre o público correspondia e as falhas técnicas não eram incomuns. O “cineógrapho” do Sr. Baptista Santos, que também era diretor da “Empresa de Diversões Luso Brasileira”, estreou com “pequena assistência em razão da crise por que passamos”. A diversão foi abrihantada pela “banda da Lyra Caetetense. Correram bem trez fitas do programma, embora resentisse-se o aparelho de um pequeno desarranjo. A’ ultima, porem, esse desarranjo accentuou-se de modo a impedir a regular terminação do programma”.<sup>135</sup> A segunda exibição, três dias depois, foi mais feliz, “correndo as fitas sem impeços e percebendo-se os filmes em sua nitidez.”<sup>136</sup>

O Juracy-Cinema, embora notado por um jornalista, em 1917, “como um dos melhores que temos tido por cá”, com “films attraentes, mais interessantes que aquelles que por aqui têm andado”, também não alcançou muito sucesso de rendimento. Com três exposições, a terceira teve mais público do que as duas primeiras que não animaram os proprietários a permanecerem na cidade, ficando algumas “boas e extensas fitas” sem ser exibidas.<sup>137</sup>

Dos cinemas que percorreram o sertão e passaram por Caetité, o mais frequente foi o “Cinema Iris”, da propriedade do Sr. Silvestre Mesquita. Sua primeira apresentação documentada no *A Penna* ocorreu em fevereiro 1926, no Teatro Centenário construído na cidade quatro anos antes. Nessa época, o repertório era mais variado, com “dramas emocionantes, comedias hylariantes e de muito espirito e scenas empolgantes”. A qualidade técnica também era maior do que os aparelhos anteriores: “as fitas limpidas e bem visiveis e

<sup>133</sup> “Cinema Pathé”, *A Penna*, Caetité, 02.08.1912, p.4.

<sup>134</sup> Foi o caso de Tiburtino Castro: “Acha-se nesta Cidade o Sr. Tiburtino Castro, photographo, residente em Tremedal. Traz consigo um optimo cinema servido por bom aparelho e films recommendaveis pela sua nitidez e assumptos moraes. Já deu uma exposição com muito agrado do público e continuará. A Phot. Stella da sua propriedade, faz retratos e ampliações com perfeição.” “Cinema”, *A Penna*, Caetité, 20.03.1919, p.3.

<sup>135</sup> “Cineographo”, *A Penna*, Caetité, 08.10.1915, p.1.

<sup>136</sup> “Cineographo”, *A Penna*, Caetité, 21.10.1915, p.4.

<sup>137</sup> “Juracy-Cinema”, *A Penna*, Caetité, 31.07.1917, p.3.

focalizadas, vendo-se as figuras nitidamente e quasi nas proporções naturaes”, além disso, “a nitidez das estampas, a precisão dos movimentos e as explicações graphics dão perfeita idea dos entrecos romanticos e dramaticos que são expostos á apreciação do publico”.<sup>138</sup> As exhibições animavam a plateia, que respondia com aplausos ao final. Parece que Silvestre Mesquita teve um bom retorno e agradou-se com a cidade, a ponto de manifestar interesse em fixar residência. Pedro Celestino da Silva lembra que o “Cinema Iris” funcionou no Teatro Centenário “por algum tempo, com sucesso” (1932, p.195). Em 1929, o jornal anunciava o retorno de Mesquita da capital baiana, trazendo “uma bellissima serie de films novos e escolhidos para o que chama a atenção de toda a população desta terra”.<sup>139</sup>

Nos anos finais da década de 1920, o cinema já havia deixado de ser apenas uma projeção de imagens que despertava curiosidade para interferir decisivamente na vida cultural das grandes cidades. Os longas-metragens começaram a ser produzidos no final da década de 1910 e as produções hollywoodianas alcançaram grande sucesso de público. Com isso, as preocupações com a “moralidade” por parte de determinados setores da sociedade também se anunciaram aos quatro ventos. Em 1927, chegou a Caetité, através da imprensa, uma mensagem do Papa Pio XI alertando sobre o “o perigo cinematographico”:

A Santa Sé dirigiu um aviso aos europeus, para que se defendam da influencia perniciosa das produções cinematographicas dos Estados Unidos da America do Norte, as quaes estão contribuindo para a desorganização do mundo moral e formam um poderoso elemento a favor das doutrinas communistas. [...].

Esta recommendação do chefe supremo da Egreja Catholica, deveria se estender aos paizes americanos do sul, principalmente o Brasil, onde não há ainda a cohibição para certas inovações sociaes estrangeiras, cuja importação facilmente se faz.<sup>140</sup>

Além das imagens em movimento, outra variedade de diversão que percorria o longínquo interior baiano era o circo. Embora fosse conhecido em diversas paragens sertanejas desde muito tempo, mantinha uma relação com as novas linguagens e novidades que despontavam à época. Não só por causa do seu caráter de itinerância, mas também por evocar países de além-mar em algumas exhibições, o circo insinuava uma aproximação com lugares distantes através dos supostos artistas estrangeiros e das apresentações teatrais ambientadas em cenários que remetiam a países exóticos – característica do circo-teatro.<sup>141</sup>

<sup>138</sup> “Cinema Iris”, *A Penna*, Caetité, 25.02.1926, p.1.

<sup>139</sup> “Cinema Iris”, *A Penna*, Caetité, 01.08.1929, p.4.

<sup>140</sup> “Prevenindo o perigo cinematographico”, *A Penna*, Caetité, 18.08.1927, p.1.

<sup>141</sup> “Compor um espetáculo é uma maneira de compor o conjunto de expressões da teatralidade circense. A sua conformação [...] é sem dúvida datada, colada a um contexto, demarcando o circo como um espaço

Num pretense diálogo com a ciência, os prestidigitadores desafiavam a lei da gravidade através dos efeitos de ilusionismo, dizendo-se inseridos no espírito moderno com vários números de mágica com um tom científico. Entretanto, a apropriação da ciência ocorreu “a partir de sua inversão e até mesmo do rebaixamento de seus pressupostos” (DUARTE, 1995, p.173).<sup>142</sup>

Num tom de excitação e fantasia, o circo chegava com uma atmosfera fascinante e temível pelos recantos do interior, transformando “o cotidiano das cidades, instaurando linhas de fuga, detonando desejos, fragmentando identidades e oferecendo caminhos e possibilidades imprevisíveis e perigosas”, como notou a historiadora Regina Horta Duarte (1995, p.27). Era um momento de freme para escapar de um cotidiano cheio de dificuldades.

De vez em quando, um circo chegava em Caetité, no distante alto sertão da Bahia. Tremenda aventura dos artistas ao driblar os perigos do caminho, levando o material necessário para as armações lúdicas promotoras de sensações espetaculares nas pequenas cidades do interior. Em novembro de 1913 era a vez do “Circo Recreio”. A diversidade do espetáculo entusiasmou um jornalista local, que escreveu em tom não só de aprovação, mas convidando a todos que desejassem apreciar a destreza dos artistas.

Podemos ler num comentário de jornal que a composição do espetáculo contava com momentos de tensão e perigo, de desafios aos limites do corpo.<sup>143</sup> Foi nesse clima que se apresentou Alberto Santos no “Trapézio Trescalante”, fazendo palpitar com mais rapidez os corações dos espectadores. A aprovação viva do seu número foi concluída com flores atiradas da plateia. Nesse mesmo clima se apresentou João Santos na “Corda Vertical”. Nos intervalos, as gargalhadas eram garantidas pelo *clown* Camacho, que muito agradou com suas saídas hilariantes. A destreza dos animais dava continuidade às vibrações de surpresa e admiração. Foi assim com o amestrado equino Cacique fez o “Volteio Batido”. Na segunda parte, as características do teatro ganhavam o picadeiro juntamente com os dilemas daquela época com a encenação da comédia “Mulheres do século XX”, de Arthur Azevedo, pelo dueto “vassourinha”, do qual faziam parte A. Moreira e A. Camacho. Todavia, nem todas as sessões eram acompanhadas de uma satisfatória quantidade de pessoas na plateia:

---

polissêmico e polifônico. Desta forma, ao pensar os significados e mudanças do circo em sua própria historicidade, um historiador poderá compreender a dinâmica das experiências dos homens e mulheres que o produziram”. (SILVA, 2003, p.3)

<sup>142</sup> “Se a utilização de um tom pseudocientífico se estendia a todos os prestidigitadores, raríssimos escapavam, em suas apresentações, da exibição de aparelhos como telégrafos, caleidoscópios e polioramas. Anunciados como curiosidades misteriosas, eram exibidos com os mesmos rituais que cercavam os números de mágica” (DUARTE, 1995, p.175).

<sup>143</sup> A descrição dessa apresentação circense por ser lida em: “Circo Recreio”, *A Penna*, Caetité, 07.11.1913, p.2. O ritmo entusiasmado acompanha os comentários feitos pelo jornalista anônimo.

A concorrência não tem correspondido ao merecimento dos habéis artistas, em razão do desânimo geral por causa da soalheira terrível e do abatimento do espírito o povo. Entretanto é digna da protecção do publico a sympathica TROUPE do Circo Recreio.<sup>144</sup>

O clima de “desânimo geral”, como admite o jornalista possivelmente referindo-se a problemas como as constantes migrações provocadas, dentre outros motivos, pela seca e pela falta de incentivo à lavoura, contrapunha-se à alegria emitida pelos artistas circenses. Alegria que servia muitas vezes como ponto de fuga dos problemas cotidianos de diversos moradores, até porque os ingressos não eram tão caros a ponto de restringir a entrada das pessoas com menos condições financeiras. Geralmente, as lonas eram armadas em praças públicas e, ao longo da década de 1910, os impostos cobrados pela intendência tenderam a diminuir. Em 1909, a taxa era de 25 mil reis, no ano seguinte tinha caído para 20 mil reis, o mesmo valor cobrado para mascatear.

Para satisfazer um público com pessoas que já os tinha assistido antes, pois a quantidade de gente disposta a essa diversão não era suficiente para compor plateias diversificadas, a cada dia os circenses apresentavam novos números entre “trabalhos de força, equilíbrio, deslocação, interessantes comédias e duettos”, sempre testando a empolgação dos espectadores. A atitude filantrópica também era um recurso quando os números não atraíam mais tanta gente. Num espetáculo de domingo do “Circo Recreio”, por exemplo, o proprietário asseverou que parte do rendimento seria destinado ao hospital. E, assim, os artistas ambulantes, que deixavam de pertencer a um lugar fixo, iam tecendo laços entre simpatias e intimidades com os moradores locais, podendo se mostrar afeitos e elogiosos às características das localidades por onde passavam. Entretanto, nem sempre essa harmonia se estabelecia. O espírito rocambolesco dos artistas algumas vezes ia contra as “normas dos bons costumes” propagadas pelos mais “moralistas”. Isso poderia acontecer tanto em encenações consideradas desvirtuosas, como nas condutas de um ou mais da trupe que, nos momentos de perambulações pela cidade, pudesse macular a reputação de alguns homens ou mulheres do lugar.

Em março de 1915, achava-se na cidade de Caetité o “Circo Infantil”, dirigido por João Pará Campos. Já pelo título podemos perceber a evocação da infância que era, à época, altamente significativa para os ideais cívico-pedagógicos, sendo vista como garantidora do futuro do país.<sup>145</sup> Ao mesmo tempo, evoca a despreocupação e capacidade imaginativa das

<sup>144</sup> “Circo Recreio”, *A Penna*, Caetité, 07.11.1913, p.2.

<sup>145</sup> Ver, nesse sentido, a tese de Patrícia Santos Hansen (2007).

crianças. Tanto é que os palhaços, ao saírem pelas ruas da cidade montados para divulgar o espetáculo, eram acompanhados divertidamente por crianças, geralmente das camadas mais pobres – essas ocasiões faziam com que o palhaço atuasse “com elementos deliciosamente deseducadores” (DUARTE, 1995, p.198) . Esse circo agradou tanto os espectadores quanto a imprensa, como podemos ver no seguinte comentário:

Já trez espectaculos foram exhibidos em pavilhão que armaram na praça pública. [...]. O primeiro espectaculo teve concorrência regular, no segundo houve enchente e no terceiro foi o pavilhão cheio [...]. Os artistas trajam-se bem. O clown é impagável. O artista Manoel Salles tem se mostrado perito em trabalhos de força, agilidade e ductilidade physica em contorcionismo. As creanças trabalham bem em trapézio, saltos, deslocação e acrobatica. Não devemos esquecer o *palhacinho*, interessante criança que muito concorre para o brilho dos trabalhos, e da area adestrada. Hoje haverá um rico espectaculo.<sup>146</sup>

Já havia passado por Caetité, na década de 1910, o “Circo Recreio”, o “Circo Infantil” e o “Circo Minas”, com vários dias de apresentação. Por algum tempo, parece que esse tipo de diversão ausentou-se da cidade, como podemos depreender do material consultado. Mas em 1928 chegava o “Circo Azevedo”, com ginastas afamados, aparecendo numa fotografia estampada no jornal que os anunciava.

Com enorme affluencia está funcionando nesta cidade o “Circo Azevedo”, que tem demonstrado ao publico a habilidade dos seus artistas, todos moços ainda e com treino sufficiente para causarem admiração aos espectadores. Releva aqui lembrarmos a destreza e as passagens difficeis realizadas pela senhorinha Anapurú Azevedo, nos trabalhos de arame, contorsionismo, etc. O Chiquinho, eximio malabarista, saltador e comico impagavel, muito agradou. O clown, ao som do violão e o Lulú, causaram optima impressão. O circo é da propriedade do sr. Francisco Azevedo e está sob a direcção do Sr. Francisco Azevedo Junior. *O povo que vivia ávido por esse genero de diversão, tem se regalado com o “Circo.”*<sup>147</sup>

O circo trazia um aspecto de primitivismo, mas sempre se renovava na linguagem. Na década de 1920, com a ênfase dada à ação, às habilidades do corpo, à força e ao vigor físico, os ginastas representavam o desafio ao perigo, à lei da gravidade e aos próprios limites corporais. Incitado por essa atmosfera, a apresentação de uma criança trapezista encantou o jovem Anisio Teixeira que, residindo na capital baiana, pouco tempo depois enviou à sua irmã, que morava em Caetité e colecionava postais, um cartão com imagens do número. Com a lembrança das manobras do pequeno trapezista, Anisio escreveu, no verso do cartão, sua

<sup>146</sup> “Circo Infantil”, *A Penna*, Caetité, 11.03.1915, p.1

<sup>147</sup> “Circo Azevedo”, *A Penna*, Caetité, 26.08.1928. Grifos meus.

admiração por aquele “apetite de perfeição” de “uma criança realmente admirável como equilibrista”.



**Postal 1.** Cartão enviado por Anísio Teixeira (Salvador) para sua irmã Celsina Teixeira (Caetité), em 1919.  
**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Caetité.

O rigor de cada movimento deixava extático o espectador. No último quadro do postal podemos ver que “ele se equilibra só com a cabeça no varal de um trapézio” incitando o público “com uma facilidade tão invejável quanto perigosa”. Mas é no primeiro quadro que notamos o ponto alto do espetáculo, como observou Anísio: “apresenta-o equilibrando numa haste de ferro que termina num pequeno círculo. Assim nesta posição toca esquecidamente peças de violino.”

Circos e cinematógrafos eram, antes de tudo, variedades de diversão. Mas, assim como as novidades expostas na vitrina de uma loja, também faziam sentir as transformações da linguagem no início do século XX.<sup>148</sup> A bicicleta exposta no setor de brinquedos da Loja Popular Antonio Vieira, as manobras no trapézio desafiando os limites do corpo, os mecanismos do aparelho e a projeção de imagens em movimento remetiam à valorização da ação. Georges Vigarello pondera que “a visão de um corpo ‘energético’ foi imposta ao mundo no final do século XIX, fomentando o imaginário e orientando a observação” (2007, p.20). Além disso, o imaginário do “corpo energético” também estava estreitamente ligado às investidas sanitaristas da Primeira República, onde saúde e força física ocupavam o mesmo campo semântico. Tônicos, fortificantes, emulsões passaram a preencher páginas de jornais através de propagandas com códigos visuais enfatizando o vigor corporal. As gravuras a seguir faziam parte da publicidade do Vigonal – “o fortificante mais perfeito” – e do Nutrion – “o melhor dos tónicos e o mais poderoso dos fortificantes”, “cada frasco de Nutrion é um reservatório de força e de saúde”. Como podemos ver, a ênfase foi dada ao domínio do

<sup>148</sup> Linguagem aqui entendida “não se restringe ao domínio oral e escrito das palavras, e sim consiste em todo o sistema de produção de significados e de interação comunicativa” (SEVCENKO, 1993, p.78).

homem sobre a natureza, através das próprias mãos:



**Gravura 2.** Publicidade dos fortificantes “Vigonal” e “Nutrion”, na década de 1920.

**Fonte:** *Jornal A Penna*.

A Emulsão de Scott, por exemplo, poderia ser encontrada tanto nas localidades mais distantes do sertão da Bahia como nas cidades norte-americanas. Oscar Teixeira, em carta de fevereiro de 1921, escrita em Wilkinsburg e enviada ao seu pai, em Caetité, informou: “Luctando contra o frio, ajudado pelos xaropes, pastilhas e a emulsão de Scott, vou passando regularmente.”<sup>149</sup> Por sua vez, o sertanejo indolente, abatido e fraco poderia tomar algum dos tônicos disponíveis, como se anunciava nos jornais, e tornar-se forte como um boi, podendo trabalhar com mais afinco na lavoura e até mesmo aperfeiçoá-la com métodos e instrumentos modernos.<sup>150</sup>

Pares antônimos como doença/saúde, preguiça/disposição serviam como instrumento de argumentação sobre o “estágio” de uma sociedade, baseando-se na dicotomia atraso/progresso. Como vimos acima, a imprensa chegou no alto sertão da Bahia interessada na “sanificação do meio e o seu progresso”.<sup>151</sup> Sanificar o meio significava não somente combater as doenças existentes, mas também fazer com que “o sertanejo ignorante” desenvolvesse os trabalhos agrícolas utilizando métodos de melhoramento na plantação e no cultivo, tirá-lo do analfabetismo, da ignorância, da doença crônica da indolência, da morbidez para a atividade metódica.

No imaginário social do primeiro período republicano, “progresso” e “sanificação do

<sup>149</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

<sup>150</sup> Ver NAXARA (1998).

<sup>151</sup> *A Penna*, Caetité, 15.03.1912, p.3.

meio” caminhavam juntos. A força, a disposição e o vigor físicos ganharam destaque especialmente nos anos 1920 quando, como afirma Nicolau Sevcenko, testemunhou-se a “transformação de uma cultura baseada no discurso e na fala, ou seja, no papel preeminente que é simbolicamente atribuído à palavra, em uma cultura que se apóia sobretudo no papel primordial que é simbolicamente transferido à ação pura.” (1993, p.78). Nesse sentido, ser moderno significava acompanhar não somente o ritmo tecnológico, mas também os novos modos de lidar com o corpo, com o trabalho e com os próprios desejos, “por mais estranhos que pereçam”.<sup>152</sup>

A valorização dos trabalhos manuais e das habilidades corpóreas passou a ser também considerada como uma “atitude moderna”. No âmbito da educação, os alvos eram as crianças e a mocidade. Em Caetité, além das escolas de ensino primário já existentes, foi inaugurada, em 21 de abril de 1926, uma Escola Normal para a formação de “professores modernos”,<sup>153</sup> ou seja, aqueles que ensinariam com o “desvelo pela aprendizagem manual” e não mais com os métodos do “ensino puramente livresco, caracterizado pelos processos mnemonicos”. Seria função dessa escola:

a formação esmerada de professores capazes de orientar a intelligencia da infancia, despertar nas crianças, pelo trabalho activo, as aptidões, avigorar-lhes as energias mentaes pelo proprio esforço, na observação e na experimentação dos conhecimentos, reduzir todas as lições a ‘lições-acções’, de modo que o trabalho maximo seja dos alumnos, diagnosticar, auscultar as inclinações e os sentimentos dos escolares, pela produção de sua actividade quotidiana, educar a natureza physica dos alumnos, tornando-os resolutos, corajosos e firmes na tempera do carater.

Ministraremos o ensino experimental, em que o alumno observe, reflecta, reciocine, deduza, sem encontrar dificuldades maiores que as provenientes da iniciativa.<sup>154</sup>

Nestes termos, a imagem de moderno compunha-se da potência e habilidade corporais juntamente com as “energias mentaes” avigoradas nos alunos. E a valorização das atividades manuais não remetia ao trabalho do artesão, por exemplo, mas tinha, de certo modo, uma ligação com a industrialização que se ensaiava no país. Havia uma necessidade de promover a interação entre homem e máquina e de orquestrar os movimentos do corpo. O reflexo disso no interior baiano, além dos programas escolares nos anos finais da década de

<sup>152</sup> GUMES, João. “Meios de transporte”, *A Penna*, Caetité, 10.04.1914, p.1.

<sup>153</sup> Maria Lúcia Porto Silva Nogueira lembra que Caetité destacou-se “como centro de formação de professores a partir da criação da primeira Escola Normal (1898 – 1903) e depois da sua segunda Escola Normal (inaugurada em 1926)”, apresentando, assim, “ótimas oportunidades de ascensão às mulheres das camadas intermediárias, uma vez que a clientela dessas escolas era eminentemente feminina e as mesmas poderiam atuar na sociedade da época” (2010, p.25).

<sup>154</sup> “O nosso rumo”. In: *Revista Educação* – órgão da Escola Normal de Caetité. Anno 1, Janeiro de 1927, n. 1.

1920, também ficou por conta de alguns homens que mantinham contato mais estreito com os centros urbanos desde o início daquele século. “Indústria” passou a ser a palavra mágica. Novamente, as “Impressões de Viagem” de Antonio Neves nos revelam alguns aspectos desse reflexo.

Ao se aproximar da vila de Bela Flor, chamou a atenção do viajante “o vasto edifício da ‘Empresa Industrial Sertaneja’, collocado do outro lado da povoação, ao pé do tanque em uma ligeira elevação do terreno”. De acordo com a impressão de Neves,

Não é uma construcção elegante, feita sob as regras da architectura, – dando assim a distancia a apparencia do corpo de uma d’essas egrejas do sertão, sem o frontispício, tendo ao fundo e um pouco mais baixa do que o rosto do edifício, a casa aonde se acham instaladas as caldeiras, de cujo telhado emergem duas largas e altas chaminés, semelhante a de todas essas fabricas, cujas machinas são movidas a vapor; as quaes n’aquela hora lançavam ao ar grossos novellos de fumo, que se elevavam lentamente, espalhando-se pouco a pouco no ambiente, até se diluir, confundindo-se no tom esbranquiçado da tarde.<sup>155</sup>

Fundada no início da década de 1910, por iniciativa do engenheiro agrônomo Mario Spinola Teixeira, formado pela Escola Agrícola da Bahia em 1898, a “Empresa Industrial Sertaneja” foi tomada como um audacioso e temerário projeto até mesmo por parte dos acionistas que, “*com as mãos na cabeça* [...] lastimavam ter por alli o seu rico dinheirinho á mercê de sonhados resultados que, ao seu modo de ver, redundariam em prejuizos enormes”. Mario, referido numa matéria de jornal como um “homem de ferro”, foi ao Rio de Janeiro em busca de auxílio do Governo Federal e diminuição de impostos, pautado pelo argumento de “desenvolver o aproveitamento das [...] riquezas naturaes” do sertão.<sup>156</sup>

A produção da “Empresa” era muito variada, especialmente em relação ao algodão. Das suas sementes extraía-se o óleo a ser aproveitado “para diferentes fins, como iluminação, a lubrificação de machinas, e o tempero da comida.”<sup>157</sup> A massa que restava das sementes após a extração do óleo era utilizada “como combustível na fornalha das caldeiras, ou para adubo das terras de lavoura”. Sementes de arroz eram descascadas em máquinas próprias para isso, daí iam para outro aparelho que separava os grãos chochos, saindo os bons grãos prontos para o ensacamento. Havia, além disso, uma “fabrica de excellente sabão que a *Empresa* alli

<sup>155</sup> NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, Caetité, 05.07.1912, p.2-3.

<sup>156</sup> “Empresa Industrial Sertaneja”, *A Penna*, Caetité, 02.08.1912, p.2-3.

<sup>157</sup> Segundo Antonio Neves, o aproveitamento das sementes de algodão era pouco conhecido naqueles sertões e a extração do óleo era uma novidade trazida pela “Empresa”, tornando-se até mesmo, “conforme ouvi-se dizer em muitos lugares, um vantajoso succedaneo do toucinho, mormente em epocha de carestia d’esse gênero.” NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, Caetité, 02.08.1912, p.3.

creou, preparado com óleo de caroços de algodão, apropriado á lavagem de roupa e a outros usos domésticos”. Também encontravam-se “moinhos destinados ao fabrico de farinha ou fubá de milho, de arroz e de caroços de algodão”. A farinha deste último servia como alimento para o gado vaccum “tanto para a engorda, como para o notavel augmento da lactação das vacas”. Não parava por aí, pois, “ao pé do seu edificio”, a “Empresa” mantinha “em um pequeno quintal, desprovido de quaesquer hervas ou grammineas forrageiras, uma manada de enormes bois, gordos e nedios, destinados ao corte, alimentado exclusivamente com a farinha de caroços de algodão”.<sup>158</sup> Além de tudo isso, previa-se montar “uma serraria, para o preparo de tabuas apropriadas á confecção de caixões, em que serão acondicionadas o sabão e outros productos que tenham de sair para o mercado.”<sup>159</sup>

Vale dizer que tal “Empresa” mexia com o imaginário dos que com ela mantiveram contato, especialmente na época em que estava sendo montada. Entretanto, era certamente muito modesta se levarmos em conta os padrões industriais da época. A arrojada iniciativa de Mário Teixeira foi tomada por Antonio Neves como algo que proporcionaria novos rumos àquele sertão, fazendo lembrar até mesmo os “espíritos que vêm a terra vestidos de uma missão da Providência, como os Colombos [e] os Guttemberg”. Nada mais sugestivo esses nomes relacionados a eventos – a descoberta do continente americano e a invenção da imprensa – que, como afirma Hans Ulrich Gumbrecht, representam metonimicamente o “início da modernidade” (1998, p.11-12). Ao final da tarde, ao visitar a popularmente conhecida como “Empresa”, o contato pela primeira vez com máquinas movidas a vapor impressionou o visitante:

Ainda de longe ouviamos a estrondosa trepidação das machinas que estavam trabalhando. A espaços, grandes jactos de vapor, chiando asperamente, esguichavam por um tubo, cuja extremidade desemboca no terreiro; um cheiro *sui generis*, exhalado pela polpa da semente de algodão submettida á cocção, diffundia-se em torno, *como um cheirozinho de progresso*, na espirituosa expressão dos nossos companheiros de visita; um movimento insolito e alacre observava-se em todas as secções dos diversos trabalhos, executados ao mesmo tempo, com perfeita regularidade – concorrendo tudo aquillo para a forte e estranha impressão que experimentei aliás bastante comprehensivel em quem como eu, via pela primeira vez a machina movida a vapor.<sup>160</sup>

Segundo Neves, o serviço nas caldeiras era dirigido por um “pratico estrangeiro, [...] de nacionalidade norte-americana”. Difícil era suportar a alta temperatura da sala onde

<sup>158</sup> NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, Caetité, 19.07.1912, p.2.

<sup>159</sup> NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, Caetité, 02.08.1912, p.3.

<sup>160</sup> NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, Caetité, 19.07.1912, p.2.

estavam as caldeiras, embora os empregados achassem-se “perfeitamente habituados”. As horas de trabalho pareciam metodicamente organizadas, ouvindo-se “já quase ao lusco-fusco [...] o som prolongado e cheio da buzina que anuncia a dispersão dos operarios e o fechamento do edificio”. Ademais, como se fossem uma extensão ou uma imitação da força mecânica, “trabalhavam alguns operarios negros, de troncos nús e musculatura herculea, reluzentes de suor, ocupados em retirar com grandes pás de ferro a polpa da semente de algodão”.<sup>161</sup> A descrição minuciosa do trabalho das máquinas, logo adiante, aparece num tom de envolvimento e sedução pelos movimentos ritmados:

As caldeiras, segundo nos informaram, têm força de sessenta cavallos, e dão energia a um poderoso motor, que, com o auxilio de um forte e largo relho, imprime movimento a um grosso e alto eixo central, de ferro. Passa esse eixo pela parte superior do segundo pavimento do edificio, atravessando-o em quase todo a sua extensão; e por sua vez, por meio de outros relhos, que se adaptam ás diversas machinas, em numero de oito ou dez, pode-se por todas em simultaneo movimento, fazendo-as executar, com absoluta regularidade e perfeição, as diferentes operações a que são destinadas.<sup>162</sup>

Fortes imagens estão impressas nesses fragmentos retirados das “Impressões de viagem” de Antonio Neves. O vapor no interior da fábrica, a alta temperatura, os corpos hercúleos e suados, os mecanismos e automatismos, o barulho das máquinas, tudo isso alterando a percepção, interferindo nos sentidos do observador, não somente na visão e na audição, mas também no olfato: o cheiro que exalava não era outro senão o “cheiro do progresso”. E o observador não se sentia somente enquanto tal, mas um participante ativo daquela orquestra de máquinas que incitava a imaginação sobre um futuro possível para aquele sertão.<sup>163</sup> Um vislumbre de progresso e modernidade em meio às constantes sensações de estagnação e abandono.

No ritmo da vida cotidiana no alto sertão baiano, comparado à marcha do desejado e imaginado progresso, os passos poderiam assemelhar-se ao caminhar do caranguejo, compondo aquela imagem incômoda ao homem de imprensa que a evocou. Mas a presença, ainda que esporádica, de circos e cinematógrafos, assim como de novidades em produtos como máquinas e brinquedos vindos das capitais sinalizam as dimensões profundas e complexas do viver naquele rincão do país durante o período estudado.

---

<sup>161</sup> Ibid.

<sup>162</sup> Ibid.

<sup>163</sup> Quando estava terminando a versão final do texto a ser publicado, Neves recebeu “a triste noticia do desastre de que foi victima a *Empresa*, com a explosão de uma de suas caldeiras”, querendo crer, no entanto, que aquilo não constituiria “serio embaraço ao progresso d’aquelle estabelecimento”. NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, Caetité, 02.08.1912, p.3.

Havia sim um afastamento, pelo menos para alguns homens e mulheres, que se acentuava entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Aqueles que se deixavam seduzir pelas promessas dos lugares distantes, ou que não viam mais alternativas para a melhoria de suas condições de vida no alto sertão, embrenhavam-se pelos caminhos que levavam a São Paulo, para ficar no exemplo mais citado. Quanto aos menos aventureiros ou com melhores condições, desejosos por outras possibilidades de experiência, saudavam iniciativas auspiciosas, como a do “valente” e “benemérito moço” chamado Mario Teixeira. Iniciativa prometedora “das maiores vantagens, e que certamente assinalará o advento de uma acentuada phase do progresso d’esta esquecida e atrasada zona; – affagada agora pela grata esperança da vinda da via ferrea, para complemento da nossa definitiva era de prosperidade”.<sup>164</sup> Por falar nisso, a espera pelo trem de ferro merece mais atenção.

## 2.2. O trem que não chegou: a espera pela estrada de ferro

*Catch me who can!* O desafio estava lançado. No início do século XIX, com as primeiras locomotivas em movimento, os efeitos da velocidade interferiram de modo intenso na percepção espaço-temporal. Era um período em que as pessoas reagiam, “entre indignação, espanto e encantamento, às criaturas saídas do moderno sistema de fábricas” (HARDMAN, 2005, p. 34). Entre essas criaturas, o trem de ferro transformou-se na imagem mais duradoura que mensurava a difusão do maquinismo pelo mundo. A passagem do trem diante de um observador e, por outro lado, a observação de paisagens e passantes pelas janelas de um vagão tinham um poder transfigurador. Trata-se de uma época em que estava sendo montado “o espetáculo das mercadorias sob a ótica ilusionista do maquinismo”. Nas palavras de Francisco Foot Hardman:

Vivia-se, então, a pré-história do cinematógrafo e da diversão de massas. Mas já havia indícios claros de como o século XIX, forjava novos cenários, atores e público para um arte de representar mais ampla e profana; de como mecanismos antigos da ilusão teatral reentrariam em cena à luz do dia, criando eles próprios um teatro de máquinas aparentemente capaz de auto-governar-se em exhibições ilimitadas de artifícios, de renovar com maestria as facetas de um renitente e duradouro engano (2005, p.36).

Um século mais tarde, essas máquinas permaneciam no imaginário coletivo como fatores necessários para a efetivação de um projeto civilizacional pautado tanto na “conquista

---

<sup>164</sup> Ibid.

de territórios” como na sua modernização do ponto de vista técnico-industrial. Em se tratando de Brasil, para além do seu papel econômico, a ferrovia aparecia com forte carga de idealização e os seus defensores “colocavam-na no papel de uma eventual conquistadora das regiões desérticas do interior do país, levando ao sertão as benesses da civilização, apresentando-se para esses homens que a idealizavam como a própria imagem do progresso no sertão” (LESSA, 1993, p.2-3).<sup>165</sup>

Por parte de quem residia no interior, para legitimar a necessidade da rede ferroviária, os mais entusiastas não deixavam de chamar a atenção para o potencial socioeconômico que poderia advir com tal investimento:

Só a via ferrea synthetisa para nós os sertanejos o progresso; pois que vai ligar-nos mais intimamente aos centros civilizados, vae patentear aos olhos de povos praticos, que já luctam com a falta de campo ás suas especulações, ao seu trabalho methodisado, á sua experiencia, uma natureza riquissima e quasi inexplorada. Ella vae trazer-nos novos elementos ethnicos, novos methodos de trabalho, nova comprehensão dos nossos deveres, dos meios que mais promptamente impellem os povos á prosperidade, á riqueza e á civilisação.<sup>166</sup>

Nos lugares onde a ferrovia estava presente, o ritmo de vida das pessoas parecia alterado de tal modo que a relação com as grandes cidades tornou-se mais constante e dinâmica não somente do ponto de vista econômico, mas também cultural.<sup>167</sup> O trem de ferro levava aos centros litorâneos os habitantes do interior que passavam a ter contato com o cosmopolitismo. As especulações sobre as sensações do “sertanejo ignorante” em meio à urbe moderna encontrou terreno fértil em muitas histórias ficcionais e anedotas propagadas em jornais do início do século passado. Elas estavam repletas de escárnio sobre a inadaptabilidade do “tabaréu” em meio ao processo de urbanização encontrado nas últimas estações para as quais o trem o levava.

José Casusa conta-nos as desventuras de dois personagens, moradores de um povoado do município de Alagoinhas, em meio à capital baiana. Um deles, o Apolônio,

<sup>165</sup> Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, empreendedor ferroviário pioneiro no país, “defendeu a introdução e difusão de ferrovias no Brasil, devido à sua extensão geográfica. Assim, os recursos naturais seriam transportados para centros industriais onde contribuiriam para o desenvolvimento econômico nacional. O Brasil teria o potencial para tornar-se o país mais avançado do mundo. A ferrovia seria um empreendimento de extrema importância, meio de civilizar o país, de difundir o valor e os instrumentos de trabalho pela população espalhada nos sertões, integrando-a à economia nacional, e convertendo em riqueza o que até então não teria valor algum” (LIMA, 2003, p.48).

<sup>166</sup> “Programma”, *A Penna*, Caetité, 19.12.1911, p.1.

<sup>167</sup> “A influência do ideal de modernização do sertão sobre sociedades tradicionais, no caso específico das ferrovias, ultrapassou o universo econômico, político e social, alcançando o âmbito da transformação cultural. A ferrovia promoveu uma resignificação das terras brasileiras. O sertão se transformou em palco da civilização. Estações inauguraram povoados e lhes deram nomes.” (LIMA, 2003, p.22).

frequentava sempre a capital para vender “feijão, milho, farinha, abanos, gallinhas, toucinho, o diabo [...] na feira de Agua de Meninos”, por isso já conhecia bastante o modo de vida urbano, o que o livrava de situações vexaminosas entre as gentes citadinas. O outro, o Domingos ou simplesmente Mingo, alimentava o desejo de conhecer a Bahia [Salvador], pois, “de cidade só conhecia Alagoinhas e Inhambupe.” A fim de satisfazer-se com a visita desejada, Domingos tratou com Apolônio para acompanhá-lo na próxima viagem. Chegado o dia,

[Domingos] Arrumou o bahu de “folha” e esperou. Não comeu naquela dia, nem dormiu naquela noite, o coração pulando de alegria.

Pela madrugada despediu-se dos paes e da noiva – a Jula, montou e foi bater á porta do Appolonio.

Chegaram em Alagoinhas e tomaram o trem de 4 e 30, em segunda classe. Quando já iam alli pelo Catú, amanhecia.

*Domingos, debruçado á janella do carro, sorria, maravilhado do espetaculo! E' verdade! Que coisa bonita era um trem de ferro correndo!*

[...] A ancia em que estava de conhecer a capital, e as bellezas que ia surpreendendo, no correr da viagem, não lhe dava vontade de mais nada.

Quando o Mingo viu o mar, voltou-se para dentro do carro, com uma grande admiração estampada na face, e exclamou:

– Polonho, meu veio! ô açudão macho!

Appolonio ficou morto de vergonha, vendo que os passageiros sorriam, compassivos, e explicou ao pobre estúpido:

– Aquillo não é açude: é o má.

Domingos, sem soffrer decepção, voltou-se para o mar e prorrompeu num enthusiasmo:

– Ou marzão veio besta!<sup>168</sup>

A narração prossegue sobre os vários vexames de Domingos acompanhados dos constrangimentos e vergonhas de Apolônio nas ruas de Salvador, no bonde, diante dos automóveis, na pensão onde repousaram e quando desceram pelo elevador Lacerda. Guardados outros alcances da narrativa, ela nos mostra a princípio o significado da ferrovia para os moradores dos municípios por ela servidos – neste caso, trata-se da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, a primeira via férrea do Estado, iniciada em 1856.<sup>169</sup>

A trama ferroviária mexia com a imaginação social e promovia novas percepções da

<sup>168</sup> CASUSA, José. “Casos: Quem viu o Appollonio?”, *A Penna*, Caetité, 29.09.1927 – grifos meus.

<sup>169</sup> “Tomando-se o início do s. XX, por volta do final da década de 1930, como um patamar em que o sistema ferroviário alcançou sua conformação, pode-se contar que eram sete as principais linhas ferroviárias que se construíram na Bahia. A primeira, ia da capital, Salvador, à Juazeiro passando, por Alagoinhas que começou a ser construída em 1956. Uma segunda, iniciada em 1867, a Estrada de Ferro Central da Bahia, ia de Cachoeira para Feira de Santana e para a Chapada Diamantina. Uma terceira, que ia de Nazaré a Jequié, foi começada em 1871. A quarta, a Estrada de Ferro de Santo Amaro foi começada em 1875. A quinta, a Estrada de Ferro da Bahia a Minas, foi iniciada em [1891]. A sexta, era uma ligação do Ramal de Alagoinhas a Timbó com a Estrada de Ferro de Sergipe, de 1884. A última, a Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista, obra de 1904.” (ZORZO, 2008, p.5).

paisagem, do espaço e do ritmo temporal.<sup>170</sup> Além disso, como foi notado por um viajante, dava vida nova aos lugares onde chegava. Em Juazeiro, apontou Otto Quelle, “desde que a estrada de ferro alcançou a cidade, ella tornou-se sem dúvida a mais importante metropole commercial do interior da Bahia” (1929, p.22). A imagem da ferrovia de penetração, galgando serras e adentrando terrenos distantes, estava tão presente no imaginário da época que aqueles com traços do *esprit de géometrie*, mesmo não sendo especialistas no assunto, poderiam muito bem expor o seu parecer:

Como muralhas abruptas, as montanhas da parte oriental da serra elevam-se acima da depressão profunda do [rio] Paramirim, a qual com profundo fosso se estende com rumo NNW, rasgando as montanhas, desde o valle do alto rio de Contas até o rio São Francisco. *Uma estrada de ferro, que perlongasse esse fosso em todo o seu comprimento, não encontraria quasi difficuldade alguma de terreno* (QUELLE, 1929, p.27 – grifos meus).

Diante de tais projeções, à época, era difícil imaginar o progresso sem o seu elemento fundamental: o trem de ferro, entendido como “um instrumento de ‘civilização industrial’”, que levava o “‘progresso’ emergente nas grandes cidades do Brasil, e do mundo, para o interior inóspito e atrasado do país” (LESSA, 1993, p.4). Trata-se aqui da *ferrovia de penetração*, ou seja, de conquista de território, sem uma finalidade econômica mais evidente. Entretanto, para promover a efetivação da obra ferroviária, muitos jornais publicados no interior incumbiam-se de despertar o interesse também pelas riquezas regionais.<sup>171</sup> Nestes termos, durante muito tempo, a linha principal da Estrada de Ferro Central da Bahia foi esperada em Caetité. O projeto, que começou em meados do século XIX, animava as possibilidades de desenvolvimento econômico de grande parte do interior baiano, além de prometer alinhá-la decisivamente na “senda do progresso”, com se imaginava. Uma apreciação geral do projeto, no final do período oitocentista, pode assim ser sumariada:

<sup>170</sup> Segundo Pablo Luiz de Oliveira Lima, “A ferrovia prometia, por um lado, o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil, e por outro, a integração política nacional. Ambos processos influenciariam mudanças em hábitos culturais. As noções de tempo, distância e duração seriam profundamente transformadas. Além disso, o trem de ferro tornou-se um ícone emblemático no imaginário do espetáculo da civilização burguesa (2003, p.24)

<sup>171</sup> Além disso, a construção das ferrovias poderia ocupar os braços dos moradores do sertão e evitar e evitar as constantes emigrações para terras paulistas. No entanto, os valores pagos nas jornadas de trabalho no início da década de 1910 eram pouco atraentes: “**os trabalhos da estrada de ferro** por ora têm apenas servido para impellir o nosso povo a um scepticismo mais profundo. Si fossem admitidos os nossos jornaleiros alli! A diaria, porém é diminutissima. Os empreiteiros estão pagando **a diaria de 1\$800 reis** ainda com a obrigação de proverem-se os jornaleiros do que necessitarem em armazens dos patrões, pelos preços que bem quizerem. Em S. Paulo paga-se o jornal de **3\$, 4\$** e até **5\$000** reis diários e o jornaleiro tem a bóia por conta do patrão. É preciso notar que o nosso povo está perfeitamente orientado sobre esse assumpto. Prefere trabalhar no sul. Prefere arriscar-se a uma longa viagem.” GUMES, João. “Despovoamento do sertão: o povo emigra à falta de trabalho”, *A Penna*, Caetité, 11.04.1913, p1 – grifos do autor.

A Estrada de Ferro Central da Bahia partia da borda do Recôncavo, desde Cachoeira e São Félix, para o interior da província, em direção a Feira de Santana e à Chapada Diamantina. Seu traçado obedeceu à lógica locacional de conectar o interior da província da Bahia, através dos portos fluviais do Recôncavo, com a capital, Salvador. A estrada de ferro deveria se apoiar na rede das estradas gerais e caminhos de tropa do sertão. (ZORZO, 2002, p.64).

Segundo Francisco Antônio Zorzo, essa “empresa ferroviária consolidou-se como a segunda estrada de ferro a ser construída na Bahia” (2002, p.64). Inicialmente ao encargo da iniciativa privada, a construção da obra, que pouco depois ficou conhecida como Estrada de Ferro Central da Bahia,<sup>172</sup> começou em 1867 com um trecho ligando Cachoeira a Feira de Santana, sendo que o tráfego só foi aberto definitivamente nove anos mais tarde. A linha principal, no entanto, em direção à Chapada Diamantina, seguiu de São Félix – cidade ao lado de Cachoeira – na direção leste-oeste e, anos depois, dobrando no sentido sudoeste em direção a Minas Gerais. Ainda de acordo com Zorzo, “o segmento até Bandeira de Melo foi aberto ao tráfego em 1887 e o segmento até Machado Portela, em 1888, ponto onde a estrada estacionou por trinta anos, com cerca de 320 quilômetros de extensão” (2002, p.64). Em 1902, por razões estratégicas e devido à necessidade de consolidar uma efetiva rede ferroviária, o governo federal resgatou a estrada e arrendou-a a particulares. Somente em 1928 a ferrovia chegou ao povoado de Contendas. Ainda no século XIX, o plano geral da ferrovia havia sofrido uma alteração significativa:

O traçado original dirigia-se para o interior da província acompanhando o vale do Rio Paraguassu até cruzar a Chapada Diamantina e dali se encaminharia, a Oeste, para o Rio São Francisco. Porém, a partir do final dos anos 1880, surgiu uma proposta, que foi se tornando cada vez mais preponderante, contrária ao encaminhamento na direção Oeste e, em vez disso, dirigir-se ao Sul pela zona de Brejo Grande, Rio de Contas e Caetitê e terminar encaminhando-se para o Norte de Minas Gerais. O comércio dessa zona era tradicionalmente conectado a Cachoeira por meio das tropas que passavam por Maracás. (ZORZO, 2002, p.64-65).

Isso gerou uma espera de anos a fio por parte dos moradores do alto sertão estimulados pela expectativa de chegada da ferrovia. Por outro lado, colocou em evidência todas as fragilidades da empreitada. Nas duas primeiras décadas do século XX não houve avanço significativo algum na construção da obra, demonstrando claramente os embaraços de

---

<sup>172</sup> “Apesar de ser mais conhecida como Estrada de Ferro Central da Bahia, inicialmente foi chamada de Paraguassu Steam Tram Road Company (1866) e, depois, Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company (1875)” (ZORZO, 2002, p.64).

levar a cabo o projeto de extensão da ferrovia até o norte de Minas Gerais, para ali, na cidade de Monte Azul, entroncar-se com a Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Muito mais do que fatores físicos, essa demora pode ser explicada pela falta de investimentos e de interesse especialmente por parte do governo federal que havia encampado a empresa a partir de 1902.

O projeto, todavia, foi marcado por desentendimentos desconcertantes nas duas primeiras décadas do século XX. Inicialmente, a ferrovia deveria dirigir-se pelo vale do rio Paraguaçu, até o São Francisco. Na segunda proposta que ganhou força desde o final do século XIX, a estrada de ferro encontrar-se-ia com a Linha do Centro, em Minas Gerais. No entanto, durante a década de 1910, as fontes nos revelam que o traçado ainda obedecia ao projeto original. Ao invés de dirigir-se à cidade mineira de Monte Azul, a ferrovia terminaria em Malhada, no município baiano de Carinhanha, às margens do São Francisco. Os estudos da viabilidade da linha de Machado Portela até Caetité foi chefiado pelo engenheiro caetiteense Antonio Rodrigues Gomes Ladeira e as notícias em 1912 eram animadoras: “a companhia tem os capitaes levantados, acha-se com muito material adquirido e apenas aguarda a entrega dos estudos para metter mãos á obra”,<sup>173</sup> anunciava o jornal *A Penna*. Um ano mais tarde, já tinham sido enviados ao Ministério da Viação os estudos de 600 quilômetros para a construção da linha, havendo a aprovação de 90 quilômetros. No entanto, a obra não avançou, deixando em alerta as autoridades locais:

Sendo de urgentissima necessidade a prompta penetração dessa via-férrea, único salvateiro de nossa zona, que acha-se ameaçada de despovoamento á falta de trabalho: telegrapharam as Intendencias de Monte-Alto, Carinhanha, Caetité e Umburanas pedindo que, ao mesmo tempo que se trabalha na construcção a partir de Machado Portella, sejam encetados os trabalhos de Malhada, á margem do S. Francisco a encontrarem com os outros encetados.  
[...]

Lemos n’A Tarde que em vista dos telegrammas dos Intendentes acima, o Dr. Seabra dirigiu-se ao Ministro da Viação, que promptamente mandou atacar o serviço nos dous sentidos. Fala-se alli em Barra, mas suppomos ser troca de nome de lugar.<sup>174</sup>

A ferrovia, metonímia do progresso, era o grande desejo alimentado por muitos moradores do alto sertão. Com ela, uma guinada efetiva aconteceria, por onde quer que passasse. Galgando a serras de Rio de Contas, passando por Caetité até chegar em Malhada, toda a riqueza adormecida poderia ser despertada, explorada e exportada. Contudo, não era clara a fronteira entre desejo realizável e fantasia. A ferrovia era também um grande sonho, a

<sup>173</sup> “Viação férrea”, *A Penna*, Caetité, 10.05.1912, p.2.

<sup>174</sup> “Central-Bahia”, *A Penna*, Caetité, 11.04.1913, p.3.

possibilidade fantástica de uma mudança radical na vida social do alto sertão.

No entanto, os trabalhos tardavam muito, embora a companhia responsável propagasse o contrário. Passados três anos desde a terraplanagem dos noventa quilômetros aprovados para o avanço dos trilhos e mais de um ano de espera pela inauguração do trecho, a situação gerava indignação e pessimismo:

N'A Tarde de 22 do passado e local 'A rede da viação bahiana' lemos o trecho seguinte: '*Linha de Machado Portella e Carinhanha*. Os trabalhos foram atacados em 90 kilometros, estando muito adeantados o movimento de terras e as obras d'arte. A collocação de trilhos já começou e está feita em 6 kilometros e continua muito activamente, de forma que a inauguração de 90 kilometros seja tão rápida quanto possível'.

[...]

Cremos com muito bons fundamentos que '*a rapidez quanto possível*' de qua trata a direcção será, pelo menos de uns dez annos. N'esse andar, quando nos chegará a carangueijola? Há tanta esperança de realização desse melhoramento, que está o governo cogitando de uma estrada de rodagem d'esta Cidade ao rio de S. Francisco no mesmo traçado da ronqueira via ferrea. Somente cegos ou [desavisados] podem crer n'essas reiteradas promessas de estrada de ferro.<sup>175</sup>

Em 1923, a mudança no traçado da ferrovia, que entrocaria com a Central do Brasil, apareceu definitivamente confirmada. Entretanto, no novo plano, a linha distaria bastante de Caetité, inclinando-se para o sul depois de passar por Bom Jesus dos Meiras (Brumado). A justificativa para tal mudança baseou-se no encurtamento do trecho e dos dispêndios até chegar em Monte Azul. A principio, a imprensa local em Caetité pareceu receber a ideia sem maiores problemas, uma vez que “a estrada que se vae construir, entroncando-se na principal artéria ferroviária do Brasil, será de tal importância que o seu raio de acção se estenderá por extensa faixa da nossa região.”<sup>176</sup> O autor da reportagem relembra os avanços da relação com a capital federal graças à estação na cidade mineira de Pirapora, na margem do São Francisco, e as embarcações à vapor nesse rio, responsáveis pela redução do tempo de viagem de dois ou três meses para cerca de seis dias.<sup>177</sup> A nova linha facilitaria ainda mais as condições de

<sup>175</sup> “Nossa via-ferrea”. *A Penna*, Caetité, 18.01.1917, p.4 – grifos meus.

<sup>176</sup> GUMES, João. “Vias-ferreas”, *A Penna*, Caetité, 11.10.1923, p.1.

<sup>177</sup> “Ainda está presente á nossa memoria a epocha em que os negociantes d'esta praça, entre os pedidos que faziam á praça da Bahia, quando alli eram arbitros commerciaes os Srs. Brandão & Irmão, unicos fornecedores á nossa zona e compradores do nosso algodão e pelles, tinham que esperar as suas mercadorias, – que eram baldeadas em S. Feliz e nos vinham no lombo de muares, – por espaço de dous e trez mezes conforme o tempo era invernososo ou secco, a tropa se achava bem ou mal disposta. A navegação do S. Francisco era feita por meio de pesadas barcas impulsionadas por vareiros, a E. Pedro II ainda parava no extremo Sul de Minas e não passava pela idéa de alguém estabelecer transacções commerciaes com o Rio de Janeiro. Lentamente fomos nos approximando dos centros mais importantes do paiz e hoje accentua-se e o nosso commercio com a Capital Federal graças á estação de Pirapora e á viação do S. Francisco, á nossa Capital podemos ir em seis dias e já nos achamos mais intimamente ligados á esses grandes centros.”

transporte:

Se tantos proveitos já colhemos até aqui, maiores ainda colheremos em toda a região quando tivermos mais proxima de nós uma estação de estrada de ferro á qual chegaremos em menos de dous dias quer queiramos ir á Bahia, quer ao Rio. A nossa estrada desta Cidade até alem do Caculé é naturalmente de rodagem como se sabe, pois por ella transitam facilmente pesados carros tirados por juntas de bois. Sendo ella em toda á sua extensão de solo firme e massiço, na maior parte da terra argiloferruginosa, poderá, com pequeno despendio, ser aparelhada para a vehiculação de auto-caminhões e outros vehiculos modernos de modo a alcançarmos em um dia a estação mais proxima pelo lado oriental da serra.<sup>178</sup>

Um ano foi o tempo necessário para prognosticar as perdas que daí adviriam para o município, que ficaria à mercê de muares e carros de bois, continuando inaproveitada a riqueza natural sobejante devido à ausência de transportes modernos:

O antigo traçado da nossa via ferrea de penetração satisfazia a todas essas exigências, d’ella auferindo grandes vantagens todos os municipios do alto sertão. O novo traçado, porem, não satisfaz essas instantes exigencias porque a linha, tendo por fim primordial, senão exclusivo, ligar a nossa rede ferroviaria á do Estado de Minas, procurou um trajeto pouco mais curto que, emtanto, offerece á construcção inumeros embaraços que orçam por obstáculos.<sup>179</sup>

Inúmeras vezes citada como a “única salvação para o nosso progresso”, podemos imaginar o alcance dessa frustração para os entusiastas da ferrovia em Caetité e outros municípios. Contudo, os anos e anos de espera, a descrença e o pessimismo diante do empacamento das obras e os desentendimentos quanto ao traçado que deveria ser levado a cabo fizeram com que outras alternativas de transporte fossem pensadas. Estradas de rodagem mais amplas que favorecessem o trânsito de automóveis foram insinuadas no final da década de 1910, mas só vieram a ser pensadas com maior afinco nos anos vinte, e mais efetivamente em fins dessa década com a chegada de agentes da Ford, em Riacho de Santana, e da Chevrolet, em Caetité.

Enquanto o automóvel era sonho remoto, ainda havia a insistência na linha férrea que chegasse até o rio São Francisco, passando pelas cidades do alto sertão, de acordo com o plano anterior. Podemos observar no mapa publicado nas *Noticias historicas e geographicas do municipio de Caetité*, de Pedro Celestino da Silva, um ramal de Bom Jesus dos Meiras (Brumado), passando por Caetité, Guanambi e, provavelmente, seguindo para Malhada;

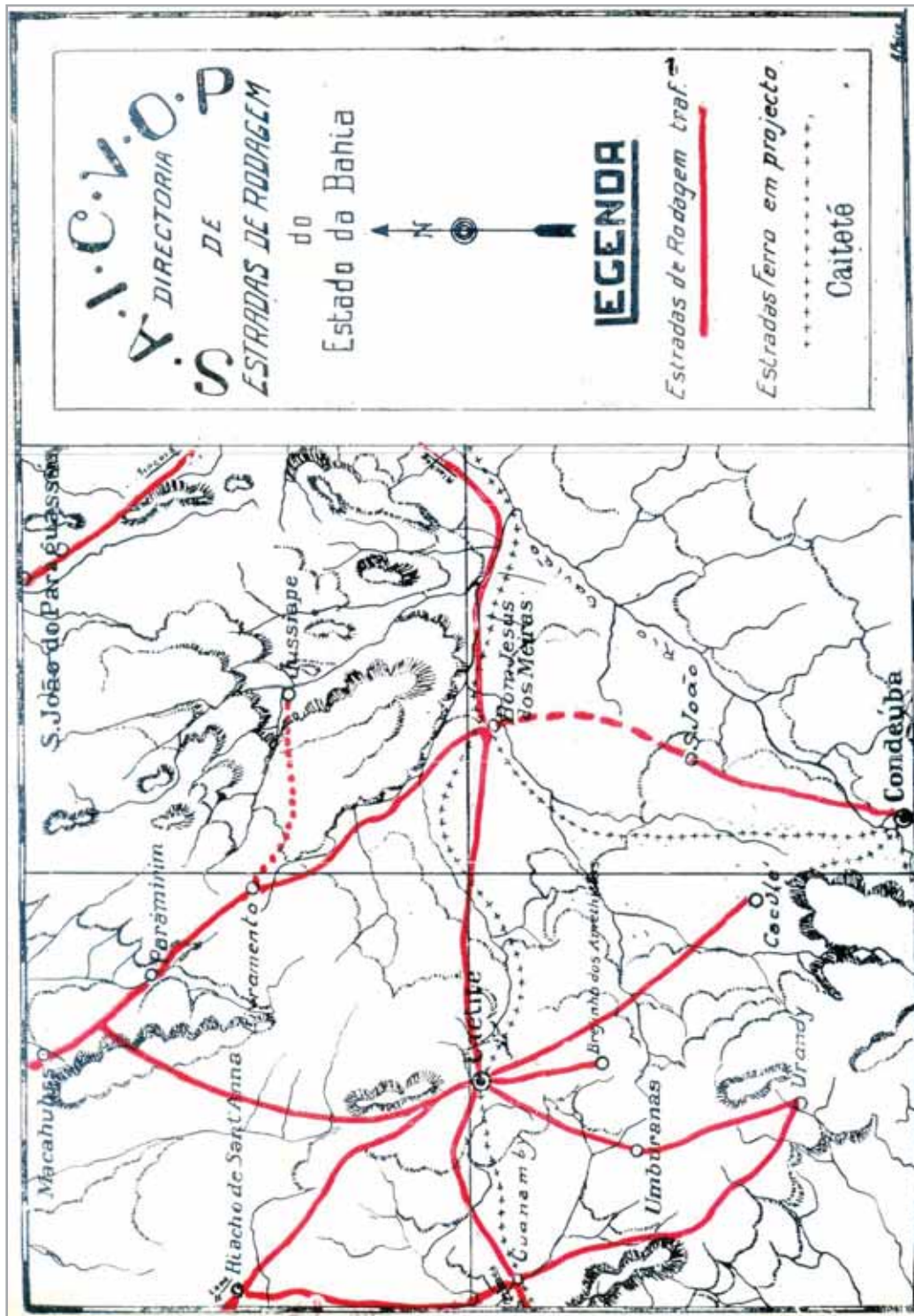
---

GUMES, João. “Vias-ferreas”, *A Penna*, Caetité, 11.10.1923, p.1.

<sup>178</sup> GUMES, João. “Vias-ferreas”, *A Penna*, Caetité, 11.10.1923, p.1.

<sup>179</sup> GUMES, João. “Estrada de ferro”, *A Penna*, Caetité, 10.07.1924, p.1.

também um pequeno trecho ligando Caculé a Condeúba, onde seguiria a ferrovia para o norte de Minas. Ambos os ramais aparecem “em projecto” (ver mapa 4).



**Mapa 4.** Estradas de rodagem e estradas de ferro em projeto.

Fonte: SILVA, 1932.

As informações no mapa destoam das informações constantes no jornal *A Penna*. Neste último, a linha passaria não dentro do perímetro urbano de Condeúba, mas entre esta cidade e a vila de Caculé. Contradições que talvez se expliquem pelas mudanças contínuas no projeto, evidenciando as fragilidades em levar a obra adiante. Ora, para um empreendimento dessa monta seriam necessários estudos minuciosos dos lugares por onde os caminhos de ferro passariam. Tais estudos não aparecem nas fontes depois de decidido o desvio do trecho – pelo menos não na década de 1920.

Desde meados do período oitocentista, foram traçados diversos planos ferroviários, porém, muitos sem um estudo mais aprofundado da geografia do país e dos obstáculos físicos a serem enfrentados. Com o fim da Primeira República, foi aprovado, em 1934, o Plano Geral de Viação Nacional, com que se procurou estabelecer uma rede bem integrada entre vários pontos estratégicos do Brasil.



Mapa 5. Plano Geral de Viação Nacional, 1934.

Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/>. Acesso em: 12/12/2011.

Como podemos depreender do mapa (ver mapa 5), Brumado, na Bahia, aparece como ponto de ligação com o Centro-Oeste e o Sudeste do país. Permanece, nesse plano, o ramal esboçado no mapa publicado junto ao texto de Pedro Celestino da Silva. A partir de Brumado, na direção oeste, a ferrovia encontraria com o rio São Francisco e de lá seguiria para Goiás. Na direção sul, partiria para Minas Gerais.

A linha do sul foi finalizada entre as décadas de 1940 e 1960. Quanto ao trecho rumo ao oeste ficou empacada num projeto distante no tempo. Por quê? Ironicamente, a resposta já estava dada há quase cem anos:

Porque a Central Bahia acha-se escangalhada, com o leito esborrodando, os dormentes apodrecidos, os trilhos carcomidos e o material rodante, que serve há cerca de trinta annos, já imprestavel. E talvez riam-se de nós aquelles que acham-se cercados de todo o conforto; de nós, pobres tabaréos que temos a velleidade de desejar o luxo de uma estrada de ferro.<sup>180</sup>

Hoje, pode-se dizer que o plano da Ferrovia da Integração Oeste-Leste – incluído entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do atual governo federal e lembrado nos *out-doors* de fundo vermelho espalhados às margens de rodovias que cortam as caatingas do alto sertão baiano – faz lembrar aquele ludibrioso projeto. Agora, o objetivo é o escoamento da opulenta produção de grãos do oeste baiano e dos minerais das jazidas de urânio e minério de ferro em Caetité. Projeta-se que essas riquezas sejam levadas pelo trem rumo a Ilhéus, carregando em seus vagões desmedidas consequências ecológicas.

\*\*\*

Nos mais distantes rincões do Brasil, caminhando “pelo interior, galgando as serras, transpondo os rios, conquistando para a civilização os sertões bravios, desertos e demandando as fronteiras”,<sup>181</sup> as vias férreas assumiam um papel muito além de sua dimensão técnico-industrial. Evidenciava-se como um esforço político de conquista de território e projeto civilizacional, como meio de articulação e desenvolvimento econômico e como imagem do “progresso” até meados do século passado. Significou especialmente a alteração da percepção espaço-temporal com os efeitos da velocidade.<sup>182</sup> Entretanto, a rapidez do trem de ferro sumindo no horizonte ou chegando na estação contrastava com a espera e a demora na

<sup>180</sup> GUMES, João. “Situação angustiosa”, *A Penna*, Caeteté, 25.06.1914, p.1.

<sup>181</sup> Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1908. (Acervo digital do IBGE, Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 22/06/2010).

<sup>182</sup> Ver HARDMAN, 2005.

construção das ferrovias. Em outras palavras, tratava-se de um “contraste entre a noção da inevitabilidade do progresso [...] e a percepção das limitadas realizações de empreendimentos ferroviários” (LIMA, 2003, p.20). A ausência de tais empreendimentos em muitos lugares do interior fortalecia ainda mais a imagem de sertão como lugar do atraso e do abandono. Permanecia a sensação de quase isolamento, sem a possibilidade de interligação e desenvolvimento dos municípios, tampouco de fazer das pequenas cidades do interior um *locus* ou centro irradiador da energia moderna. A propósito, no próximo capítulo, tecerei algumas considerações sobre o imaginário urbano no alto sertão.

### CAPÍTULO 3. IMAGENS, NOTÍCIAS E SONORIDADES URBANAS

Numa manhã de domingo, dia 18 de julho de 1920, depois de uma longa viagem em um navio a vapor, Oscar Teixeira desembarcava em Nova York. Dois dias depois, escreveu ao seu pai falando daquela grande cidade: “A 1ª impressão não foi das melhores, o porto é feio e a cidade é baixa e plana. A falta de vegetação causa má impressão a chegada.” Já em terra firme, ao avançar para o centro, “a impressão foi-se transformando. Beleza propriamente parece que não ha aqui, ha é muito o que admirar.”<sup>183</sup> Com aproximadamente vinte e seis anos, Oscar estava posto à prova no estrangeiro, onde tinha o objetivo de trabalhar e aperfeiçoar-se em engenharia.<sup>184</sup> Logo nos primeiros dias, os custos de vida em Nova York revelavam-se altos:

New York, 21 de julho de 1920

[...]

A vida aqui está muito cara, principalmente aluguel de casa, estamos pagando por apartamento (2 quartos e um banheiro) 30 dollares (132\$) por semana, sem refeições.

Segunda-feira devo seguir para Troy onde há um instituto de eletricidade. Enquanto não aprender o inglez nada de definitivo poderei resolver.

[...]

<sup>183</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

<sup>184</sup> É o mesmo Oscar que, poucos anos depois das lidas no estrangeiro e em algumas cidades brasileiras importantes, irá ser um dos responsáveis por modificações significativas na sua cidade natal. Na década de 1920, com a sua família novamente no domínio político, empreende, juntamente com seu irmão Mário, a instalação da energia elétrica na cidade de Caetité. Posteriormente, já na carreira política, participa dos projetos de abertura de estradas de rodagem no alto sertão (AGUIAR, 2011, p.118-121). Na ficha de Oscar Spínola Teixeira disponível no site da Assembléia Legislativa da Bahia (acesso em 12.04.2011), consta os seguintes dados: “*Formação Educacional*: Formou-se em Engenharia Civil e Eletro-Mecânica pela Escola Politécnica do Instituto Mackenzie, 1919, São Paulo-SP, especializou-se em Eletricidade e Motores, 1922 em Pitisburg – EUA; *Atividade Profissional*: Instalou o serviço de água encanada em Caetité, 1920; nomeado inspetor geral do Telégrafo na Estrada de Ferro no Noroeste do Brasil, 1923; criou a 1ª usina de algodão e uma técnica de alimentação para gado com caroços de algodão, Guanambi-BA; instalou o serviço de luz em Caetité, 1925; construiu a estrada de Contendas-BA a Caetité, 1927; instalou o serviço de luz elétrica em Urandi-BA, 1928, em Palmas de Monte Alto-BA e em Jacaraci-BA, 1950; *Mandato Eletivo*: Eleito deputado estadual em 1925-1926, reeleito 1927-1928. Vereador em Guanambi pela Ala Autonomista em 1934. Deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional- UDN, 1947-1951, suplente de deputado estadual pelo Partido Social Democrático-PSD, 1951-1955, assumiu por diversos períodos.”

Oscar.<sup>185</sup>

Passados alguns meses, no verso de um postal enviado à sua irmã Celsina, que residia em Caetité, ele fez notar “as mais notáveis coisas” daquele país e daquela cidade: “Nos quatro cantos v. verá os modernos meios de transportes. [...] Quanto ao aeroplano, a Europa ainda dá lições à América. Quanto aos automóveis basta dizer que dos 9.000.000 existentes no mundo, 8.000.000 estão nos S. Unidos.”<sup>186</sup>

Antes de embarcar para os Estados Unidos, Oscar já havia percorrido algumas das principais cidades brasileiras, sempre enviando aos seus parentes do interior baiano notícias sobre os lugares por onde passava. Em 1912, quando chegou em São Paulo no intuito de ingressar na Escola Politécnica, mostrou-se admirado com o constante crescimento da cidade e com a carestia das coisas. Impressionou-lhe, especialmente, a quantidade de migrantes estrangeiros:

S. Paulo, 6 de Março de 1912

Papae

Depois de 14 dias de viagem, inclusive dois que falhei no Rio aqui cheguei bem. Tio Rogaciano veio até aqui comigo onde apresentou-me a alguns amigos. Tenho gostado da cidade, o bairro onde estou residindo é uma das partes mais bonitas da cidade. Tenho notado que a população é em grande parte estrangeira, hoje li na repartição de agricultura que até hoje neste anno havia entrado para o Estado 21549 migrantes.

A vida aqui é carissima, estou pagando na pensão por casa e comida 120\$ mensaes.[...].

Envio junto com esta alguns jornaes que tio Rogociano deixou para eu vos enviar. [...].

Oscar.<sup>187</sup>

Durante as décadas de 1910 e 1920, o número de correspondências que chegou ao alto sertão, vindas de grandes cidades brasileiras e do exterior, é bastante significativo. Nessas missivas, jovens estudantes ou moradores narravam aos seus parentes como era a vida nos lugares em que se encontravam, informando inclusive sobre os pormenores. Uma carta escrita por Jayme Teixeira, em resposta às indagações de seu pai sobre os gastos no Rio de Janeiro, revela-nos aspectos mais íntimos:

Rio, 25. Set. 1924.

<sup>185</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

<sup>186</sup> Cartão-postal enviado por Oscar Teixeira à sua família em Caetité. Arquivo Público Municipal de Caetité. *Fundo*: Acervo Particular da Família do Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *série*: iconografia.

<sup>187</sup> APMC. *Fundo*: acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira; *grupo*: Deocleciano Pires Teixeira; *série*: correspondências; *caixa*: 4, *maço*: 4; em processo de recatologação.

Diz Papae: “Não posso conceber que um rapaz gaste annualmente 4 pares de sapatos, 3 chapéus, 4 camisas, 3 pyjamas, 4 ceroulas, 6 pares de meia” – Isto depende muito da pessoa, da vida que leva e do ambiente em que está. A não ser o numero de chapéus, sapatos e pyjamas – suficiente – dos outros objectos gasta-se bem mais. O que estraga a camisa, a ceroula, a meia, emfim? A lavagem. E com o calor, o pó d’aqui, cada uma d’essas roupas interiores tem que se mudar diariamente. Supponhamos porém que se mude cada peça de dia e meio a dois dias – Precisa-se ter roupa para duas semanas, ou sejam 15 dias – Pois a demora na lavadeira é de uma semana – Para se mudar de 2 em 2 dias – é necessário, portanto, 8 camisas, 8 pares de meia, 8 ceroulas, etc. – O que ahi parece extraordinario, aqui se torna indispensável.<sup>188</sup>

A suspeita requeria uma explicação que logo foi fundamentada num estilo de vida que uma grande cidade exigia. A prestação de contas ao pai fez sentir as diferenças em relação à vida que se levava em Caetité. E, ao sugerir tais diferenças, Jayme sustentava o seu principal argumento: “O que ahi parece extraordinario, aqui se torna indispensável”. Ou ainda, nas palavras do remetente: “Se realmente não somos dos mais econômicos, ninguem que nos conheça e conheça a vida que aqui levamos não nos poderá taxar de perdularios.” Em geral, os gastos giravam em torno de:

uma media de 640\$ para cada um por mez – tirando a escola a qual já pagamos 375\$. Desses 640\$ - 300\$ para a pensão, 150\$ de mezada – para *bondes, cigarros, cinema, jornaes* [etc.] – ficam para os extraordinários – 190\$ para cada por mez – para roupas e etc. Sem contar que d’esses 190\$ pagamos cursos particulares de inglez [...].<sup>189</sup>

As informações sobre “estilo de vida urbano” da época ganham sutilezas nessas correspondências.<sup>190</sup> Cartas e postais de diversas cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Nova York e Berlim chegavam ao alto sertão baiano. Tratava-se de referências urbanas da modernidade do início do século passado. Em abril de 1921, um correspondente do jornal *O Arrebol* deu voz a um personagem por ele criado, de nome H. Biludo, para falar sobre a capital baiana do ponto de vista de um “roceiro” do sítio do Brocotó, no alto sertão. A narração, em versos rimados, tinha o mesmo objetivo da história contada por José Casusa sobre as desventuras de Domingos também na cidade da Bahia (Salvador), qual seja: notar o fascínio que os grandes centros urbanos exerciam sobre os

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> Ibid.

<sup>190</sup> Nas palavras de Gilberto Velho, “O *etilo de vida urbano* moderno-contemporâneo leva ao paroxismo os mecanismos universais de diferenciação, base da vida social. A interação intensa e permanente entre atores variados, circulando entre mundos e domínios, num espaço social e geograficamente delimitado, é um dos seus traços essenciais. Reitero que este processo, por sua vez, só pode ser compreendido associado à formação de um mercado mundial, à expansão da moeda como meio de troca universalizante e, em geral, à ampliação do horizonte de trocas materiais e simbólicas.” (1995, p.229).

habitantes do interior, especialmente no primeiro contato. Narrando em primeira pessoa, H. Biludo, no decorrer de sete dias, foi notando, num misto de entusiasmo e estranhamento, a diversidade tecnológica oferecida pela cidade:

Trancado na gaiolona  
 Qui se chama elevadô  
 Assubi numa arturona  
 Qui me feis inté pavô

[...]

Vi nas loja uns arpareio  
 Qui sabe contá dinhero  
 Tirano carqué receio  
 Entre patrão e os cachero<sup>191</sup>

Assim como no conto de José Casusa – embora H. Biludo não tenha confessado nenhum momento de vexame ou constrangimento provocado por ele –, novamente somos informados da falta de adaptação dos moradores do sertão aos modos urbanos:

Incontrano na Bahia  
 Um cumpade de ca da roça  
 Tivemo tanta aligria  
 Qui intremo logo na troça

Pru sê home arrisurvido  
 Botô farinha na sôpa  
 E depois de ter cumido  
 Intornô café na ropa<sup>192</sup>

O recurso a esses contrastes, devedores de pares antônimos como sertão/litoral, campo/cidade, roceiro/citadino, também estava presente, de maneira sutil e reveladora, em algumas missivas. Isso pode ser evidenciado numa carta que Nelson, irmão de Oscar e de Jayme, escreveu aos seus pais a propósito da visita de um casal – sua irmã acompanhada do esposo – vindo do interior baiano. As comparações – aproximações e distanciamentos – são delineadas de acordo com o paradigma de um interior refratário, um lugar onde os moradores são chamados de “tabaréus”, ocupando um campo semântico que se aproxima da sátira. No trecho a seguir, o autor fala sobre tais visitantes diante do cosmopolitismo carioca:

<sup>191</sup> BILUDO, H. “Impressões de Viage”. *O Arrebol*, abril de 1921. Trata-se apenas de uma página deste jornal encontrada entre os autos-crimes do Arquivo Público Municipal de Caetité. *Fundo*: cartório dos feitos cíveis e criminais; *série*: autos-crimes; *subsérie*: infanticídio; *data-limite*: 1918-1943; *notação*: cx. 61, processo 1, fl 21.

<sup>192</sup> *Ibid.*

Aqui estão dias quasi um mez o Chico e Evangelina – q cheios de espanto começam a ser surpreendidos pela civilização material desta grande cidade. A principio não gostaram, acharam tudo exterior ao seu modo de pensar e sentir – hoji porem elles ja sentem com o Rio e já o admira. – O Chico ja fallou-me em vender tudo q possui e vir morar aqui. Bem sei q isto é fantasia, mas demonstra a vida de desconforto que si vive no Sertão – desconhecido do Brasil e desconhecendo o Brasil.<sup>193</sup>

A vida sociocultural no sertão é diminuída em relação às vivências urbanas e cosmopolitas. O autor não contém o riso secreto diante dos visitantes desacostumados e admirados com o Rio de Janeiro, notando sensações que vão ganhando gradações: provincianismo, admiração, desejo e fantasia. Não seria exagerado dizer que Nelson, autor da carta, guardasse secretamente sentimentos parecidos, estando, todavia, confortado pela sua situação de morador aparentemente habituado com a capital.<sup>194</sup>

Entenda-se que, naquele momento, a cidade era o *locus* da efervescência moderna e um tema dominante nas diversas criações culturais.<sup>195</sup> Nesse sentido, a troca de informações e as notícias que chegavam em Caetité inspiravam, de certa forma, algumas transformações urbanísticas, tomando as informações sobre aqueles grandes centros como referências. Contudo, o significado que se desejava dar à cidade não se resumia ao arquitetônico, pois também tinha como alvo a disciplina e as sensações dos moradores.

Nas linhas subseqüentes, tentarei mostrar as dimensões do imaginário urbano no alto sertão da Bahia, focalizando a cidade de Caetité. Para tanto, tomo como ponto de partida as reflexões feitas por Ulpiano T. Bezerra de Meneses, quando propõe:

ao invés de tomarmos a cidade como uma categoria estável e universal, de que se pudessem apresentar apenas variações ao longo do tempo, convém aceitarmos a necessidade indispensável de *historicizar* a cidade como ser social. Historicizá-la é defini-la e explorá-la levando em conta sua prática e representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente (1996, p.147).

Por conseguinte, não pretendo dar conta de todas as transformações urbanas pelas

<sup>193</sup> APMC. Acervo da família do Dr. Deocleciano Pires Teixeira no Arquivo Público Municipal de Caetité; série: correspondências, caixa 4, maço 4 – em processo de recatologação.

<sup>194</sup> Em carta enviada ao pai, datada de 31 de janeiro de 1924, Nelson escreve: “Espero embarcar depois de amanhã para Bahia [Salvador]. Vou abraçar amigos. Acredito que para quem vae do Rio, individualista e cosmopolita, a Bahia é um patriarcado de Abrahão.” APMC. Acervo da família do Dr. Deocleciano Pires Teixeira no Arquivo Público Municipal de Caetité; série: correspondências, caixa 4, maço 4 – em processo de recatologação.

<sup>195</sup> Sobre esses aspectos, ver os trabalhos de Nicolau Sevcenko, especialmente: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, e *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

quais Caetité passou nos anos 1910 e 1920. Mas, através de alguns fragmentos de jornais, passagens de atas do Conselho Municipal e algumas imagens visuais, sem a intenção de exauri-los, tentarei mostrar alguns aspectos de tal cidade à época.

### 3.1. Dimensões da cidade sertaneja: sons, cores e formas

Na hora regimental, em torno das onze da manhã, decorridos os primeiros assuntos discutidos na sessão ordinária de 9 de janeiro de 1913 no Conselho Municipal, o conselheiro Antonyno Soares Publio apresentou sua contribuição ao projeto de reforma das posturas que teve, como último artigo, uma intrigante proibição, entonada com veemência pela escrita do oficial da secretaria:

Fica proibido *o costume primitivo que a civilização repelle* de andar pessoas montadas em animais encangalhados ou na garupa dos que conduzem cargas, *isto no perímetro da cidade*. Multas aos infractores de 2\$000 ou dois dias de prisão.<sup>196</sup>

Qual a intensidade desse costume e que ameaça apresentava para os dirigentes municipais, a ponto de levar o infrator à prisão? Vejamos de perto as nuances dessa postura. Poderíamos dizer que a preocupação do conselheiro – apoiado pelos demais membros, já que o projeto teve aprovação unânime – baseava-se nas pesadas condições de trabalho dos animais de carga – possibilidade logo descartada, pois a proibição estava circunscrita ao “perímetro da cidade”. Assim, pouco importavam tais condições nas estradas das roças ou nos lugares fora das ruas e dos largos da cidade: a “civilização” terminava no limite do espaço urbano.

O problema para o autor do projeto era a natureza “primitiva” do costume, repelida pelo que entendia como “modo civilizado de viver”. A utilização de lugares públicos – de ruas e praças em especial – permitia vislumbrar o funcionamento de uma disciplinarização urbana pautada em referências externas. O que estava em jogo, portanto, eram os modos de perceber, ver, conceber e praticar a cidade. Isso implicava necessariamente no embelezamento das formas visíveis que compunham as áreas de trânsito livre: não só as praças, ruas, calçadas e os prédios ao redor deveriam manifestar beleza, mas também os que transitavam por elas. Essas restrições tolhiam do espaço urbano a liberdade irrestrita de trânsito com o fim de racionalizá-lo, pautando-se também num conteúdo estético que excluísse qualquer desalinhamento ou

---

<sup>196</sup> Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 09.01.1913 – grifos meus. APMC. *Fundo:* Intendência Municipal; *grupo:* Conselho Municipal; *série:* Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite:* 1892-1922; *maço:* 05; *caixa:* 01.

“primitividade” – ainda que a noção de beleza não fosse vazia de diferentes significados. Essas diferenças escondiam uma tensão entre os variados segmentos sociais que utilizavam e ocupavam os lugares de acesso supostamente irrestrito.

Cumpra agora ampliar o escopo a fim de investigar os desejos de racionalização da cidade: a busca pela aproximação de paradigmas em voga nos principais centros urbanos do país. Para uma apresentação aceitável na e da conjuntura urbana, os hábitos deveriam ser disciplinados, o espaço metrificado e as manifestações cívicas deveriam ser ordenadas e harmonizadas para soar como “peças de violino”. Mas qual a intensidade e o alcance desses desejos e quem os manifestava? Estariam os moradores da cidade dispostos a experimentar novas posturas ancoradas num vislumbre um tanto longínquo de vida moderna?

Essas questões transitam no perigo de transformar o fragmentário numa ocorrência constante. Os discursos de modernidade estavam dispersos principalmente nos circuitos sociais das famílias mais abastadas e em jornais de alcance muito limitado. Uma perspectiva muito mais ruidosa insinua-se nas ruas da cidade. Para deslindá-la, é necessário subir o morro até um ponto privilegiado por fotógrafos. Somos convidados, nesse momento, a avistar, do alto, a “cidade sertaneja” por meio de uma fotografia de tonalidades acizentadas, num suporte já esmaecido pelo tempo. A imobilidade da imagem visual, no entanto, somada a outras fontes, abre-nos perspectivas para ouvir e ver o movimento cotidiano nas décadas de 1910 e 1920.



**Fotografia 5.** Vista parcial da cidade de Caetité; autor desconhecido; 1921.

**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Caetité.

Olhando esse recorte (fotografia 5) – pelo seu delineamento na fotografia e ocupando a posição do fotógrafo –, o que ocorre é a imagem de uma cidade com traços coloniais, rodeada por montanhas<sup>197</sup>: a Casa de Câmara e Cadeia no centro da perspectiva; a igreja destacada e o pelourinho que não se pode avistar, mas que está logo à sua frente; o traçado das ruas dispersando-se na paisagem natural; os largos e praças no entremeio dos principais edifícios onde podemos imaginar os chafarizes e outros elementos que, pela distância e condições técnicas do suporte, a visão não alcança.

Ajustada a posição da câmera, o fotógrafo conseguiu a distância necessária para captar um panorama sem causar desconforto nos mais zelosos por uma imagem “limpa” da cidade, tampouco náuseas aos posteriores olhares que percorressem a fotografia. Eximindo-se de mostrar a pobreza nas ruas, não deixou de ressaltar o pitoresco. O tempo e a distância fizeram com que alguém marcasse o selo “saúde” na fotografia. Se a intenção inicial era fotografar o pitoresco, embutida da vontade própria nesse ato que é ter um certo domínio sobre aquilo que se fotografa,<sup>198</sup> com o tempo a imagem foi carregada de outros significados, inclusive da sensação de transformação, seguida pela sensação de perda, que lhe é correlata

No entanto, é preciso ter o cuidado de não reificar a cidade.<sup>199</sup> Ao invés de desfigurá-la em função de uma carga simbólica pré-concebida, cumpre entabular um entendimento a partir de três dimensões intimamente relacionadas, aliás, simbióticas: a cidade como *artefato*, como *campo de forças* e como *imagem* (MENESES, 1996, p.149). Mas como a fotografia acima, que a princípio fomenta aquela primeira percepção, pode nos ajudar nesse sentido? Diferentemente do fotógrafo diante da paisagem, nós não podemos ouvi-la, nem perceber seus movimentos e seus matizes. Uma simples observação não nos dá essa possibilidade, a não ser pela imaginação. Podemos, entretanto, lançar mão de outras fontes e voltar à mesma fotografia para fazer falar e poder ouvir o referente.

Como afirma a historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, “No alto sertão, os espaços das ruas e das roças aparecem como vitais aos expedientes de sobrevivência de

<sup>197</sup> Analisando as representações do urbano numa coleção de Ernani Silva Bruno, Márcia Naxara acentua a aproximação existente, nos textos selecionados por Bruno, entre natureza e artifício, afirmando a insistência dessa relação nas interpretações sobre o interior brasileiro. Ver: Cidades traduzidas em prosa. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, jul.-dez., 2006, p.39-49.

<sup>198</sup> Susan Sontag ressaltou que “a fotografia, ao mesmo tempo em que nos atribui a posse imaginária de um passado irreal, ajuda-nos também a dominar um espaço no qual nos sentimos inseguros” (1981, p.9).

<sup>199</sup> “[...] imaginar que os atributos formais são imanentes às coisas, enraízam-se nelas, é um processo ilusório de *naturalização*, que confere a essas coisas propriedades específicas das relações sociais. A reificação é tal processo de transferência que impede o reconhecimento do lugar de geração das formas, dos valores e sentidos que elas implicam e das funções que desempenham e efeitos que provocam.” (MENESES, 1996, p.148).

segmentos sociais pobres. Não unicamente em sua materialidade, mas como lugares de trabalho e encontros diversificados” (2009, p.238). Assim, o espaço da rua é “o substrato material onde ocorrem e de onde tiram o seu sentido as diversas atividades” (FREHSE, 2005, p.168). Um passeio pelas ruas de Caetité dos anos 1910 e 1920 permite-nos ver e ouvir algumas querelas e mazelas, atividades sociais diversas que mostram o lugar enquanto *artefato* – coisa material que as práticas sociais e o *campo de forças* produzem – e que dão sentido às *representações*, ou seja, às imagens, imaginação e imaginário que orientam as intervenções de pessoas na cidade (MENESES, 1996). Dentro do campo de forças interferentes no artefato, privilegiei as forças políticas, por aquilo que nos informam as atas do Conselho Municipal. Elas, por sua vez, colocam em tensão as forças culturais e sociais.

Ruas e praças constituem-se como os lugares privilegiados para espetáculos públicos, manifestações cívicas, políticas e religiosas. Em Caetité, dois eventos foram registrados em ata pelo oficial da secretaria, José Elycio da Silva, no final da década de 1910. Ambos tinham como cenários a praça da catedral e o Paço Municipal e articulavam-se, cada um, em torno de uma imagem: a de Jesus Cristo e a do coronel José Antônio Rodrigues Lima.

O primeiro deles ocorreu em 08 de abril de 1917, em torno das dezessete horas, quando o Conselho respondeu ao pedido de “senhoras” colocando no Paço Municipal uma escultura de Jesus Cristo. A ocasião mereceu celebração festiva e decoração suntuosa do edifício: “Das janellas pendiam brancos cortinados; sobre as mezas da casa descanzavam inumeros jarros de flôres naturaes n’uma brilhante confusão, notando-se, ainda, pellos angulos da salla, grande quantidade de crotons e efeitos outros”. A leitura que a descrição enseja possibilita visualizar na praça as pessoas que acompanhavam a imagem conduzida em “charola”, sendo acompanhada pelo “Bispo Diocesano, clero, pessôas gradas, associações religiosas, collegios, escolas publicas, parochial e Municipal; Philarmonica ‘Lyra Caetiteense’, e incalculavel multidão” que se dirigiam ao edifício onde estava na entrada uma “comissão de conselheiros”.

Logo depois effectuou-se a collocação da Imagem de Jesus Christo no lugar de honra do Paço Municipal, sendo executado pela Banda Musical presente o Hynno Nacional, ouvindo-se nessa occasião vivas e appalulos estrepitosos. Terminada a cerimonia que deixou o animo de todos os assistentes a mais agradavel impressão, retirou-se o Exm<sup>o</sup> e Rvm<sup>o</sup>. Senhor Bispo Diocesano, sendo acompanhado pelo Doutor Intendente Coronel e todos os Senhores Conselheiros.<sup>200</sup>

<sup>200</sup> Ata da Sessão extraordinária do Conselho Municipal de Caetité, 08.04.1917. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

Dois anos mais tarde, aqueles que se dirigiram à praça da catedral assistiram a “uma grandiosa e imponente manifestação de apreço e solidariedade, realizada com esplendor nunca visto nesta Cidade, com entusiasmo delirante de toda a população”. Era a solenidade “noturna, festiva e extraordinária” para colocar na parede do salão nobre “o retrato a óleo, esplendidamente emoldurado do Coronel José Antonio Rodrigues Lima”.<sup>201</sup> Dentro do recinto estavam diversos políticos e ocupantes de cargos públicos, representantes de associações, da imprensa e de escolas, “pessôas gradas” da cidade e de outros distritos, “inumeros Cavalheiros, Excelentissimas Senhoras, Senhoritas e crianças, e uma imensa massa popular, que enchia os corredores, ante sala e salão do andar terreo, bem como grande parte da Praça da Cathedral”:

da sacada de uma das janellas fallou á multidão, eloquentemente o Capitão Cezar Augusto Pereira de Castro, sendo as suas ultimas palavras abafadas por estrondos e prolongados vivas ao manifesto. Durante o acto, a Philarmonica da Lyra Caetiteense, postada num compartimento lateral, executou brilhantes trechos. [...]. Depois da primeira saudação ao Coronel Rodrigues Lima, lhe foi entregue um lindo ramallete de flores naturaes por uma criança. No retrato foi colocado um artistico cartão de prata com expressivos dizeres ao homenageado.<sup>202</sup>

Nas duas descrições, José Elysio faz um desenho harmônico, colorido e sonoro de dois eventos que se coadunam, tomando praticamente as mesmas feições. Cria um cenário de elementos visuais distintivos da ordem civil em torno de uma ocasião que sintetiza sensações pretensamente comuns. Entre esses elementos, que formam um conjunto harmonioso, destacam-se a musicalidade regida (Lyra Caetense), as cores e estética (condecoração do Paço), as hierarquias e distinções sociais (políticos, clero, representantes de associações e da imprensa, pessoas gradas, alunos e professores, senhoras e senhoritas), terminando na “imensa massa popular” ou “incalculável multidão”, concebida a partir da ideia de espetáculo que se ampara na ordem pública.

O relato de José Elysio, forjado pela sua visão desejosamente positiva, mas também pela natureza do documento, pode enganar o leitor duas vezes: quando deixa ver a harmonia dos eventos e quando, tracejado esse quadro, sugere um padrão social que oculta as

<sup>201</sup> José Antonio Rodrigues Lima era um importante político de Caetité. Como está exposto na fonte, um “ex-Intendente deste Município, por eleição em diversos quadriênios”.

<sup>202</sup> Ata da sessão noturna, solene, festiva e extraordinária, para colocação do retrato a óleo do Coronel José Antonio Rodrigues Lima, no Salão Nobre do Paço Municipal, 21.09.1919. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

vicissitudes e as clivagens do cotidiano. Um cotidiano marcado pelas cangalhas, ruídos de carros de boi e atividades sociais diversas que tiram o foco do centro para os arrabaldes e tornam o desejo moderno puramente fragmentário, disperso e irrealizado. A detonação desse desejo pode ser ouvida na ironia sintomática de um segredo que “se propaga em voz baixa”, fora das atas, saído da pena de um pseudônimo:

Segredando

*O segredo é uma cousa que se propaga em voz baixa.*

Falam que... o salão do “Rio Branco” para bem de nossas ideas progressistas deveria se envergonhar do seu estado, de quebradeira e desleixo, e fechar discretamente as suas portas e prompto! –

Ainda falam mais que... o decantado projecto de canalisação da agua se continuar assim vae realmente para o esgoto.

Falam mais que já se preparam para a luz electrica, não lembrando que o principal está no S. Francisco.

*Afrani.*<sup>203</sup>

O segredo propagado em voz baixa, mas de alcance expressivo, é uma crítica que passa pelos dois argumentos principais que sustentavam as “ideas progressistas”: a ordem pública e a infra-estrutura. Desde 1917, a energia elétrica e a canalização da água vinham passando por discussões no Conselho. Argumentou-se que a sua necessidade se fazia pela condições “moraes e intellectuais” da cidade que, além disso, era um “foro” que atraía “uma regular immigração d’aqueles que desejem tranquillidade e garantias”. Por esses motivos, “ja bem merece serviços publicos que estejam de accordo com os progressos modernos e a civilisação”. Essa possibilidade já tinha alterado as experiências sensoriais dos proponentes e afins ao projeto:

Considerando que o sistema de illuminação d’esta Cidade alem de insufficiente é prejudicial porque produz apenas uma luz muito diffusa, limitada a um circulo muito restrito em torno do combustor, ficando extensas zonas imersas em trevas, o que offerece garantias a emboscadas de maldosos.<sup>204</sup>

Foram desenganados, todavia, pelo fato de ter a caldeira encalhada no rio São Francisco. Guardado na memória como um trabalho hercúleo, Helena Lima Santos lembra que, para resgatá-la anos mais tarde, foi necessário um “esforço gigantesco com mais de mais de 40 juntas de bois” (1997, p.283). Porém, como nos segreda o misterioso Afrani, o fracasso

<sup>203</sup> *A Voz da Pátria*, Caetité, ...03.1919, p.3.

<sup>204</sup> Ata da sessão extraordinária do Conselho Municipal de Caetité, 09.02.1917. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

no transporte da caldeira canalizou os entraves sentidos pela distância que espessava ainda mais os sentimentos de pessimismo e desgosto de muitos habitantes do alto sertão em relação aos projetos de modernização.

A luz elétrica só veio a ser inaugurada em 1925, como atesta o editorial do jornal *A Penna*, na narrativa entusiasmada de João Gumes.<sup>205</sup> Os serviços de água, por sua vez, foram inaugurados em 1919, sendo a festa de solenidade marcada por discursos, músicas e o barulho da água irrompida, quando aberta a válvula, “em bolotões ao som do hynno nacional e de vivas enthusiasmaticos.”<sup>206</sup> No entanto, não foram poucos os problemas enfrentados com a inserção desses serviços no cotidiano. O primeiro por provir da queima de lenha e ter “luz de qualidade ruim” (SANTOS, 1997, p.283); o segundo, pela utilização de tubos de chumbo com “pequeno diâmetro, finos e facilmente compressíveis”.<sup>207</sup> Notamos também que, por serem de acessibilidade limitada, davam novos tons às clivagens sociais.

Ordem pública, infraestrutura, remodelações urbanas pelo poder público e novas concepções de espaço urbano provinham de transformações socioculturais e tecnológicas ocorridas no final do século XIX e inseriam-se na nova ordem política proposta para o país. Os primeiros tempos da República foram marcados por forte tendência federalista que reforçava os poderes estaduais e neles circunscrevia a esfera municipal, desenhando, assim, uma “involução da autonomia deliberativa e gerencial dos assuntos eminentemente locais” (MARX, 1999, p.38). No que diz respeito aos municípios, a Constituição de 1891 foi bastante lacônica,<sup>208</sup> deixando às posturas os rearranjos da municipalidade que deveriam ser pautados nos preceitos constitucionais de um país republicano. Conforme Murillo Marx, essas posturas “se tornaram o único instrumento de combate municipal sobre a vida em todo o seu termo, mundo rural e urbano” (1999, p.39). A sua necessidade se fez sentir no Conselho de Caetité no início do novo século, arrastando-se com maior fôlego nos anos 1910, com práticas e aplicações mais firmes finalmente na década seguinte, quando houve mudanças significativas no quadro físico e sensorial da cidade: alterações da vista central, novas edificações,

<sup>205</sup> GUMES, João. “Caetité e a sua illumination electrica”. *A Penna*, Caetité, 25.03.1925.

<sup>206</sup> Ata de inauguração dos serviços d’água em Caetité, 28.09.1919. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01. “Os riachos Pedreira, Alegre e Jatobá banham o distrito da cidade e vão fenecer no rio do Antonio, sendo as aguas do primeiro canalizadas para a servidão publica.” (SILVA, 1932, p.150).

<sup>207</sup> Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 09.01.1920. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

<sup>208</sup> Como observou Murillo Marx, “o título ‘Dos Municípios’, na Constituição de 1891, contém apenas o significativo e lacônico artigo único, verdadeira dor de cabeça para os estudiosos dos lugares na Velha República: ‘Art. 68. Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse’.” (1999, p.38).

pavimentações e consertos, canalização da água, luz elétrica e a chegada do automóvel.<sup>209</sup>

Arruamentos, alinhamentos e medidas aparecem com aspecto pálido numa cidade geometricamente tortuosa. Coube ao poder dos conselheiros planejar possibilidades dentro dessa geometria ladeirosa, calcando normas, regulamentando condutas, atividades e relações, além de balizar o quadro físico urbano – ainda que as aplicações levantassem conflitos com moradores na desapropriação de casas e terrenos e implicassem no aumento de impostos. Não houve, porém, ao longo da década de 1910, eficácia em sistematizar as posturas, que deveriam atentar-se para a realidade local, como também para as mudanças em curso numa realidade mais ampla, exigindo atitudes metódicas e sistemáticas. O equilíbrio entre essas duas realidades, expresso e necessário sensivelmente no quadro econômico, mas também no político e social, era um desejo que se perdia no espírito consuetudinário e parcimonioso ainda bastante sedimentado, muito fora do imaginário moderno. O foco nas mudanças e reformas tão almejadas para o código de posturas perdia-se na lentidão das decisões e nos constantes adiamentos.<sup>210</sup>

A Comissão reconhecendo a urgente e inadiável reforma do Código de posturas [...], exigindo-se uma radical reforma que traga vantagem para o Município eliminando-se posturas inexecutáveis, antiquadas que trazem gravames para os Municípios e para os executores das mesmas criando-se outras que a experiência aconselha e que estejam de acordo com o nosso meio.<sup>211</sup>

Intenções como esta eram constantes na pauta das sessões. Decisões e tomadas de atitudes foram arranjadas, improvisadas muitas vezes de maneira casuística com o bulir dos problemas. Os arranjos físicos foram sugeridos de acordo com petições, observações e um tênue reflexo das transformações urbanas no contexto amplo da época. Nos documentos do Conselho estão registradas propostas de empreendimentos de ordem funcional, como o calçamento da “Travessa que vai a praça ‘Rodrigues Lima’” e da rua Barão que receberia também “travessões para desvio de águas onde convier”; remoção de embaraços existentes e construção de “um caes no rio Pedreiras na rua Ypiranga afim de evitar inundações” e mais

<sup>209</sup> Ainda que automóvel não viesse a fazer parte do cotidiano, a possibilidade de sua inserção no contexto sociocultural do lugar abria um horizonte de expectativas significativas nesse mesmo contexto.

<sup>210</sup> A lentidão da mudança das posturas municipais num período de transformações do quadro político, econômico e social esteve relacionada a fatores precedentes que se faziam insistentes, tais como a “ocupação maior com o campo, o governo do espaço urbano apoiado antes de mais nada no senhorio sobre o rústico e outros centros de decisão com novos instrumentos legais” (MARX, 1999, p.44).

<sup>211</sup> Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 03.10.1911. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01. O texto com praticamente o mesmo conteúdo está registrado nas atas da sessão ordinária de 10.10.1916 e da sessão ordinária de 14.10.1921.

tarde a ampliação desse mesmo cais, “elevando a ponto para dar livre passagem as enchentes”. Foram ainda projetados “reparos na ladeira que do Jardim desse para o Bonito”; calçamento da “ladeira a entrada dessa cidade pelo lado Norte”; consertos “na calçada á sahida dessa Cidade para o Gentio” e “na ladeira que do Alegre vai para o Brejinho”.<sup>212</sup> Nos mais justificados propósitos, revelando um pano de fundo de situações embaraçosas e distantes do ideal urbano moderno, situou-se o calçamento da Rua Ypiranga, que era

uma das de mais transito desta Cidade por ser uma das principais entradas da Cidade para os viajantes que vêm do Bonito, Riacho de Sant’Anna, Lapa e outros logares intermedios e *existem nela grandes habitantes* – e, além disso, tendo-se dado o inconveniente de achar-se tomada de profunda camada de areias que difficultam o transito e em tempo chuvoso converte-se em um *lamaçal incommodo e prejudicial a saude publica*.<sup>213</sup>

Os projetos também se estenderam para as estradas nas áreas rurais e para os distritos. Entre eles, a construção de um cemitério em Santa Luzia e, achando-se o barracão de Lagoa Real em ruínas, era “de urgente necessidade a sua mudança e edificação”. Alguns não foram explicitados como os “melhoramentos” nos arraiais de Caculé, Canabrava e São Sebastião.

Quanto a algumas edificações, a municipalidade cedeu um terreno onde havia um prédio arruinado, na rua Barão de Caetité, para a construção da sede da Sociedade União Operária Beneficente, ficando entendido que a “edificação que a referida Sociedade tem de fazer concorre para o *formoseamento* da mesma rua”. Todavia, quando a aquisição através de acordo não era possível, estimulava-se a desapropriação. Assim insinuou-se a proposta de “adquirir por acordo amigavel ou requerendo a *desapropriação por utilidade publica* do terreno murado”, situado também na rua Barão, a fim de ser “vendido em seguida a quem faça edificações de casas *dentro de certo praso e obedecendo o comprador as posturas Municipaes*”. Para a construção de duas escolas, do sexo masculino e feminino, a intendência foi autorizada a adquirir “a casa pertencente aos herdeiros de Sebastião Neves, situada na mesma rua e se necessario for a que fica contigua a esta pertencente a Paulino Martins do

<sup>212</sup> Respectivamente, as propostas desses trabalhos estão registradas nas seguintes atas: sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 26.12.1909; sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 25.10.1910; sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 05.12.1911; sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 11.04.1916; sessão extraordinária do Conselho Municipal de Caetité, 25.11.1914. APMC. *Fundo: Intendência Municipal; grupo: Conselho Municipal; série: Atas das sessões do Conselho Municipal; data-limite: 1892-1922; maço: 05; caixa: 01.*

<sup>213</sup> Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal de Caetité, 11.04.1916 – grifos meus. APMC. *Fundo: Intendência Municipal; grupo: Conselho Municipal; série: Atas das sessões do Conselho Municipal; data-limite: 1892-1922; maço: 05; caixa: 01.*

Nascimento”.<sup>214</sup>

No conjunto arquitetônico da cidade, alguns vestígios não apontam simplesmente para “estilo” e “gosto”, longe disso, antes denunciam a angústia de tornar agradável a visão nauseante, para alguns, daquilo que até então estava em ruínas. Em 1909, reclamava-se uma vez mais a urgência de consertos “indispensáveis no prédio que serve de Cadeia e Forum”. Seis anos depois, o conselheiro Cônego Bastos, dos mais afeitos às ideias de transformações urbanas, realçou suas reclamações contra a permanência de um sobrado em ruínas ao lado do Paço Episcopal, pois “alem de ser um *triste atestado de decadencia* era uma ameaça a vida dos transeuntes.” A visão de decadência deveria desaparecer – pelo menos ali perto da área central, nos lugares de circulação do cônego – juntamente com o desaparecimento das ruínas.

Os novos ícones da vida moderna também foram vislumbrados fora do centro, como atesta a intenção no planejamento do espaço doado à diocese, guardando a “equidistancia entre o arruamento que está na linha da Capella de maneira que alli possa ser estabelecida *uma larga avenida*”. Nos anos de abertura da nova década, o Conselheiro Octacilio Rodrigues Lima propôs que fosse “*facultativo* aos proprietarios dos predios nas praças desta Cidade á jardinagem a frente dos mesmos, cercando com grades *de accordo com a esthetica*”.<sup>215</sup> A sugestão do “facultativo” insinua certa obrigatoriedade existente anterior à proposta, agora revisada provavelmente pela sua inoperância.

Não raro, os desejos de fazer sentir as novas concepções urbanas invadiam o terreno privado transformando-o num campo de tensão. O maior problema talvez fosse a dubiedade desses desejos que não estavam apenas situados na moldura do melhoramento público, mas confundiam os limites da atuação do poder municipal, marcando ponto no velho estilo autoritário. Em alguns casos, a situação era facilmente resolvida: Francisco de Souza Benevides, vendo o prejuízo que lhe causaria a desapropriação de parte do seu quintal por onde passava o rio Pedreiras, pediu a revogação da autorização “procurando provar a desnecessidade d’essa medida [...] e comprometendo-se a trazer sempre limpo o trajecto da agua do ribeiro de modo a evitar inundações no rio”.

Em outros casos, o gesto autoritário e o embaraço de pessoas que se beneficiavam do lugar estavam explícitos, como na petição de “Pedrito Lima de Castro e outros queixando-se de ter sido fechada por cerca parte do rio Alegre abaixo da ponte 7 de Setembro, pelo Capitão

<sup>214</sup> Atas das sessões ordinárias do Conselho Municipal de Caetité, respectivamente em 17.07.1913 e 16.12.1909 – grifos meus. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

<sup>215</sup> Atas respectivas das sessões: ordinária em 16.12.1909 e extraordinária em 28.06.1915 – grifos meus. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

João Antonio Pinheiro de Azevedo”. Os reclamantes pediram um parecer do Conselho, já que não tiveram resultado as queixas feitas ao próprio capitão e ao coronel intendente. A ata da sessão em que se discutiu o assunto indicia uma situação constrangedora – profusamente sintomática –, pois fazia parte do Conselho e da reunião naquele dia o mesmo João Pinheiro de Azevedo, deixando de votar por ser “suspeito”. O Conselho respondeu indeferindo o pedido, “prevalecendo o que deliberar o Intendente”.

Em 1925, desenrolou na justiça um processo de desapropriação contra os herdeiros de um terreno próximo à cidade. A intenção da intendência era mudar a estrada que vinha do Rio de Contas e Macaúbas, em vista dos perigos que o trajeto de então apresentava. O caso é significativo, pois um dos herdeiros levantou acusações contra o intendente, que usara de perseguição e violência, o que aponta para sérias tensões e extrapolações da autoridade pública.<sup>216</sup>

Impor normas à cidade não significava que elas seriam cumpridas. Na verdade, elas poderiam mais ser burladas que cumpridas, porque punham em xeque velhos padrões valorativos do relacionamento social, principalmente as relações entre os mais pobres – sua própria pessoa e instrumentos de trabalho nas áreas centrais já eram motivo de incômodo. No pano de fundo dessas normas desenhavam-se representações que são produtoras e produtos dinâmicos do contexto de práticas, muitas delas peculiares como aparecem nos documentos. São visões de mundo nutridas por contradições sobre os usos e funções do espaço (FREHSE, 2005, p.226). O campo de forças políticas canalizou os seus desejos e concepções em posturas improvisadas, mantendo-se poderoso na produção da cidade:

[O intendente] sugere ao Conselho medidas urgentes que devem ser prontamente tomadas, a decretação de obras que muito á melhoria das transacções commerciaes, de posturas a fim de ser embellezada a Cidade, de impostos sobre objectos que até o presente não tem sido taxados e o augmento de vencimentos.<sup>217</sup>

\*\*\*

Além da produção de formas do espaço urbano, não se pode deixar de especular o

<sup>216</sup> Atas das sessões seguintes: ordinária em 10.06.1916 e extraordinária em 04.01.1920. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

<sup>217</sup> Ata da sessão extraordinária do Conselho Municipal de Caetitê, 03.11.1920. APMC. *Fundo*: Intendência Municipal; *grupo*: Conselho Municipal; *série*: Atas das sessões do Conselho Municipal; *data-limite*: 1892-1922; *maço*: 05; *caixa*: 01.

campo sonoro que se fazia presente na sua dimensão sensorial: “Timbres característicos, [...] maneiras próprias de entoar a voz, tudo isso é responsável por sonoridades locais, que se mesclam com outros sons, ruídos, falas, fazendo surgir verdadeiras ‘paisagens sonoras’” (OLIVEIRA PINTO, 2001, p.248).<sup>218</sup> Esse campo sonoro, que podemos entreouvir nas leituras das documentações escritas e visuais, está propenso à investigação histórica que tenha como alvo suas dilapidações, permanências e transformações. Os sons, como parte constitutiva de uma “cultura de referências estáveis”, ao sofrerem dilapidações, fazem anunciar mudanças socioculturais ocorridas no contexto da cidade (APROBATO FILHO, 2008, p.27). No entanto, para ouvir a cidade, é preciso que nos afastemos da tentação – estimulada pelos nossos referenciais sonoros-perceptivos – de compreendê-la tranquila, silenciosa, monótona por demais, sem levar em conta o seu contexto sociocultural e os estratos de tempos superpostos e simultâneos.

Animais nas ruas, vendedores ambulantes, artífices com suas ferramentas, o ressoar da passagem de tropas e tropeiros, o tilintar dos cascos de muares, o chiado langoroso do carro de boi, o sino da igreja dobrando e repicando, o barulho de algumas poucas construções e reformas, conversas de alunos das escolas, o cantarolar das lavadeiras e dos transeuntes, vozes que se comunicam, gritos evocando alguém – ruídos, ritmos, harmonias e dissonâncias que formam a camada sonora difusa no cotidiano da cidade, estendendo-se para seus arredores e vice-versa.<sup>219</sup> Nessa intimidade com o viver rural, também se acentuavam o coaxar de sapos e rãs, o canto do caburé e a tessitura matinal feita pelos galos. Somam-se ainda, vez por outra, a passagem de emigrantes em direção ao sul, os foguetes em dias de festa, os ensaios e apresentações de filarmônicas, as festividades e rituais religiosos, além de eventos políticos e outras manifestações culturais.

Não foi possível alcançar com maior cuidado, em vista dos limites estabelecidos neste trabalho, as transformações sonoras que interferiram na concepção urbana dos moradores e na suas experiências socioculturais. Tornou-se viável, porém, espreitar a inserção de algumas sonoridades ainda não sentidas pelos habitantes de Caetité. Muitas delas demoraram a fazer parte do cotidiano, mas abriram um horizonte de expectativas através de

---

<sup>218</sup> “Deve-se distinguir entre dois tipos de paisagens sonoras: uma natural, a outra cultural.” O meio ambiente sonoro (*soundscape*) natural “envolve sonoridades que provêm de atividades ou ações físicas de fenômenos naturais”. Enquanto que o meio ambiente sonoro cultural resulta “de todo tipo de atividades humanas. Marcam, em especial, o potencial comunicativo, emocional e expressivo do som”. (OLIVEIRA PINTO, 2001, p. 248)

<sup>219</sup> “É importante destacar que por camadas sonoras difusas entendeu-se a totalidade dos sons que, sobrepostos e mesclados de forma contínua e crescente, estavam presentes nas ruas, nos espaços públicos da cidade. [...] sonoridades emitidas por sinos, carros de bois, tropas de mulas, automóveis [...]” (APROBATO FILHO, 2008, p.27-8).

sonoridades fora do ritmo experimentado pela maioria dos habitantes da cidade.

Os novos sons restritos às elites apontam para clivagens entre os diversos segmentos da sociedade. Um desses sons chegou a Caetité através da iniciativa de um morador influente e foi motivo para incitar a acuidade auditiva dos que podiam acessá-lo. Tratava-se da radiotelegrafia, um sistema de comunicação através de um aparelho que permitia ouvir notícias longínquas. Estimulado pela novidade, João Gumes faz um apanhado do avanço técnico reservado para o século XX, época de “invenções maravilhosas”, dimensionando sua sensação auditiva para projeções além dos limites da terra.

Somos arrastados a estas considerações deante do aparelho radiotelephonico, que, graças ao nosso illustre e bondoso conterraneo o Dr. Olympio Teixeira, acha-se instalado n'esta Cidade, o primeiro que se vê e se conhece n'estes altos sertões.

As ondas hertzianas, trazendo-nos instaneamente todo e qualquer ruido que se produza no Rio de Janeiro e que aqui se ouve como se lá se estivesse suggerem-nos a idéa de que em breves annos poderemos nos communicar com os outros planetas do nosso systema.<sup>220</sup>

Ícone do avanço técnico, o aparelho radiotelefônico marca, para o jornalista, a vulgarização das invenções que tornariam possíveis as comodidades humanas. Mas ouvir notícias distantes sem sair do lugar não era o suficiente e nem influenciaria com tanto vigor na dinâmica do espaço que se queria movimentado. O maior símbolo de progresso para Gumes era o automóvel que alterava o tempo de locomoções, tornando possível o caminho da modernização.

Foi marcando essa nova possibilidade que na manhã de 6 de novembro de 1925, um som diferente alterou o campo sensorial de Caetité. Seu impacto perceptivo já estava anunciado e a sensação se deu muito mais pela expectativa que a novidade disseminava. Grande parte da população esperava a chegada dos automóveis, trazidos pela “Companhia Melhoramentos Sertanejos”, desde o dia anterior, como a imprensa e o boca-a-boca tinham divulgado. A “festa” começaria na Pedra do Conselho, onde “iriam encontral-os grande numero pessoas, as escolhas e autoridades”, e passaria pela rua “2 de Julho” em meio a muitas famílias que “se agglomeravam para ver a novidade”.

Afinal, das dez para as onze horas ouviu-se o signal ajustado para a entrada – , o estouro de um petardo, – subindo logo aos ares copia de fogos do ar e ouvindo-se os accents de um alegre dobrado que executava a “Lyra Caittetéense” de mixtura com o viver da grande massa de povo que

<sup>220</sup> GUMES, João. “Radiotelephonia”. *A Penna*, Caetité, 08.10.1925, p.1.

constituía o prestito e em parte enchia não só a jardineira como o caminhão, que descia com o vagar possível em meio do povo alacremenente ruidoso e entusiasmado.

“O prestito subiu pela rua 2 de Julho por entre vivas, musicas, fogos e sons”. E como não estava pronta a garagem, “pararam os automóveis em frente ao Theatro Centenario, onde teve lugar em sessão solemne, achando-se cheios a platéa e os camarotes”. Dentro do teatro, pôde-se ouvir o discurso inflamado do promotor público Fellipe Freitas, “dizendo que o facto hoje aqui festejado com tanto júbilo é uma demonstração de que Caeté já é civilizada, que sua população já comprehende as vantagens do progresso e, desejosa de novas conquistas, esforça-se e consegue-o”.<sup>221</sup> Ironicamente, nos documentos de um processo judicial ocorrido também no ano de 1925, o mesmo promotor insinuou, através dos entraves judiciários, a situação do lugar, onde “os correios lentos, bifurcados em burros lérdos, gastam 20 dias ou mais, para fazer chegar um edital”.<sup>222</sup> Fora do teatro, podemos imaginar as curiosidades de pessoas sobre os dois automóveis; as narrativas dos que, nas aventuras em terras paulistas, já conheciam a máquina, gabando-se e contando vantagens; os olhos curiosos das crianças examinando e surpreendendo-se com cada detalhe daquela caixa sonora de estranho design. As fontes silenciam sobre os dias seguintes à “festa”, talvez porque os mesmos sons dos dias anteriores se fizeram sentir na caixa de ressonância costumeira do lugar.

Os ruídos, barulhos evocados, contrastam com a ideia de um lugar silencioso. No entanto, a ausência de ruídos compulsivos, provocados por máquinas como o automóvel, muitas vezes compunha a crítica ao atraso das pequenas cidades interioranas – a falta do barulho de máquinas era sinônimo de um antigo legado composto pelo passadismo, ineficácia, incômodo, atravancamento e imobilidade.<sup>223</sup>

Já tratei de algumas manifestações musicais, em especial as da “Lyra Caetiteense” que marcava ponto em eventos da cidade. Registradas por José Elysio, que utilizou das linhas das atas para narrar aquilo que bem entendia – música –, a população podia ouvir hinos e outras sinfonias do repertório da “Lyra”.<sup>224</sup> Nos circuitos privados, aqueles que se

<sup>221</sup> GUMES, João. “A festa dos automoveis”. *A Penna*, Caeté, 19.11.1925, p.1.

<sup>222</sup> APMC. *Fundo*: Cartório dos feitos cíveis e criminais; *série*: autos cíveis; *subsérie*: ação de desapropriação; *data-limite*: 1925-1988; *caixa*: 28.

<sup>223</sup> O atraso poderia figurar significativamente nos carros de bois “indesejáveis em seus aspectos simbólicos, visuais e auditivos” (APROBATO FILHO, 2008, p.90), mas extremamente necessários para o transporte e sobrevivência econômica sertaneja.

<sup>224</sup> Não havia apenas a “Lyra Caetiteense” no município. Na ata de 20.11.1913, a “Philarmônica Grupo Filhos da União” pediu uma subvenção anual ao Conselho, sendo atendida com 100\$000 reis. Segundo a memorialista Helena Lima Santos, a primeira filarmônica da região “foi a de um fazendeiro chamado José Simeão de Matos” e era composta por escravos. Foi remodelada pelo seu genro, o Barão de Vila Velha, e depois pelo

interessassem e tivessem como pagar, poderiam tomar aulas com o professor Elysio, que ensinava a “tocar violino, flauta, violão e outros instrumentos” em casas particulares ou em sua casa.<sup>225</sup>

Mas não só as musicalidades de filarmônicas encantavam a população. Em Lagoa Real, distrito pertencente a Caetité na época, havia um homem de jeito “alegre e folgazão”, conhecido e estimado por muitos por ser “turuna na viola”, cujo nome era José Parente. O escritor que o apresenta no jornal *A Penna* informa sobre as origens sociais de Parente, um “homem inculto; mas, inteligentíssimo” – justificativa necessária para compreender o motivo de sua apresentação no Teatro Centenário, onde, provavelmente, estariam as “pessoas cultas” da região. O autor complementa: “se a linguagem é incorrecta, o que se comprehende em quem é quasi analphabeto, em quem jamais utilizou bancos escolares, – a inspiração é natural, viva e prompta”. Utilizando de acontecimentos corriqueiros, o violeiro compunha e cantava os seus á-bê-cês que, a depender da ocasião, poderiam ser ouvidos tanto por seus conhecidos – certamente também analfabetos e “incultos” – quanto por aqueles que dominavam a gramática. O trecho seguinte trata de sua apresentação no teatro:

Durante 2 horas consecutivas, J. Parente cantou a bom cantar, as melhores produções do seu repertorio poetico, sendo sempre muito applaudido ao terminar. E’ admiravel de minucias nas descripções que faz desse ou daquele factio que presenceou. No A.B.C. duma festa de casamento, nada esquece; tudo vem a baila, tudo: – desde o momento em que chega cavalgando o *poldo magro*; desde os primeiros cumprimentos que dirige aos donos da casa e conhecidos; desde os conselhos do Vigario aos nubentes; desde o doce que comeu e a pinga que bebeu; – até a a hora da retirada para a casa, com os alforges repletos de *gallinhas cheias*...

O A.B.C. da sarna é esfuziante de pilherias e de verdades... Que o diga quem já soffreu tão indelicada molestia, que não respeita nem as *partes impossiveis*..., e cujo o remedio é... *çoçar*..., *çoçar*... Em outras cantorias, J. Parente, ora dá conselhos sensatos; ora joga indirectas ás meninas que namoram contra a vontade das mães; aos rapazes que se mettem a *enganar as tias* [...]; ás velhotas que perderam a esperança de se casar, etc., etc. E foi assim, n’esta *toada*, relembrando factos e costumes da boa gente sertaneja; repinicando as cordas sonoras de uma viola afiada, que J. Parente, no Theatro Centenario, durante 2 horas, conseguiu arrancar vivos applausos, da numerosa assistencia, pelo triumpho alcançado.<sup>226</sup>

Ladainhas e reisados; cantigas populares e brincadeiras da infância; falas perdidas

---

Mestre Manoel Pedro, ex-soldado que veio residir em Caetité. “A música sacra era a dominante, mas cultivava-se também a profana. O gosto pela música era tal que em 1843 chegaram à vila, um piano, um cravo e um órgão”. Entre os alunos do Mestre Manoel Pedro estava Emilio Elysio da Silva, que manteve uma escola de música, sendo seguido pelo seu filho, José Elysio da Silva, “também um músico muito bom, compositor e ensinava em casas particulares”. (1997, p.41-3).

<sup>225</sup> “José Elysio da Silva leciona musica...”. *A Penna*, Caetité, 26.02.1925, p.2.

<sup>226</sup> “Ao som da viola”. *A Penna*, Caetité, 06.10.1925, p.1.

nas estradas das zonas rurais em direção à feira, às festividades religiosas ou de volta para casa; conversas na feira e nas janelas; as tradições nos casamentos das roças alvoroçando os sentidos do corpo todo – é quase impossível recuperá-los. José Parente nos incita o desejo de ouvir essas histórias tão bem humoradas, hilariantes, que tanto dizem dos e aos ouvintes, até mesmo àqueles que se comportam na platéia do teatro, com gestos e comportamento “cultos”, mas com os mesmos estímulos de gargalhadas – numa diversão quase perversa de mazelas que começavam da porta do teatro para fora.

É necessário dizer que entre as sintonias finas de José Elysio e as cantigas rústicas de José Parente, as mais significativas e que mais explicam o contexto sociocultural do sertão de Caetité na época certamente é o som da viola e das histórias do “folgão inculto”. Assim também vale para dois veículos: entre os sons roucos do automóvel e a estridência dos carros de bois, este permanecia como o principal instrumento da orquestra daquele sertão.

### **3.2. Montagens do urbano: a cidade fotografada**

No imaginário moderno, o cenário urbano aparecia como um painel de ícones diversos, como um centro de irradiação de poder (SEVCENKO, 2003, p.59). As elites caetiteenses assumiam a incapacidade de fazer da cidade um painel de coisas modernas. Entretanto, entendiam que, das cidades do alto sertão baiano, era Caetité a mais propensa a ocupar uma posição de privilégio, ainda que o principal argumento para sustentar essa posição remetesse ao passado, ao destaque que havia tido quando era o centro articulador do comércio de algodão naquelas zonas. Produto que, ali cultivado, colocara a região numa posição de destaque no cenário econômico em fins do período colonial e início do Império. Em meados do oitocentos, segundo Lycurgo Santos Filho, ainda ocupava lugar semelhante:

Caetité era o centro comercial da região, com duas ou três grandes firmas importadoras, onde se abasteciam os proprietários rurais. E era o centro das atividades sociais daquele pedaço de sertão, com seu teatrinho de amadores, suas festas de Igreja, suas reuniões lítero-musicais dançantes (1956, p.66).

Ainda na década de 1920, em algumas narrativas a cidade foi destacada, já nem tanto pela articulação do comércio regional, mas principalmente por ter se tornado o centro das decisões religiosas: “O estabelecimento mais importante desta zona é a cidade episcopal Caetité, na região das nascentes do rio de Contas. É notável em todos os sentidos por sua posição e importância” (QUELLE, 1929, p.13). A importância a que se refere o geógrafo Otto Quelle, além do poder religioso, está justamente na posição geográfica, ou seja, mais na

natureza do que no artefato.

No entanto, o aspecto urbano de Caetité era ressaltado principalmente nas narrativas que procuravam alcançar um público mais amplo. Com a vulgarização dos recursos técnicos de captura de imagens, como a fotografia, passou-se da possibilidade para a necessidade de afirmar o conteúdo arquitetônico da cidade, realçando os principais monumentos que mostrassem ao observador cenários, se não modernos, pelo menos visualmente aceitáveis. Nas duas primeiras décadas do século XX, as fotografias mais recorrentes que se tem da cidade de Caetité, ainda que muito poucas, não deixam escapar a presença da paisagem natural, mostrando uma cidade desenhada em meio à vegetação e às montanhas e que em meio a elas toma sua forma. Somente a partir da década de 1920 surge um maior número de registros fotográficos, sendo que os cenários mais comuns são edifícios individualizados, evitando a presença de pessoas ou situações indesejadas na narrativa que os vários registros compõem.

O aspecto moderno que pode ser interpretado nessas imagens visuais está mais na presença da técnica, na ação e nos gestos do fotógrafo do que propriamente no cenário fotografado.<sup>227</sup> A presença da câmera fotográfica na praça para registrar a igreja ou o prédio da Intendência incitava a curiosidade e a imaginação dos transeuntes, muitas vezes escondidos atrás da máquina e do fotógrafo. Somente apareciam quando era necessário dinamizar lugares e situações apropriadas, como numa festividade religiosa ou nas feiras. Ainda que as fontes sejam dispersas e não componham uma narrativa visual coerente e proposital,<sup>228</sup> um padrão visual pode ser especulado a partir das fotografias que serão analisadas na sequência.

Antes, é preciso dizer que a relação da maioria dos habitantes da região com as imagens fotográficas era bastante limitada, isso quando existia a possibilidade de ver uma fotografia. No entanto, nos circuitos sociais de famílias mais abastadas, o ato de receber e enviar retratos tornou-se um costume desde o final do oitocentos, ganhando, mais tarde, um incremento novo – os cartões-postais.<sup>229</sup> Isso coloca as imagens visuais e seus suportes, enquanto objetos, dentro das práticas materiais e, como tal, permitem-nos interpretar a

---

<sup>227</sup> Como afirma Ana Maria Mauad, os dispositivos técnicos “redefiniram os padrões da cultura visual do ocidente ao colocarem em relação produtor, formas de produção e consumidores, num circuito de mediações sociais” (2011, p.47).

<sup>228</sup> Zita Possamai (2007), ao debruçar sobre um álbum com fotografias de Porto Alegre, identificou uma organização proposital de modo a compor uma narrativa sobre a cidade.

<sup>229</sup> “O interesse exercido pelos postais logo se transformou num intenso frenesi, estimulando a formação de coleções e a fabricação de álbuns e caixas para acomodá-los [...]. Ao se apropriar de artefatos produzidos em massa, o colecionador promovia uma seleção de temas e séries cujas singularidades resultavam da descoberta em cada postal de determinados traços que denotavam a conformação de uma individualidade e afetividade. As marcas de posse individual engendradas na coleção de cartões-postais também assumiam a forma de uma cartografia das lembranças e dos desejos” (SCHAPOCHNIK, 1998, p.433).

representação visual construída e os sentidos a ela atribuídos por alguns segmentos. Como representações visuais, elas possibilitam alcançar a visualidade – o campo visual e suas transformações, o visível e o invisível (MENESES, 2003a). Desse modo, observar atentamente as formas como a cidade foi representada nas fotografias, ainda que estas fizessem parte de circuitos limitados, viabiliza uma especulação das (in)visibilidades de atividades sociais presentes no cotidiano, de sujeitos e situações comuns que não apareciam nos registros da cidade produzidos e destinados a um público externo mais amplo.

Os registros fotográficos não fogem das escolhas e imaginação dos fotógrafos ou de quem os contratou para determinado trabalho.<sup>230</sup> Coube-lhes a escolha de lugares e objetos que comporiam a imagem visual, para que os sentidos posteriormente atribuídos a ela pudessem ser, se não controlados, pelo menos direcionados a determinados ícones. Atento a estas questões, o historiador pode alcançar as dimensões social e histórica introduzidas pela fotografia, ressaltando aspectos como: “intuição do observador, estandardização das aparências e modelos de expressão visual, quadros do cotidiano, marginalização social”. E assim também perscrutar a historicidade dos fenômenos em causa, “valores e identidades construídas e comunicadas pela cultura por mediação visual” (MENESES, 2003a, p.21-25).

Fotografias, individualmente, não contém narrativas que asseguram interpretações históricas ampliadas. Devem ser ligadas a outras imagens e representações também produzidas no contexto de onde a fonte visual é produto. Inicialmente, elas são resultados da escolha de cena pelo fotógrafo e das condições técnicas de produção material. Posteriormente, tornam-se produtos dos sentidos que uma sociedade lhes atribui. Assim, importam mesmo as implicações de uma fotografia no campo das representações – representações visuais neste caso.

Pela dificuldade em seriar reproduções visuais dispersas, sem datação nem autoria, os recursos para interpretar as narrativas fotográficas sobre Caetité, enquanto cidade/artefato/imagem, mostraram-se muito limitados. Contudo, a seleção de algumas imagens permitiu visualizar lugares comumente fotografados. Para organizar essa seleção, comecei pela análise dos registros escolhidas para compor o relatório de Pedro Celestino da

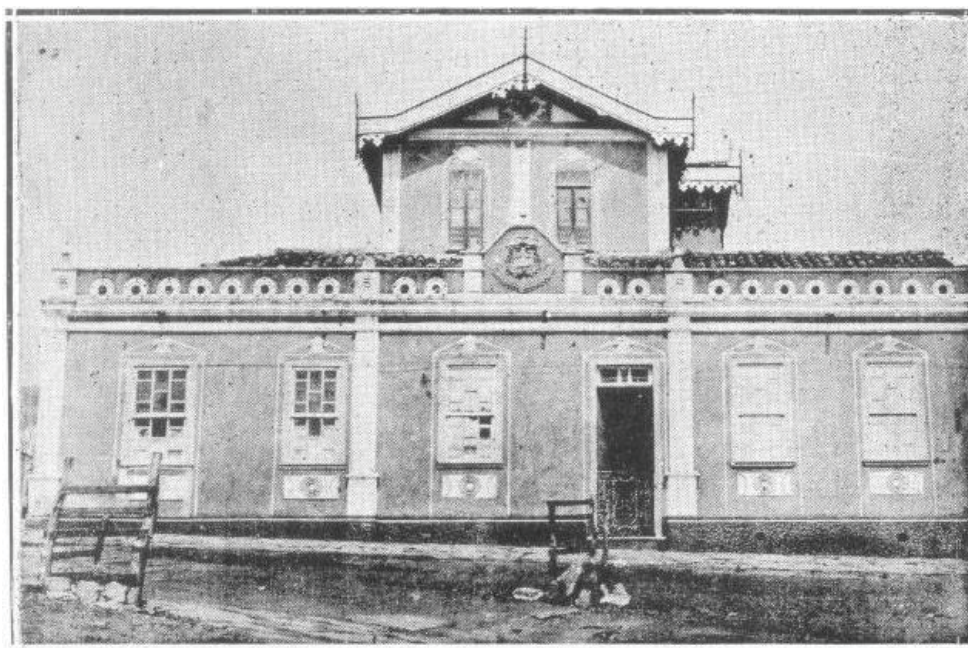
---

<sup>230</sup> Ana Maria Mauad utiliza a expressão “imaginação” (“tarefa de imaginar a nação”, etc.) para falar das práticas fotográficas. Para esta autora, a prática fotográfica oitocentista “guardava uma estreita relação com as práticas ilusionistas que tanto encantavam audiências teatrais em diferentes partes do mundo”. Ambas “associavam o uso da imagem para colocar em questão a relação entre realidade e ilusão, ou o real e o imaginário”. O fotógrafo “prometia, pela imagem fotográfica, capturar a realidade tal qual era vista, criando a ilusão pela busca de uma fidelidade total ao real que pretendia representar”; o ilusionista, “pela ilusão, criava uma atmosfera de realidade que fazia crer a uma audiência que lenços se transformavam em pombas. A cada qual um aparato diferente de se fazer iludir, um dispositivo para criar a impressão do real duplicado, ou ainda transformado” (2011, p.47-9).

Silva, *Noticias historicas e geographicas do municipio de Caetité*, publicado em 1932 na Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia. O relatório traz quatro vistas de edificios da cidade. As três primeiras estão na segunda parte, dedicada à “Situação Economica: Agricultura, Industria e Commercio”; e mais uma na terceira parte, sobre “Factos e Homens”. Considerando o alcance do relatório e a quem se destinava, uma vez que não estava circunscrito a relações de ordem privada, havia o interesse em atingir um público razoavelmente definido, ou seja, os leitores da revista. Podemos dizer, então, que o circuito social em que essas vistas de Caetité estavam inseridas tinha dimensão mais ampla. A escolha, portanto, significou, de alguma maneira, a construção de uma narrativa visual da cidade que se queria mostrar, os lugares merecedores de registro e o olhar do observador. As fotografias, ainda que somente ilustrativas e sem articulação direta com o texto, medem a importância da reprodutibilidade técnica, numa época em que a visão começava a ocupar amplamente um lugar privilegiado.

Não foi possível identificar nem o fotógrafo nem a data em que foram produzidas, mas certamente remetem aos anos 1920. Década em que reformas e construções de edificios conferiam um novo aspecto ao centro da cidade. O campo sensorial dos transeuntes, como já mencionado, teve o incremento da eletricidade e de novos ruídos, ainda que não interferissem decisivamente no cotidiano dos moradores, pelo menos da maioria. Os prédios do Paço Episcopal, da Escola Normal e do Teatro Centenário, a reforma da igreja e da sede da Intendência transformaram o campo visual do centro, ainda que o ritmo da cidade estivesse ainda muito ligado às vivências rurais.

O objetivo é analisar características comuns nos cenários mais recorrentes na escolha dos fotografos – a cidade possibilitada no visível na fotografia e a visualidade que daí podemos alcançar. Muito mais do que é permitido à visão – enquanto percepção –, cabe ressaltar o aspecto da visualidade como fato social que se constitui (MENESES, 2003b). Veremos, então, as ilustrações presentes no relatório de Pedro Celestino da Silva e como elas podem nos encaminhar numa análise das representações visuais da cidade.



**Fotografia 6.** Paço Episcopal. Fonte: SILVA, 1932.

O Paço Episcopal (fotografia 6) é o primeiro a aparecer, marcado como o símbolo do poder da religião católica e da centralidade da cidade como sede da Diocese. Os traços arquitetônicos são bastante agradáveis e cheios de detalhes leves, apesar de algumas partes da edificação parecerem deterioradas – o que é amenizado pela limitada qualidade técnica da reprodução. O fotógrafo se colocou na posição do transeunte; no entanto, o foco e o ângulo da tomada de cena fizeram com que a dimensão do edifício aumentasse em proporção de grandeza. Os poucos elementos naturais que se insinuam são envoltos por gradis de madeira, sobrepondo, ou melhor, privilegiando o artifício à natureza. Mais que o edifício em si, a ideia é transmitir o poder religioso contido/emittedo na/pela cidade, escolhida para a instalação da sede diocesana da região.<sup>231</sup>

<sup>231</sup> A Diocese de Caetité foi criada 1913, no tempo do papa Pio X, e instalada em 1915. A ela estavam subordinadas as seguintes freguesias: “Sant’Anna de Caetité (sede), N. S. do Rosario da Cannabrava, N. S. do Rosario do Riacho de Sant’Anna, S. Antonio das Duas Barras (Urandy), São Sebastião do Amparo de Umburanas, N. S. da Boa Viagem e Almas (Jacaracy), N. S. Mãe dos Homens de Monte Alto, S. S. Coração de Jesus de Caculé, Senhor Bom Jesus dos Meiras, S. Sebastião do Cincorá, N. S. do Rosario do Andarahy, N. S. do Allivio (Ituassú), N. S. da Conceição de Macahubas, N. S. do Livramento (ant. Villa Velha), S. S. Sacramento de Minas do Rio de Contas, S. Antonio de Paramerim, N. S. dos Remédios, Bom Jesus do Rio de Contas, Santa Maria do Ouro, N. S. da Conceição dos Lenções, S. João do Paraguassú (Mucugê), S. Atonio da Barra (Condeúba), S. João do Alípio e N. S. da Graça do Tremedal.” (SILVA, 1932, p.184-185).



**Fotografia 7. Catedral. Fonte: SILVA, 1932.**

Esse poder ganha extensão e visibilidade com a Catedral (fotografia 7), em seu formato verticalizado – que na fotografia ganha uma dimensão extraordinária – já depois das reformas que lhes tiraram as duas torres e a impressão colonial. Nesta imagem, o relógio aparece marcando três e meia da tarde, momento propício para o registro, denotando uma nova noção de tempo em substituição aos sinos que foram instalados nas laterais, invisíveis ao observador. Não há ninguém na praça e apenas um elemento natural se desponta à esquerda. À direita aparece parte do Teatro Centenário – quem sabe propositalmente incluído, para realçar as características de representação urbana e atividades culturais.

Os recursos visuais no relatório de Pedro Celestino da Silva completam-se com duas fotografias de edifícios públicos – o mercado municipal e a sede da Intendência. Notamos, assim, os principais campos de força sugeridos pela fonte: religião e política. É interessante observar que tais campos, ao mesmo tempo em que reforçam a imagem do sertão explicado e apreendido como lugar de forte religiosidade e através do coronelismo, no campo semântico do atraso, dão o tom na transformação física urbana voltada ao progresso.

Sem muita dificuldade, reparamos que, de todas as imagens, a única em que

aparecem, de forma claramente proposital, pessoas em suas atividades sociais é a vista do mercado público (fotografia 8). O foco nas outras três é centrado tão somente nos edifícios, na sua magnitude e em seu aspecto simbólico e arquitetural, sem a presença de sujeitos sociais. Na fotografia do mercado, no entanto, apesar do foco principal ser o edifício, as pessoas são fundamentais para sugerir a dinâmica comercial do lugar. Seria estranho, de acordo com as propostas do relatório, ver um mercado sem vendedores, sem o dinamismo das feiras do sertão nem os ícones que davam o aspecto identitário a essas feiras.



**Fotografia 8.** Mercado Público. **Fonte:** SILVA, 1932.

A fotografia da sede da Intendência Municipal (fotografia 9) – ou Prefeitura Municipal, como está no relatório – também aparece vazia de pessoas. Tendo duas janelas e portas abertas, presume-se que os administradores públicos estão lá dentro em suas árduas tarefas diárias. Não poderiam aparecer numa das janelas ou sacadas, porque assim já não estariam mais trabalhando. Um sombreado na parte direita denuncia uma grande árvore, sugerindo que a imagem foi feita durante à tarde, talvez as quatro tenham sido registradas no mesmo dia, pois o relógio da catedral também marca o horário da tarde.

Na principal praça do centro da cidade, vemos a presença da Catedral, do Teatro Centenário, do Paço Episcopal e da Prefeitura. Nas três fotografias em que aparecem, percebemos que, para fazer o registro, o fotógrafo inclinou a lente da câmera para cima na intenção de dimensionar os prédios, fazendo com que, ao ser revelada a imagem, o observador pudesse experimentar uma sensação diferente das possíveis sensações que teria se vivenciasse cotidianamente a cidade. Apenas o Mercado – um prédio do final do período oitocentista, mas de fachada realçada –, além de estar em outra praça, é focalizado de modo que as pessoas

apareçam num cenário onde o tema principal é o edifício e o dinamismo que proporciona.



**Fotografia 9.** Prefeitura Municipal. Fonte: SILVA, 1932.

A imagem da cidade apresenta-se nas fachadas individualizadas de edifícios públicos e religiosos. São imagens que simulam uma cidade apresentável à teatralidade dos novos tempos, com privilégio para a arquitetura urbana. Fachadas apresentadas individualmente, sem a presença de pessoas ou elementos do cotidiano. Lugares e monumentos que indicam, de algum modo, que “o cenário principal da visibilidade social tem que ser ocupado pela teatralização do moderno e do racional, mas sobretudo do dominante” (MARTINS, 2008, p.42). Neste caso, religião e política são emitidas como as forças produtoras da imagem e do imaginário da cidade; emitem seu domínio na narrativa.

Identificados esses dois campos privilegiados na representação visual do urbano, podemos perceber as afinidades de quem produziu e publicou essas fotografias. Não se trata apenas dos locais considerados mais belos ou imponentes da cidade. Trata-se dos lugares que interessavam para a orientação do olhar de quem folheia o relatório. Esse olhar é limitado, pois o visível não se amplia, embora se possa dizer sobre o que também não está retratado, do que vai além do recorte privilegiado. Não vemos, no relatório, uma vista panorâmica ou abrangente, ainda que parcial, da cidade. Não se tratava, também, de retratar apenas o que era moderno porque não são construções totalmente de acordo com os novos modelos arquitetônicos da época. Tratava-se de construções que davam um tom de civilidade, colocando como protagonistas os dirigentes políticos e religiosos. São imagens que nos levam muito mais a indagar sobre o invisível do que o visível. As únicas atividades sociais que

podemos ver se concentram no mercado, desenhando suposições de ordem pública, organização e disciplinarização do espaço.

A harmonia insinuado nas fotografias – em que alguns espaços aparecem vazios e outro movimentado –, orientando o olhar do observador, esconde as ações em torno da sua produção e circulação. O seu carácter de índice permite decodificar o sentido da ação e os aspectos da sociedade que com ela se envolveu – a atenção se desloca da imagem para a sua difusão, pois estão sujeitas às mais diversas formas e situações de uso e apropriação. Pelas dificuldades em avançar na investigação dessa difusão, podemos especular as intenções envolvidas na sua produção, sendo os mesmos cenários fotografados em diversos momentos – como se o lugar escolhido mais frequentemente pelo fotógrafo, enquanto transformava-se fisicamente, guardasse ritmos e usos, dando um aspecto identitário ao foco escolhido. Cenas, flagrantemente sutis, surpreendem o olhar atento do pesquisador que não se contenta com o propósito do fotógrafo.

Para dimensionar a visualização da praça e podermos nos aproximar do campo visual da época, selecionei duas fotografias que remetem a um período antes da modificação da Catedral – creio que a principal ação que modificou o campo visual do centro da cidade.<sup>232</sup> Também não foi possível identificar o fotógrafo e a data em que foram produzidas – um sinal é que as câmeras utilizadas tinham a capacidade de tomada externa. Na sequência há duas imagens visuais da igreja da matriz, antes da reforma que ocorreu no final da década de 1910.

---

<sup>232</sup> As obras começaram em 1916, sob as manobras do bispo D. Raymundo de Mello. Pedro Celestino expõe o seguinte: “Demolidas as duas torres, levantadas arcadas entre a nave e a capella-mór, desapareceram os antigos e pesados paredões que enfeiavam e tomavam grande parte da igreja que, assim ampliada, e passando por modificações importantes, se tornou mais arejada, apresentando melhor aspecto. À sua frente eleva-se agora uma só torre, onde estão alojados os sinos, o relógio, e abaixo desses a porta principal que dá acesso para o recinto que conta com 3 altares em estylo simples, as bem cuidados. [...] Assim, concluída, em parte, a remodelação da igreja exteriormente de pouca architectura, procedeu-se á pintura geral de modo que, em 1923, se achava ella com a necessaria capacidade e decencia para attender á pratica dos actos divinos da nova Diocese” (1932, p.186-187).



**Fotografia 10.** Igreja da Matriz, autor desconhecido, s.d. **Fonte:** Fotus K.



**Fotografia 11.** Igreja da Matriz, autor desconhecido, s.d. **Fonte:** Fotus K

Em ambas (fotografias 10 e 11), a igreja avança para a praça, tomando conta da cena e as duas torres insinuam as badaladas dos sinos. O ângulo registrado corta a parte esquerda, onde atrás poderia despontar uma colina, alterando toda a paisagem e submetendo os prédios ali existentes. Atividades sociais na praça são quase que anuladas, assim como qualquer movimentação que denunciasses mais claramente o cotidiano. Na primeira (fotografia 10), há apenas algumas pessoas, talvez crianças, que aparecem como fantasmas diminutas diante da igreja. Elas não interferem na paisagem predial. Podem ter sido colocados de propósito, para

mostrar a dimensão física da igreja. O foco é dado aos traços urbanos e os poucos elementos naturais (árvores, animais nas ruas...), quando aparecem, estão no plano de fundo. Na segunda (fotografia 11), dois homens estão na cena, mas também de forma a não interferir na arquitetura que está logo atrás, principalmente a construção que aparece imponente no centro da imagem.

Uma terceira fotografia entra nessa série para perscrutarmos as mudanças físicas na cidade, mas principalmente as intenções dos produtores de mostrar tais mudanças. Ela denota uma praça completamente renovada e dinamizada (fotografia 12). A monotonia sugerida nos registros anteriores dá lugar a uma movimentação, enquanto que a disposição angulada dos prédios nas imagens anteriores, em que a igreja seria o vértice, insinua agora uma retilínea. O horizonte geográfico a se estender atrás dos edifícios diminui e novos ícones aparecem em cena, como o poste da rede de iluminação e a árvore, escondida ou não contemplada no recorte das imagens anteriores.



**Fotografia 12.** Igreja da Matriz, autor desconhecido, s.d.  
**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Caetité.

Não foi possível identificar se esta imagem foi produzida na década de 1920 ou tempos depois. No entanto, analisando fotografias produzidas nas décadas seguintes, não se percebe a presença da árvore que aparece à esquerda da igreja, o que faz crer que ela remonta aos primeiros registros visuais depois da reforma e adaptação da igreja matriz para Catedral.

Observando-a, vemos que a única torre, alongada, dá uma sensação muito diferente das fotografias anteriores. Há duas árvores em cena que ainda não foram cortadas. O prédio do Paço Municipal aparece muito mais destacado e, à frente, desponta um poste. A impressão é que as construções arquitetônicas tomaram uma dimensão muito maior na cena: os edifícios são supostamente maiores com as pessoas fotografadas num plano mais distante. Há muita gente na cena que não está ali por acaso, pois algum evento movimentava a praça. Não se pode dizer ao certo se se trata de momentos antes ou depois de uma missa, ou a preparação de alguma festividade religiosa.

Nas duas primeiras fotografias (10 e 11), o desejo é afirmar a importância do artefato urbano. Na terceira (fotografia 12), a cidade ganha aspectos de civilidade e urbanidade, com a presença de elementos que compõem um cenário mais dinâmico juntamente com os edifícios. Ao mesmo tempo em que envolve as características relacionadas com o paradigma de sertão enquanto espaço de fervor religioso, denota aspectos outros como os traços urbanísticos da praça. Embora se admitisse a ausência da arquitetura moderna nesse cenário, entre as cidades do alto sertão, Caetité era apresentada com melhor estrutura urbana, mas as práticas eram identificadas comumente e, por vezes, remetiam ao passado:

A Cathedral de Caetité, conquanto não se possa incluir entre os grandes monumentos estheticos, com direito pode, no entanto, figurar no inventario das obras de arte da cidade.

As cerimoniaes religiosas celebradas na cidade se recomendam pelo brilho que lhes empresta a piedade dos devotos e fieis.

Ellas ainda conservam nestes sertões aquelles rytmos antigos, tirados da magnificencia de que todos se revestem. (SILVA, 1932, p.187).

Colocando as referidas fontes visuais de forma a compor uma narrativa da cidade, percebemos que os registros mais comuns eram feitos da praça da matriz, onde estavam os principais prédios públicos e religiosos. A transformação física denotada por essas fotografias esconde permanências e clivagens vivenciadas no cotidiano. Tais imagens, entretanto, mantêm uma contiguidade física com o referente. Mas, como assinala Ulpiano T. Bezerra de Menezes, o discurso dos homens sobre elas ou por seu intermédio pode ser mentiroso (2003b, p.142). Assim também as apropriações podem lhes atribuir significados diferentes e até mesmo contraditórios. Na década de 1920, a iconografia da modernidade difundia-se por diversos lugares, oferecendo novas expectativas em relação às maneiras de lidar com o espaço e com o cotidiano. Ainda que não se instaurasse como experiência cotidiana, novos inventos e objetos instilavam a imaginação sobre ciência e técnica, ancoradas nas promessas compulsivas. Fotografias funcionavam pelo menos de duas maneiras: podiam anunciar

tradições e características peculiares de um lugar ou os novos painéis da vida moderna, geralmente na forma de cartão postal. Alguns desses postais eram vendidos na tipografia de João Gumes ou recebidos por pessoas que os colecionavam. Nesse sentido, alguns entusiastas desejaram mostrar a sua cidade, ainda que diminuta, disposta às investidas do moderno.

Novamente, olhando para a vista parcial de Caetité (fotografia 5), a impressão destoa das imagens visuais do centro. Nestas últimas fica evidente o esforço do fotógrafo em mostrar o que havia de representativo na cidade, conscientemente do ponto de vista do poder. São prédios funcionais, fotografados individualmente e que, por isso, esconde a pobreza e a “feiura” que poderiam despontar nas vistas panorâmicas. Mas também na primeira fotografia, a pequena cidade sertaneja dimensiona-se com o desenho de seus edifícios, dissimulando ou mesmo ocultando as atividades sociais que davam sentido ao cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] no tempo qui acenta o almoço  
eu soin qui num sô mais pião  
u'a vontade aqui me dá  
dum dia arresolvê  
quebrá a cerca da manga  
e dexá de sê boi manso  
e dexá carro dexá canga  
de trabaiá sem discanço  
me alevantá nos carrasco  
lá nos derradêro sertão*

(Elomar Figueira Mello, *O Peão na Amarração*)

Os significados da modernidade para muitos moradores do alto sertão baiano, que deixaram registradas suas aspirações e angústias, eram múltiplos. Confundiam-se com as invenções resultadas das revoluções industriais, com ideia de domínio e controle da natureza, com a valorização da força e da habilidade corporal. Por outro lado, renegavam a rotina de trabalhadores que viviam das roças, as maneiras de utilizar as áreas públicas da cidade e o uso de equipamentos qualificados como “ronceiros”, que lembravam a condição de um ritmo permanente, a ausência do progresso material.

No alto sertão das décadas de 1910 e 1920, como escreveu um jornalista, o ritmo do “progresso” assemelhava-se aos passos do caranguejo: quando parecia que o problema do transporte iria se resolver com a chegada da ferrovia, o material necessário para a execução da obra ficava abandonado no caminho sob a ação da ferrugem; quando a eletricidade poderia impulsionar mudanças no campo sensorial da cidade, a luz ruim e a fumaça que saía da lenha para manter a caldeira embaçavam as vistas do transeunte; quando o barulho dos primeiros automóveis que chegaram em Caetité parecia anunciar uma guinada na vida de comerciantes, agricultores e viajantes, ouvia-se, ao fundo, o chiar dos carros de bois atravessando as estreitas e esburcadas estradas que ali existiam.

Uma bicicleta exibida com ostentação numa fotografia, em primeiro plano – propositalmente para captar cada detalhe possível, incluindo arestas e aros de um artefato associado à aceleração, à velocidade e aos prodígios das invenções industriais – denota muito mais a ausência do ritmo desejado no cotidiano, apontando para a celebração de algo pouco

conhecido, mas que aparecia como uma novidade promissora. Aliás, o mesmo homem que segura a bicicleta na fotografia foi o principal responsável por erguer chaminés fumegantes em pleno *baixio*, distante centenas de léguas das fábricas da capital. A *Empreza Industrial Sertaneja* ainda é lembrada como um projeto ousado e temeroso levado à cabo por Mário Teixeira. Para a montagem da *Empreza* vieram máquinas do exterior puxadas por carros de bois, vieram também estrangeiros para puxar as alavancas do maquinário desconhecido. Ironicamente, o prédio que a abrigava tinha a “aparencia do corpo de uma d’essas igrejas do sertão”,<sup>233</sup> como notou um viajante.

No decurso da pesquisa que resultou neste trabalho procurei detectar contingências, fragmentos e ícones de uma vida moderna imaginada por algumas pessoas, especialmente moradores de Caetité. A fala que serve de epígrafe a esta dissertação, feita por um personagem do romance rosiano *Grande Sertão: Veredas*, matiza expectativas e experiências dos habitantes do sertão quanto ao “progresso moderno”. Imaginava-se que estaria “tudo assim resolvido”, com pessoas representado-se ali ricas e estabelecidas. Mas, como concluiu o personagem, era apenas uma “ilusãozinha”. Certamente, um dos efeitos mais significativos da modernidade foi lançar homens e mulheres num turbilhão de desejos de “autotransformação e transformação das coisas em redor” (BERMAN, 1990, p.15), e isso estava muito próximo da frustração e da angústia.

Partindo do ponto de vista da estética benjaminiana para tratar da modernidade, Willi Bolle fez notar um impasse sublinhado por Walter Benjamin: “O século XX, tampouco como o anterior, não soube corrigir as discrepâncias entre as enormes possibilidades abertas pelo progresso da técnica – as aspirações da modernização – e a falta efetiva de criação de um mundo melhor” (BOLLE, 2000, p.24). Discrepâncias que despontavam de diversas maneiras nas mais variadas aspirações. Por exemplo, a agricultura do alto sertão, projetada como a mais alta possibilidade de guinada econômica pela abundância de recursos naturais, chocava-se com a depreciação dos lavradores, representados na ridícula e emblemática figura do tabaréu.

Embora os escritos percorridos durante este trabalho tenham sido de homens letrados, muitos deles de famílias abastadas do sertão, uma palavra ainda deve ser dita sobre os sertanejos mais pobres que, de alguma maneira, estiveram envolvidos nos (des)caminhos de uma modernidade fragmentária e ambígua. Eram geralmente analfabetos e viviam de trabalhos como a lavoura. As expectativas abertas com as inovações tecnológicas, a investida do sanitarismo no interior do país, as promessas das grandes cidades do sul, não deixaram

---

<sup>233</sup> NEVES, Antonio. “Impressões de viagem”, *A Penna*, Caetité, 05.07.1912, p.2-3.

essas pessoas alheias ao sonho de outras possibilidades de vida.

Como incita o trecho supracitado da canção de Elomar Figueira Mello – um *cantadô* que, aliás, soube falar em suas músicas, com aguda sensibilidade, de sonhos, angústias e aventuras de sertanejos do alto sertão baiano – podemos indagar: o que pensava o “peão” na hora da “amarração”?<sup>234</sup> Isto é, quais as imagens e possibilidades vislumbradas pelos lavradores nas folgas da lida cotidiana nas primeiras décadas do século passado? No caso do peão da canção de Elomar, o desejo era de abandonar o trabalho rotineiro na roça para lançar-se numa aventura incerta, de “dexá de sê boi manso, dexá carro dexá canga [...] de num sê mais impregado e tomem num sê patrão.” Desejos que, se situados no período que abrange esta pesquisa, não estavam excluídos do decurso das amplas mudanças que estavam ocorrendo.

---

<sup>234</sup> Pesquisando os termos musicais da obra de Elomar Figueira Mello, André-Kees Schouten aponta: “**amarração**: modalidade raríssima de cantoria, gênero hoje quase extinto, é que os últimos cantadores de amarração já se foram. É de após-canto de trabalho, momento de ‘fazer cera’ e deixar esfriar os ‘calo da mão’ (Cartas Catingueiras, 1983); modalidade muito rara de cantoria. Representa o anti-canto de trabalho, é o momento de ‘fazer cera e deixar esfriar os calo das mão’, de narrar, de protestar. Trégua da servidão, onde até a vida se pode discutir (Ferreira, 2001:168); gênero de cantoria comum no sudoeste da Bahia, no Mato Cipó, na região do Rio de Contas e do Rio Gavião (Cartas Catingueiras, 1984)” (SCHOUTEN, 2010, 145).

## REFERÊNCIAS

### *FONTES*

#### **Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC)**

##### *Correspondências Pessoais*

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira  
Grupo: Deocleciano Pires Teixeira  
Série: Correspondências Pessoais  
Caixas: 1, 2, 3 e 4

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira  
Grupo: Celsina Teixeira  
Série: Correspondências Pessoais  
Caixas: 1 e 2

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira  
Grupo: Filhos de Deocleciano Pires Teixeira  
Série: Correspondências Pessoais  
Caixas: 1

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira  
Grupo: Rogociano Pires Teixeira  
Série: Correspondências Pessoais  
Caixas: 2 e 3

##### *Atas do Conselho Municipal de Caetité*

Livro de atas das sessões do Conselho Municipal  
Grupo: Conselho Municipal  
Caixa: 01

##### *Iconografia*

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira  
Grupo: Iconografia.  
Série: Cartões Postais.

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira  
Grupo: Fotografias  
Série: 9, 10, 11, 12, 13

##### *Jornais*

*A Penna* (edições de 1911 a 1930)

*A Voz da Pátria* (edição de março de 1919)

*O Arrebol* (edição de abril de 1921)

## **Fotus K**

Fotografias da cidade de Caetité (acervo particular)

## **Arquivo Público Mineiro**

Acervo da Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia

## **Fontes impressas**

ARINOS, Afonso. *Assombramento*. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 01.03.2012.

BLUTEAU, Pe. D. Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Offcina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessarios para uso das familias*. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CORRÊA, Magalhães. O sertão carioca. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, vol. 167, 1º de 1933, p.1-283.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA. *Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1808*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1908.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)*. São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1975.

MIRANDA, Agenor Augusto de. *O rio São Francisco* (como base do desenvolvimento do nosso vasto interior). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

QUELLE, Otto. Relatório das viagens de estudo na Bahia. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 106, vol. 160, 2º de 1929, p.7-28.

RIBEIRO, Prado. *Vida sertaneja: usos, costumes e folclores do sertão baiano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia. Editores, 1951.

SAMPAIO, Theodoro. O rio São Francisco e a Chapada Diamantina. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, vol. 167, 1º de 1933, p.285-470.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité: pequenina e ilustre*. 2ª. ed. Brumado-BA: Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, 1997.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias históricas e geográficas do município de Caetité. In: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, n. 58, 1932, p.89-294.

TEIXEIRA, Anísio. O alto sertão da Bahia. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Salvador, v.52, 1926. p.295-309.

TORRES, Tranquilino L. Memória descritiva do município de Condeúba. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, ano 2, nº. 4, junho de 1895, p.105-125.

\_\_\_\_\_. Continuação da memória descritiva do município de Condeúba – história eclesiástica.

*Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, ano 2, vol. 2, nº 5, setembro de 1895, p.243-266.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Teses e dissertações**

- AGUIAR, Lielva Azevedo. *“Agora um pouco de política sertaneja”*: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Santo Antônio de Jesus, BA, 2011, 154 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), Universidade do Estado da Bahia.
- APROBATO FILHO, Nelson. *O couro e o aço*. Sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia (final do século XIX / início do XX). São Paulo, 2006. 397 f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo.
- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e hegemonia*: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). Niterói, RJ, 2010, 366 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel*: de símbolo à simulacro do poder local. Campinas, SP, 2000. 236 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo*: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. São Paulo, SP, 2007. 253 f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo.
- LESSA, Simone Narciso. *Trem-de-ferro*: do cosmopolitismo ao sertão. Campinas, SP, 1993. 252 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas.
- LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso*: memórias da ferrovia no Oeste de Minas - entre o sertão e civilização, 1880-1930. Belo Horizonte, MG, 2003, 202 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais.
- NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Porto Alegre, RS, 2004, 149 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *As normas dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes* (Alto Sertão Baiano, 1897-1930). São Paulo, SP, 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos sertões enunciados: configurações do oeste de Minas Gerais*. Uberlândia, MG, 2011. 390 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia.
- PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão baiano*. Salvador, BA, 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia.
- REIS, Joseni Pereira Meira. *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito*: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928). Belo Horizonte, MG, 2010, 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

- RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no alto sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)*. São Paulo, SP, 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RODRIGUES, Camila. *Mãos vazias e pássaros voando: memória, invenção e não-história em "Tutaméia: Terceiras Estórias"*, de João Guimarães Rosa. São Paulo, SP, 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Cláudia Penha dos. *As comissões científicas da Inspetoria de Obras contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)*. Rio de Janeiro, RJ, 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Cidade e memória: dimensões da vida urbana - Caetité - 1940-1960*. Rio de Janeiro, RJ, 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- SILVA, Ermínia. *As múltiplas linguagens da teatralidade circense: Benjamin de Oliveira e o circo-teatro no Brasil no final do século XIX e início do XX*. Campinas, SP, 2003, 310 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Maria Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Salvador, BA, 2007, 327 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia.

### **Livros, capítulos e artigos**

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 13, n. 36, 1999, p.7-59.
- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004, p.23-69.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALVES, José Jerônimo de Alencar. As ciências na Academia e as expectativas de progresso e modernização: Brasil – 1916-1929. In: DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.185-202.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p.145-191.
- APROBATO FILHO, Nelson. Passa(n)do em revista polytechnica: na trilha das mulas... os (des)caminhos da modernidade paulista. *Tempos Históricos*, vol. 13, 2009, p.139-168.
- \_\_\_\_\_. *Kaleidosfone: as novas camadas sonoras da cidade de São Paulo, fins do século XIX / início do XX*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2008.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- \_\_\_\_\_. Teófilo Benedito Ottoni: a força histórica de uma experiência moderna. In: ARAÚJO, Valdei Lopes de (org.). *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007, p.14-35.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Trad. Manuel Villaverde Cabral Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p.296-332.

- BARBIER, René. Sobre o imaginário. Trad. Márcia Lippincott da Costa e Vera de Paula. *Em aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p.15-23.
- BARROS, José D'Assunção. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p.217-241.
- BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. Trad. Johannes Krestschmer e Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Org. Willi Bolle; colaboração Olgária Matos; trad. Irene Aron et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti e Marcelo Macca. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDES, Nilo. As caatingas. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 13, n. 35, 1999, p.69-78.
- BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BOLOGNESI, Mário Fernando. O circo “civilizado”. In: *Anais do Sixth International Congress of the Brazilian Studies Association (BRASA)*. Atlanta, Georgia (EUA), 2002.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. A Exposição Nacional de 1908 e a produção da identidade nacional brasileira. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 40, 2008, p.73-94.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. Unesp, 1998, p. 27-61.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, p.229-250.
- \_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTELLO, José Aderaldo. O Nordeste em “Pedra Bonita” de José Lins do Rego. In: GROSSMANN, Judith et al. *O espaço geográfico no romance brasileiro*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993, p.71-99.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. As origens da reforma sanitária e da modernização conservadora na Bahia durante a Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 41, n. 3, 1998, p.593-633.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007.
- CEIA, Carlos. Imagem. *E-Dicionário de Termos Literários* <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>>. Acesso em 23.11.2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.179-192.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, nov. 1998, p. 223-258.
- \_\_\_\_\_. Hermenêutica e narrativa. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.xi-xxiii, (Prefácio)
- DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. Trad. Giovanni Ferreira Pitillo. *ArtCultura*, Uberlândia-MG, n. 9, jul.-dez., 2009, p.81-92.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; FAPESP; Edusc, 2003.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 6, n. 14, 1992, p.7-22.
- FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.
- \_\_\_\_\_. Cartões postais paulistanos da virada do século XX: problematizando a São Paulo “moderna”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, jun. 2000, p. 127-153.
- FREYRE, Gilberto. Em torno do conceito hispânico ou ibérico de tempo. *Revista Humanidades*, Brasília, n. 49, jan. 2003, p.12-23.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FORTY, Adrian. *Objetos de desejo: design e sociedade desde 1750*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- GADAMER, Hans-George. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, nov. 1998, p.213-222.
- GARRAMUÑO, Florencia. Pueblo sin estado: *los sertones* y el imaginario moderno. *Otra travessia*, n. 2, 2004, p.39-52.
- GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: transformações

- sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, jul.-dez. 2007, p.11-30.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de modernidade. In: *Modernização dos sentidos*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998, p.9-32.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Unesp, 1998.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Trad. Francisco Murari Pires. *Revista de História*, v. 148, jan.-jun. 2003, p.9-34.
- HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: *Os sertões* redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, V, Suplemento, 1998, p. 217-235.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Trabalho & Aventura. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 42-70.
- IBGE. *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* (sertões brasileiros I), v. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Coordenação de Geografia, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15; Editora UnB, 1996.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.
- MAUAD, Ana Maria. Prática fotográfica e experiência histórica – um balanço de tendências e posições em debate. *Interin*, Curitiba, v. 10, 2011, p.47-58.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil* (vol. 3: da Belle Époque à era do rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.131-214.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; CAIUBY, Sílvia Novaes (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2005.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo. Política, família e educação em Vitória da Conquista na primeira metade do século XX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, dez.2009, p. 115-123.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, vol. 13, n.26, jan. 2009, p.15-31.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; CAIUBY, Sílvia Novaes (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências*

- sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p.33-56.
- \_\_\_\_\_. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003a, p.11-36.
- \_\_\_\_\_. A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 14, 2003b, p.131-151.
- \_\_\_\_\_. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e turismo*. São Paulo: Contexto, 2002, p.29-64.
- \_\_\_\_\_. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, jun./ago., 1996, p.144-155.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- NAGAMINI, Marilda. 1889-1930: ciência e tecnologia nos processos de urbanização e industrialização. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2004, p.185-231.
- NALIN, Jaime Antônio. Nova York: o espírito do renascimento do capitalismo pós-crise de 1929. In: FLORES, Moacyr (org.). *Cartões-postais: imagens e história cultural*. Porto Alegre: Ediplat, 2007, p.33-56.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. Fragmentos de “Histórias e Paisagens do Brasil” (percurso de pesquisa). In: *Anais do primeiro e do segundo encontros de pós-doutores do PPGH/UFF*. Niterói-RJ: PPGH/UFF, 2009.
- \_\_\_\_\_. Cidades traduzidas em prosa. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, jul.-dez., 2006, p.39-49.
- \_\_\_\_\_. O (des)conhecimento do outro: pensando o ‘provinciano’. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.349-364.
- \_\_\_\_\_. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. UnB, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências hodiernas de escrita da História da Bahia. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p.93-118.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (História Regional e Local)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.
- OLIVEIRA PINTO, Tiago de. Som e música: questões de uma Antropologia Sonora. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 44, n. 1, 2001, p.221-286.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 13, n. 35, 1999, p.167-198.
- PAZ, Octavio. *Convergências: ensaios sobre arte e literatura*. Trad. Moacir Werneck de Castro. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades invisíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, jan./jun. 2007.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. Iconografia compulsiva da modernidade, mágicas mecânicas e

- urbanização. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 22, jan./2000, p.104-125.
- \_\_\_\_\_. Mitologias da civilização industrial, cosmopolitismo excludente e a improvisação da sobrevivência: São Paulo, 1910-1930. *Revista de História*, São Paulo, v. 140, 1999, p.61-75.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. História, historiografia e historicidade: tempos históricos, tempo presente. In: *Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: UFOP, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n.º. 53, 2007, p.55-90.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. Tradução de Dora Rocha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p.85-91.
- SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.309-328.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira - da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 7ª. ed., São Paulo: Editora Itatiaia/Edusp, 1982.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembleia Legislativa; UFBA, 1985
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural no Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. Manifestações modernizadoras no alto sertão baiano – Caetité (1910-1920). *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil (vol. 3: da Belle Époque à era do rádio)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.423-512.
- SCHETINO, André Maia. *Pedalando na modernidade: a bicicleta e o ciclismo na transição do século XIX para o XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Falando do tempo. *Revista Sexta Feira*, São Paulo, v. 5, 2000, p.10-24.
- SCHOUTEN, André-Kees de Moraes. *Peregrinos do sertão profundo: uma etnografia do sertão de Elomar Figueira Mello*. São Paulo: Annablume, 2010.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998, p.297-325.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil (vol. 3: da Belle Époque à era do rádio)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.9-48.

- \_\_\_\_\_. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 78-88.
- \_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Trad. Joaquim Paiva. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.
- SOUZA, Candice Vidal e. O sertão amansado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010, p. 101-110.
- \_\_\_\_\_. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRONCA, Italo Arnaldo. História, razão e loucura – A terceira margem... In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (orgs.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.261-283.
- VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 227-234.
- VIGARELLO, Georges. “Ciência do trabalho” e imaginário do corpo. Trad. Armando José Vieira Filho. *Projeto História*, São Paulo, n.34, jun. 2007, p.17-25.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de sociedade em antropologia. In: *A inconstância da alma selvagem* (e outros ensaios de antropologia). São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p.296-316.
- VOVELLE, Michel. Iconografia e história das mentalidades. In: *Ideologias e mentalidades*. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.65-102.
- ZORZO, Francisco Antônio. A sincronia das transformações: a ferrovia e as cidades da Bahia (1860-1945). In: *Anais do IV Encontro Estadual de História – ANPUH-BA: História: sujeitos, saberes e práticas*. Vitória da Conquista: UESB, 2008.
- \_\_\_\_\_. O movimento de tráfego da empresa da Estrada de Ferro Central da Bahia e seu impacto comercial: das iniciativas privadas inaugurais à encampação estatal (1865-1902). *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 26, jan./jun., 2002, p.63-77.
- \_\_\_\_\_. *Ferrovia e rede urbana da Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e Sudoeste baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.